

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

NILSO FRANCO

**SOLIDARIEDADE, TRABALHO E RENDA:
UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO WESLEY MANOEL DOS SANTOS**

SÃO LEOPOLDO - RS

2011

NILSO FRANCIO

Solidariedade, trabalho e renda:
um estudo no Assentamento Wesley Manoel dos Santos

Dissertação apresentada como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais,
pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientador: Dr. Luiz Inácio Gaiger

SÃO LEOPOLDO - RS
2011

Ficha Catalográfica

F817s Francio, Nilso

Solidariedade, trabalho e renda: um estudo no Assentamento Wesley Manoel dos Santos/ por Nilso Francio. – 2011.

139 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger, Ciências Humanas”.

1. Cooperativismo – Associativismo. 2. Agricultura familiar. 3. Reforma agrária. 4. Trabalho – Solidariedade. I. Título.

CDU 334

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Camila Rodrigues Quaresma - CRB 2/1376

*Dedico este trabalho a todos aqueles que
contribuíram para sua realização.*

Agradecimentos

Agradeço ao orientador, Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger, pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

Aos colegas do Minter, pelo companheirismo durante todas as etapas do Mestrado.

Aos professores que contribuíram com a pesquisa.

À Maristela Guimarães, pelas correções e sugestões no projeto.

À Prof^a. Márcia em especial pelo pronto atendimento nas correções finais.

Aos familiares, pelo apoio constante.

De modo especial, à esposa, Jacinta, e aos filhos, Thiago e Rayne.

RESUMO

Este estudo, realizado no Assentamento Wesley Manoel dos Santos, no município de Sinop, MT, teve como objetivo verificar que funções as organizações econômicas e sociais de caráter associativo e cooperativo, existentes em alguns dos seus 497 lotes, têm cumprido na geração de renda dos agricultores familiares assentados. Igualmente, o estudo buscou verificar em quais condições produtivas, socioeconômicas e socioculturais o seu papel pode ser ou já está sendo fortalecido. Entre as referências bibliográficas que compuseram a base teórica do trabalho, destacam-se: José Vicente Tavares dos Santos, tratando da colonização no Estado de Mato Grosso; Sérgio Schneider, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, examinando a agricultura familiar; José de Souza Martins, Ricardo Abramovay, Luiz Gaiger e Rosemeire Aparecida Scopinho, a respeito do associativismo e do cooperativismo; José de Souza Martins e Márcio Pochmann, em aspectos da questão social; Luiz Gaiger e Jean-Louis Laville, em relação à economia solidária e à geração de renda. O principal método de pesquisa utilizado foi o Levantamento, por intermédio de questionário amostral padronizado. Para maior confiabilidade dos dados coletados, foi aplicada aos resultados uma análise probabilística com margem de erro de 12,47% e grau de confiança de 95%. Os principais resultados indicam a importância do associativismo e a existência de fatores positivos para o seu fortalecimento no Assentamento, como a organização da produção pecuária de leite, a produção de banana e farinha de mandioca e a compra de equipamentos e materiais em comum. Em longo prazo, as instituições externas poderão fortalecer a sustentabilidade do Assentamento se forem, de fato, implantadas políticas de produção sustentáveis e formas de comercialização associativas ou cooperativas.

Palavras-chave: Solidariedade. Trabalho. Renda. Agricultura familiar. Associativismo.

ABSTRACT

This study, which was conducted at the Wesley Manoel dos Santos Settlement, at Sinop, MT, aims to identify what functions the economic and social organizations of an associative and cooperative character, existing in some of their 497 plots, have contributed to fulfilling the income generated by farmers and settlers. It also sets out to determine under what productive conditions, socioeconomic and sociocultural, its role may be, or already is being used, in strengthening their income. The main theoretical basis of the bibliographies of this research are: José Vicente Tavares dos Santos, dealing with the colonization in Mato Grosso, Sérgio Schneider, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, examining family farming, José de Souza Martins, Ricardo Abramovay, Luiz Gaiger, Rosemeire Aparecida Scopinho, association and cooperation, José de Souza Martins, Márcio Pochmann, addressing aspects of social issue; Luiz Gaiger and Jean-Louis Laville, developing the social economy and the consequent generated income. The main research method used to obtain the information and statistics, was by means of a standardized questionnaire. For greater reliability and accuracy of the data collected, the results of a probability analysis were applied with an error margin of 12.47%, and a confidence level of 95%. The main results clearly show the importance of positive factors and associations which contribute to the empowerment of the Settlement, such as the organization of livestock, milk production, bananas and flour, and also for the purchase of equipment and farming related materials. In the long term, institutions may strengthen the sustainability of the settlement if there are actual implemented policies for production and marketing in a cooperative or associative structure.

Keywords: Solidarity. Work. Income. Family farming. Associative.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de famílias pesquisadas por comunidade	58
Gráfico 2: Grau de escolaridade do proprietário do lote rural.....	59
Gráfico 3: Quantidade de pessoas que moram na propriedade	60
Gráfico 4: Ano inicial de ocupação da área no assentamento	62
Gráfico 5: Renda média mensal das propriedades.....	63
Gráfico 6: Sistema de produção das propriedades	65
Gráfico 7: Dificuldades na comercialização dos produtos	66
Gráfico 8: Renda de outras atividades	67
Gráfico 9: Principal atividade desempenhada antes do assentamento	69
Gráfico 10: Dificuldades enfrentadas no período anterior ao assentamento	72
Gráfico 11: Condições das estradas ao chegar à propriedade.....	73
Gráfico 12: Liberação do crédito habitacional do INCRA.....	75
Gráfico 13: Acesso ao crédito rural - PRONAF	78
Gráfico 14: Participação em associação ou cooperativa	80
Gráfico 15: Apoio das instituições no fortalecimento da organização do assentamento.....	85
Gráfico 16: Percentuais de participação por Associação.....	87
Gráfico 17: Sistema de produção das famílias associadas	88

LISTA DE SIGLAS

COOPERCANA - Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda
COPRASUL - Cooperativa de Produção Construindo o Sul
COTREL - Cooperativa Tritícola Erechim Ltda
CPT - Comissão Pastoral da Terra
ECOSOL - Grupo de Pesquisa em Economia Solidária da UNEMAT
EES - Empreendimentos Econômicos Solidários
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMPAER – MT – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A
FAMATO - Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT - Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
ONG - Organização Não-Governamental
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar
REMSOL - Rede Matogrossense de Educação e Socioeconomia Solidária
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 COLONIZAÇÃO DE MATO GROSSO, AGRICULTURA FAMILIAR, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	18
2.1 A colonização no Estado de Mato Grosso	18
2.2 A agricultura familiar	22
2.3 Associativismo e cooperativismo rural	26
3 A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	38
3.1 Aspectos da questão social no Brasil.....	38
3.2 A economia solidária e a geração de renda	44
4 OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA.....	48
4.1 Objetivos da pesquisa de campo	49
4.2 Delineamento metodológico geral da pesquisa.....	50
5 ANÁLISE DOS DADOS	57
5.1 Caracterização do núcleo familiar.....	57
5.2 Caracterização da produção familiar.....	61
5.3 Trajetória anterior ao assentamento.....	69
5.4 A vida no assentamento	73
5.5 A presença de associações e de instituições externas	80
5.6 Fatores e consequências do associativismo.....	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	102
ANEXO A – Mapa do Assentamento	111
APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa	113
APÊNDICE B – Composição do Núcleo Familiar.....	125
APÊNDICE C – Diário de Campo.....	126
APÊNDICE D – Descrição do Processo de Amostragem.....	136
APÊNDICE E – Propriedades Seleccionadas.....	139

1 INTRODUÇÃO

A globalização marcou acentuadamente as questões sociais por ter acarretado um processo de mudanças que se refletiram nos mercados, nas finanças, nos sistemas de informação, nas comunicações e nos valores culturais. Países emergentes, entretanto, diante desse novo contexto mundial, não conseguiram, internamente, a paridade entre o desenvolvimento econômico e o social, situação que propiciou, portanto, uma massa de excluídos.

A exclusão social coloca-se como ponto principal nos debates no Brasil. Para Wanderley (2008), essa situação de disparidade social resulta de particularidades assumidas por nosso país, decorrentes dos modos de desenvolvimento que têm constituído a sociedade brasileira. A concentração de poder e de riqueza fez a pobreza atingir parcela significativa da população.

No Brasil, o Governo Federal tem buscado enfrentar as questões sociais, tais como as desigualdades na distribuição de renda, no acesso à educação, nas questões de gênero e na agricultura familiar, com políticas compensatórias dirigidas às pessoas que vivem em situações de pobreza e extrema pobreza. Apresentam-se como exemplo dessa política o programa Bolsa Família, que procura proporcionar o direito humano à alimentação e cidadania à população mais vulnerável, com o objetivo de lhes garantir um mínimo de sustentação, configurando-se assim como programa de inclusão social.

Schneider (2003) aponta ter havido uma retomada dos estudos acerca dos problemas agrários e rurais no Brasil, na década de 1990, quando pesquisadores abriram a discussão sobre os impasses e as possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos e, em contrapartida, sobre as questões dos impactos da revolução tecnológica e das migrações. Verificam-se, atualmente, interesses por novos estudos sobre agricultura familiar, mercado de trabalho e dinâmica da população rural.

Inserindo-se nesse horizonte temático, esta pesquisa pretendeu investigar a forma como se processam o trabalho e a renda na agricultura familiar, no meio rural brasileiro. Tal estudo foi realizado no Assentamento Wesley Manoel dos Santos, localizado na Gleba Mercedes V, município de Sinop, MT, onde foram assentadas 497 famílias, em 1997. Ao se

tratar dessas questões, procurou-se relacioná-las com as possibilidades contidas na economia solidária, que surgiu como alternativa de superação do desemprego e da exclusão social, quando grupos sociais se unem na busca por soluções para seus problemas.

Discorre-se sucintamente sobre a realidade social e econômica da agricultura no Mato Grosso, com ênfase na pequena produção familiar, de modo a embasar e a seguir apresentar o objeto de pesquisa formulado e desenvolvido nesta Dissertação. Ao final da Introdução, sumariam-se os capítulos que a compõem.

A preocupação acerca do trabalho e da renda na agricultura familiar tem provocado discussões de vários autores, assim como várias publicações nas áreas de cooperação, solidariedade, assentamentos rurais e agricultura familiar. A década de 1990 foi um período produtivo em que apareceram vários estudos, pesquisas e livros que contribuíram para a afirmação e o reconhecimento da agricultura familiar no meio acadêmico.

Para Schneider (2003, p. 114), o elemento central da natureza familiar das unidades agrícolas está estabelecido nas relações de parentesco e de herança entre seus membros. No interior da família se localizam as principais razões que explicam a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. As decisões da família são definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam a sobrevivência social, econômica, cultural e moral nesse meio, de acordo com o autor.

O Brasil, na década de 1980, fase de colonização intensa do Mato Grosso, atravessou um período de crise: inflação elevada, alta do petróleo, redução de emprego nas cidades, altas taxas de juros e outros fatores que reduziram o ritmo de desenvolvimento econômico da Amazônia e dificultaram a permanência das famílias nessa região.

No período de 1980 a 2000, a agropecuária no estado de Mato Grosso, embora com dificuldades que atingiram a pequena produção, cresceu em torno de 200%, de acordo com os apontamentos de Figueiredo (2003). Esse crescimento, porém, mostrou-se incapaz de promover o desenvolvimento humano na região, pois, conforme mostra a autora, a população cresceu 24% entre os anos de 1991 a 2000, sem que os trabalhadores apresentassem aumento da renda.

Concorre, igualmente, o fato de que o modelo de desenvolvimento e de povoamento do Estado de Mato Grosso, em particular, e na Amazônia legal, em geral, seja caracterizado

pela: a) devastação da mata amazônica em consequência da inserção do latifúndio e da monocultura; b) exploração irracional da madeira, da pecuária de corte e de *commodities* como a soja, algodão e milho e c) produção mecanizada e exportadora, em prejuízo do meio ambiente e do desenvolvimento de pequenas propriedades rurais (PICOLI, 2004a).

A agricultura patronal seguiu seus caminhos de produção e uso de tecnologia, enquanto a familiar enfrentou dificuldades para se adaptar aos processos de produção. A agricultura familiar permanece lutando pela autonomia, pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor em uma sociedade que condena pessoas à submissão, à dependência, à privação e à ameaça de deterioração de meios de vida.

Essa luta por autonomia articula-se como a construção, o aperfeiçoamento, a ampliação e a defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza suas partes essenciais (PLOEG, 2009, p. 22). Os agricultores familiares precisam desenvolver, portanto, novas formas de produção voltadas à preservação do solo, matas e água.

Nota-se que a luta por melhores condições de trabalho, de financiamento, de educação e de saúde é relevante. A mobilização dos trabalhadores rurais na busca por melhores condições de vida para suas famílias e sua comunidade representa, assim, um objetivo a ser conquistado.

O interesse em pesquisar o Assentamento Wesley Manoel dos Santos, sob essa perspectiva, deu-se em virtude das dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares na geração de trabalho e renda para suas famílias. O Assentamento foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1997, por intermédio do sorteio de 497 famílias cadastradas nesse Instituto, nos municípios da microrregião de Sinop: Cláudia, Santa Carmem, Sinop, Tabaporã e Vera.

Na década de 1990, cresceu o interesse sobre novas possibilidades de trabalho e renda a essas populações. Dentre os estudos realizados no Brasil, surgiu uma nova forma de integrar essas famílias, e a denominação *economia solidária* foi utilizada pela primeira vez. Essa alternativa de produção foi uma proposta a produtores e consumidores para organizarem atividades econômicas segundo os princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162). Os autores demonstram que essas atividades de geração de renda caracterizam-se pelo predomínio de solidariedade sobre o interesse individual,

mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.

A economia solidária, presumivelmente, pode ser uma alternativa para os agricultores familiares de assentamentos, em seu processo de geração de trabalho e renda. A organização das famílias de forma grupal poderia ser feita por agregação de valor da produção, por meio de um processo de cooperação entre os membros com vistas à ampliação da renda. Ao estudar esses aspectos de modo preliminar no Assentamento Wesley Manoel dos Santos,¹ atualmente com oito associações, duas formais e seis informais, verificou-se que se enquadra na perspectiva apontada por Laville e Gaiger (2009), portanto permite um estudo sob esse prisma investigativo.

Sob a ótica do solidarismo e das formas de produção não-capitalistas, Gaiger (2004) publicou o livro *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*, cujo objetivo foi o de inventariar, descrever e comparar as experiências de economia solidária, em particular pelo seu potencial alternativo. Essa foi a primeira pesquisa nacional sobre o assunto, iniciada em 1999 e concluída em 2003. Essa obra permitiu que fossem visualizados os aspectos inovadores subjacentes da economia solidária e trouxe subsídios para discutir trabalho e renda no assentamento pesquisado.

A escolha do Assentamento Wesley Manoel dos Santos para tratar empiricamente do problema deste estudo, deu-se em função de uma pesquisa já iniciada pelo autor deste trabalho e um grupo de pesquisadores da Unemat, em 2009, que consistiu em realizar diagnóstico socioeconômico das famílias assentadas naquele local. Esse grupo de pesquisa – denominado ECOSOL: Economia Solidária / Unemat – tem como objetivo propiciar a incubação e o aperfeiçoamento de empreendimentos econômicos solidários para propiciar a inclusão social e o melhoramento do nível de vida dos participantes nesse espaço social que é o assentamento.

O ingresso no projeto efetuado no Assentamento Wesley Manoel dos Santos deu-se quando, em maio de 2009, o autor deste trabalho participou de uma reunião na Associação de Pequenos Produtores da Comunidade do Córrego Fundo. Na ocasião, o presidente da Associação, atualmente secretário do Sindicato, falou sobre os projetos da comunidade e sobre as 20 famílias que manifestaram interesse em viabilizar as áreas do assentamento.

¹ Esse estudo preliminar será explicado no decorrer do trabalho.

Verificou-se, inicialmente, que os produtores desta Comunidade trabalham na busca pela participação comunitária e realizam reuniões mensais para discutirem os seus problemas, como, por exemplo, a melhor forma de escoamento da produção do leite. Nessa Associação, os membros estabeleceram um vínculo de cooperação. As decisões são tomadas em grupo e visam ao benefício da comunidade. Essa forma de agir vai ao encontro das considerações de Laville e Gaiger sobre os empreendimentos solidários. De acordo com esses autores (2009, p.162), “a solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação”, ou seja, há ajuda mútua porque as pessoas se unem para buscarem soluções e enfrentarem as dificuldades. Por existirem laços de colaboração, podem surgir diversas formas coletivas de geração de trabalho e renda. Dessa forma, a economia solidária se faz presente na luta desses trabalhadores.

Diante dessas considerações, este estudo tem em vista as trajetórias que levam as famílias a ocuparem esse tipo de espaço no meio rural e nele se manterem, bem como o conjunto das estratégias individuais ou coletivas que garantam suas rendas. Um ponto central é a dimensão associativa presente, de forma implícita e explícita, em tais estratégias. Diante dessas circunstâncias e de acordo com os interesses investigativos desta pesquisa, o seu objeto pode ser anunciado sinteticamente por intermédio da seguinte questão: que funções as organizações econômicas e sociais, informais ou formais, de caráter associativo e cooperativo, têm cumprido em benefício da geração de renda de agricultores familiares assentados e em quais condições (produtivas, socioeconômicas e socioculturais) o seu papel pode ser ou já está sendo fortalecido?

Para tratar empiricamente do objeto proposto, foram selecionados previamente alguns aspectos relativos à possível incidência das organizações associativas e cooperativas sobre a renda e as condições de vida dos assentados, tendo-se em vista a revisão bibliográfica e os resultados do estudo exploratório antes mencionado. Esses aspectos, sem serem exaustivos, mas que incidem sobre pontos essenciais, portanto, funcionaram como hipóteses ou diretrizes orientadoras da pesquisa empírica; tais aspectos podem enunciados a seguir.

Como primeira hipótese, as organizações econômicas associativas e cooperativas cumprem funções de apoio à geração de renda para os agricultores assentados se demonstrarem serem fatores de *eficiência*, a curto e médio prazo, e de *sustentabilidade*, a

longo prazo, das economias familiares.

De acordo com Gaiger (2008, p. 66), a eficiência de uma organização econômica diz respeito à sua “capacidade” de preservar-se e consolidar-se em resultado do seu funcionamento. Refere-se a aspectos da operação econômica que garantem a sobrevivência do empreendimento no presente e não a comprometerem no futuro próximo”. Como sinais de eficiência, neste estudo, podem ser considerados: a) melhorias gerais nas condições de vida das famílias; b) existência de estratégias de produção; c) existência de estratégias de comercialização e d) utilização de controles contábeis básicos.

Como indicadores de sustentabilidade, foram considerados, neste estudo: a) como se processou a formação educacional dos agricultores familiares; b) treinamento e cursos realizados pelas famílias; c) parcerias estratégicas de preservação ambiental do assentamento e d) emprego de tecnologias de produção sustentáveis.

A segunda hipótese, o *ambiente de cooperação* enquanto tal, entre as pessoas e as organizações, favorece o fortalecimento das condições produtivas, socioeconômicas e socioculturais do assentamento. De acordo com Abramovay (2000), as relações sociais localizadas em determinados territórios permitem valorizar as comunidades. Um ambiente de cooperação entre empresas – no sentido da troca de informações, da preocupação comum com a formação dos trabalhadores, com a implantação dos serviços indispensáveis ao seu funcionamento e com a qualidade de vida de certa região – é uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento. De acordo com esse pressuposto, foram observadas neste trabalho a infraestrutura organizativa da produção e a qualidade de vida das comunidades.

Como terceira hipótese, as *experiências prévias e contínuas* dos assentados em atividades coletivas favorecem o fortalecimento do sistema econômico da comunidade, com a abertura de novas oportunidades para as organizações do assentamento. Assim, as instituições de representação das famílias dos assentados atuam no fortalecimento da organização social dos agricultores. Por intermédio do associativismo ou cooperativismo, de modo mais geral, o assentado pode suprir a sua estrutura de produção irregular durante o ano e estabelecer uma produção contínua para comercialização. Coube então averiguar aspectos como: a) experiências em atividades coletivas; b) participação em associações ou cooperativas e c) participação em outras organizações sociais.

A quarta hipótese, os *recursos externos*, sobretudo quando relacionados a políticas continuadas e bem focalizadas, fortalecem a organização social dos agricultores familiares do assentamento e estimulam as instituições de representação dos produtores, repercutindo positivamente sobre as práticas coletivas.

Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2009), as mudanças implementadas pelos recursos do PRONAF estão mudando sua forma de atuação. Antes eram voltados para o provimento de infraestrutura; agora, os recursos devem atuar no fortalecimento da organização social dos agricultores familiares e estimular a participação das instituições de representação. Foi, então, verificado o impacto de políticas como essas, em quesitos como: a) número de famílias atendidas; b) volume dos recursos liberados; c) volume dos recursos de infraestrutura e d) outros fatores de estímulo à organização social.

A quinta hipótese, quando as organizações estimulam a *permanência dos jovens* na propriedade rural, por meio de projetos produtivos e de outros estímulos para as famílias, garantem a perenidade da produção familiar e das estruturas coletivas. Com a finalidade de abordar esse aspecto ao menos aproximativamente, foi investigado: a) o número de famílias com jovens; b) os recursos liberados do Pronaf para jovens; e c) jovens que exercem outras atividades fora da propriedade.

Essas questões e linhas investigativas ficarão mais bem fundamentadas nas páginas que seguem. No segundo capítulo, serão apresentados os aspectos da colonização de Mato Grosso – desenvolvimento econômico e social –, buscando construir o problema da investigação propriamente dito. Além disso, também serão apresentados os aspectos da agricultura familiar – a qual tem procurado diversificar sua produção, na busca de geração de trabalho e renda para as famílias – no Brasil e no Mato Grosso. Serão abordados os aspectos associativos e cooperativos que atuam no apoio à produção familiar com vistas à organização para produção em grupo na tentativa de ampliar a renda dos produtores.

No terceiro capítulo, serão abordados os aspectos da questão social no Brasil. As unidades familiares, segundo Abramovay (1998), têm condições de se organizarem socialmente e incorporarem valores e práticas da cidadania à vida do campo. As instituições que atuam no espaço rural devem garantir uma organização articulada da agricultura familiar e contribuir para a geração de renda para os agricultores familiares. Essa é a importância da organização econômica das atividades das famílias, segundo o princípio de cooperação,

autonomia e gestão democrática.

No quarto capítulo, serão enumerados os objetivos e será apresentada a metodologia da pesquisa. O estudo procurou mostrar a trajetória anterior das famílias assentadas, sob o ponto de vista socioprodutivo e sociocultural; as condições em que as famílias ocuparam seus espaços no assentamento; as formas de organização comunitária no assentamento, incluindo estruturas associativas e cooperativas e outros aspectos de solidariedade; a formação de renda das famílias; o impacto das formas de solidariedade sobre a formação de renda; as possibilidades para que tais práticas de solidariedade fossem fortalecidas, em benefício dos agricultores. A principal modalidade de pesquisa aplicada no assentamento foi o levantamento, com a utilização da técnica do questionário, com questões fechadas.

No quinto capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa, em particular por meio de gráficos e tabelas, a análise e a interpretação dos dados sendo feitas com base nas referências bibliográficas e nas questões do estudo. A ele se seguem as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

2 COLONIZAÇÃO DE MATO GROSSO, AGRICULTURA FAMILIAR, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NO BRASIL

Esse capítulo tem a finalidade de apresentar os aspectos da colonização do Estado de Mato Grosso, demonstrando os fatores que permearam o sucesso ou fracasso das famílias que para lá migraram em busca de novas oportunidades de trabalho. Aborda os aspectos que influenciaram o desenvolvimento agrícola do Brasil, com a política de modernização da agricultura e implantação de novas tecnologias.

Apresenta os aspectos da agricultura familiar, evidenciando a transformação da produção tradicional para um sistema de produção integrado, pelo qual as famílias possam preservar os recursos da terra, solo, água, mantendo a produção e resguardando-os para as gerações futuras.

Demonstra o papel das instituições em valorizar o potencial de geração de renda das famílias no meio rural e a produção de alimentos de forma organizada, por intermédio do fortalecimento das organizações de produtores.

Apresenta os aspectos sobre o associativismo e cooperativismo, sistemas de cooperação entre as famílias que contribuem para melhorar as condições de vida e a geração de renda. As formas associativas e cooperativas possibilitam o acesso à moradia, à infraestrutura do assentamento, à educação e à saúde.

2.1 A colonização no Estado de Mato Grosso

A colonização é um processo social, e como tal, deve ser analisado pelo viés da Sociologia, pois está indissolúvelmente vinculada com outro fenômeno social: o processo migratório (SANTOS, 1993, p. 13). Quanto mais a colonização se inserir nas correntes migratórias, mais modificações provocará. Para o autor, a colonização sempre foi uma questão do Estado.

Não há dúvida que, há cinquenta anos, a colonização tem sido empregada no Brasil como estratégia governamental de povoação de novas terras: em diversos momentos da história recente, apesar de nem sempre se apoiar nas mesmas concepções e nem sempre empregar as mesmas estratégias, o que transparece é a decisão política, dando impulso à colonização (SANTOS, 1993, p. 16).

Após 1964, foi implantado um padrão de desenvolvimento agrícola: o da modernização da agricultura. A questão é que a modernização beneficiou a grande produção, em detrimento da pequena. Os programas de colonização implantados pelo Governo Federal foram de três tipos: 1) programas oficiais, tanto da União como dos Estados; 2) programas privados e 3) programas organizados por cooperativas de colonização, diretamente ligados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA².

No Estado de Mato Grosso, o órgão responsável por executar as políticas agrárias e fundiárias é o Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (INTERMAT³). Foi criado em 1975 e reestruturado em 1979, garantindo ao trabalhador rural e urbano o acesso à terra e à melhoria da qualidade de vida. Com a sua reestruturação, novas áreas devolutas foram incorporadas ao Estado. Áreas já ocupadas foram regularizadas para evitar os conflitos sociais provocados pelo uso e posse de terra.

A colonização de Mato Grosso teve seu início na década de 1970, com a vinda de agricultores, com ou sem recursos materiais e financeiros, para iniciarem atividades agrícolas, estimulados por programas de financiamento e modernização tecnológica da agricultura. Os agricultores com recursos materiais e financeiros conseguiram, em sua maioria, êxito nos seus empreendimentos. Enquanto isso, aqueles sem condições financeiras enfrentaram diversas dificuldades para permanecerem em suas propriedades, tais como o solo de baixa produtividade, falta de estradas, doenças como malária, leishmaniose, etc.

No processo de colonização de Mato Grosso, a proveniência dos agricultores era diversa: do Nordeste vieram camponeses sem terra ou pequenos proprietários, cujo fluxo aumentava por ocasião das secas periódicas; do Espírito Santo e de Minas Gerais, pequenos proprietários e meeiros; do Sul, camponeses sem terra e pequenos proprietários do oeste do

² O órgão federal responsável pela colonização e reforma agrária desde 1970, com a incumbência da organização dos programas, da direção das operações de seleção e de transferência dos colonos desde as regiões de origem, da delimitação dos perímetros de colonização, da medição das terras, do preparo do território, da demarcação dos lotes e do assentamento dos colonos. O projeto dos núcleos urbanos, como as agrovilas, também é de sua responsabilidade.

³ O órgão estadual responsável pela demarcação das terras do Estado para ocupação de famílias cadastradas. Responsável pela organização e regularização de áreas do Estado ocupadas por posseiros.

Paraná, do oeste de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul. Na colonização privada, a região de origem dos colonos seria, em geral, aquela em que houvesse maior número de pequenos proprietários: os três Estados da região Sul e, em menor escala, as regiões do Nordeste e do Sudeste.

No que diz respeito à realidade do espaço agrário do Estado de Mato Grosso, sob o ponto de vista das unidades agrícolas e de sua componente familiar, adiantam-se, segundo Santos (1993), a presença predominante dos seguintes grupos sociais: os agricultores parceleiros, os agricultores compradores, os agricultores posseiros, os meeiros e os agricultores expropriados. Os parceleiros são os que compraram ou receberam uma parcela de terra de um programa de colonização oficial ou privado; os compradores são aqueles que recompraram o lote dos agricultores parceleiros, ou seja, compraram o título de propriedade com os direitos de aquisição. Os agricultores posseiros são os que já moravam nas terras antes de se implantarem os programas de colonização; os meeiros, os que têm acordo verbal de arrendamento à meia com outros agricultores. Os expropriados caracterizam-se por terem sido expulsos da terra por algum projeto público, isto é, famílias que habitavam um determinado espaço e precisaram desocupar o lugar para atender a interesses públicos como, por exemplo, as que residiam onde se construiu a Usina de Itaipu, no Paraná. Essas famílias de produtores foram retiradas de seus espaços, indenizadas e tiveram de migrar para novos espaços agrários no Brasil.

Durante a colonização de Mato Grosso, nas regiões centro e norte do Estado, as agências de colonização se encarregavam da organização da vida social em vários níveis: o delineamento das agrovilas que produziram relações de vizinhança; a criação das associações locais por assistentes sociais dos órgãos públicos, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL); o sistema agrícola, previamente traçado sem qualquer consulta aos colonos; o processo de trabalho dos colonos, também orientado diretamente pelas agências de colonização. Concorreram, à época, para essa forma de administração da vida social, todos os órgãos públicos implicados tanto nos programas oficiais como nos privados.

O papel das cooperativas de colonização, nos anos 1970, era promover a difusão da mensagem da colonização das regiões de origem, no caso do sul do Brasil, e fazer a seleção dos colonos. Segundo Santos (1993), essas cooperativas foram implantadas no meio rural na região Sul há dezenas de anos e eram utilizadas para persuadir os colonos a se fixarem no

local. Na região norte do Estado foram instaladas a COOPERCANA, em Terra Nova do Norte, e a COTREL, em Guarantã do Norte, como cooperativas de origem no Sul, trazidas para Mato Grosso.

Ainda nos anos 1970, o INCRA criou um programa de agrovilas para as colonizações no Brasil. Consistia em um vasto retângulo com os terrenos residenciais dos colonos dispostos um ao lado do outro, em duas fileiras paralelas. No centro, ficavam a capela, o salão de reuniões e festas, a escola primária, o campo de futebol e o jogo de bocha; também ali ficavam os serviços coletivos essenciais como o dispensário que, não obstante, foi construído raramente. Santos (1993) afirma que as “agrovilas”, assim como as “linhas” de antanho, serviram de base para a formação de uma “comunidade local”.

Santos (1993, p. 208) relata que:

Os lotes na colonização efetuada pelo INCRA eram divididos por unidade produtiva familiar. Porém, devido às diferenças regionais, a superfície podia variar de 100 ha, considerado pelo INCRA o módulo mínimo da região Amazônia, até 400 ha, superfície máxima, sobretudo nas regiões de “campo cerrado”.

Nos programas oficiais, o tamanho dos lotes não passaria, em geral, de 200 ha. Nos centros privados, porém, as superfícies eram maiores. É preciso lembrar que o Código Florestal de 1965 exige que 50% da superfície de cada propriedade na Amazônia Legal não sejam cultivadas e permaneçam como reserva de floresta. No começo dos anos de 1970, essa parte da reserva ficava dentro de cada lote, como foi feito em Sinop – MT. A partir de 1975, a reserva foi reunida em uma superfície contínua, ou seja, uma reserva florestal em condomínio para cada área de assentamento.

Vários fatores influenciaram o sucesso ou fracasso da colonização no centro-norte de Mato Grosso. As dificuldades encontradas pelas famílias foram discutidas por Santos (1993) e Martins (1997). Problemas com infraestrutura, saúde, educação e estradas precárias foram algumas das dificuldades encontradas. Com relação aos projetos de empreendimentos privados, em sua maioria tiveram sucesso com os investimentos públicos iniciais de financiamento.

2.2 A agricultura familiar

Primeiramente, no tocante à sua conceituação, a agricultura familiar, tal como definida usualmente, compreende uma diversidade de formas de fazer agricultura e se diferencia conforme os tipos de famílias, o contexto social, a interação com o ecossistema e a sua origem histórica. Schneider e Nierdele (2008, p. 990) apontam as características locais e regionais atribuídas às famílias que vivem nesse contexto. São chamados de colonos, sitiantes, posseiros, ribeirinhos, assentados, entre outras designações.

A reprodução social, econômica, cultural e moral das formas familiares dependerá do modo como as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço onde estão inseridas. Os indivíduos precisam considerar o bem-estar, a moradia e as possibilidades materiais para poderem alcançar seus objetivos. Para Schneider (2003), é o âmbito familiar, o definidor dessa questão.

Segundo esse autor (2003, p. 115):

A família é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola. Está ligada por laços de parentesco e consanguinidade (filiação), podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção). É no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes, e é em função desse referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam garantir a reprodução do grupo.

De acordo com Wanderley (2004, p. 45), a unidade de produção familiar é uma forma particular de organização da produção, onde são formadas as regras à transmissão sucessória.

Segundo Ploeg (2009), a partir da década de 1960, surgiu o modo de produção empresarial, que se materializou e se desenvolveu em quase todo o mundo. Uma tecnologia modernizada, dirigida à produção agropecuária, resultou em aumentos significativos dos resultados antes alcançados pelo trabalho braçal, não-mecanizado, que vigorava até então. O modo de produção empresarial da agropecuária não fez desaparecer, entretanto, o modo camponês⁴ de produção. Segundo o autor, o camponês expressa a formação de novas e

⁴ Para Schneider (2009), a expressão agricultura familiar ganhou projeção somente a partir do final dos anos 1980. O sindicalismo rural fez discussões sobre o espaço e o papel dos pequenos produtores rurais no Brasil, e também, o processo de integração dos países do Mercosul, que forçou as organizações de pequenos produtores a buscarem informações sobre políticas para os agricultores familiares.

promissoras relações sociais que definem a posição do campesinato na sociedade, onde a base de trabalho é abundante, mas os recursos são relativamente escassos.

A colonização da Região Amazônica, no período de 1964 a 1984, foi feita por meio de projetos de colonização. Santos (1993) apresenta a colonização constituída por grupos e por forças sociais em tensão e em conflito, por causa das práticas econômicas, sociais, políticas e de suas representações ideológicas. Retrata, ainda, a colonização como uma questão do Estado e afirma que esses projetos de reassentamento foram formulados segundo um modelo de desenvolvimento agrícola de modernização da agricultura e implantação de projetos com tecnologias novas.

Santos (1993, p. 260) conclui sua pesquisa relatando:

Os colonos, por sua vez, tiveram grandes dificuldades para organizar suas ações coletivas, quer em nível das comunidades locais (das agrovilas), quer em nível dos sindicatos municipais. Mas foram inúmeras as situações de crise e isso os ajudou. Acontece que o primeiro ato de protesto foi a rejeição dos programas de colonização e o abandono dos lotes: como os colonos vinham das regiões agrícolas do Sul, puderam encontrar aí uma terra de acolhida e retornar, em certos casos, em massa. Para os colonos que, apesar de tudo, ficaram nos lugares de colonização, pode-se observar a construção de um projeto de autonomia: ao invés do modelo unívoco de modernização da agricultura, aqueles colonos quiseram desenvolver uma agricultura estabilizada. Neste intuito, empregaram múltiplos meios, mas é óbvio que o processo está longe de estar concluído: da diversificação dos produtos ao autofinanciamento, do trabalho complementar como assalariado temporário à conversão em colono-garimpeiro em certas regiões amazônicas.

O estudo dessa obra mostrou que os programas governamentais implantados na região amazônica, embora objetivassem a geração de renda para as famílias, trouxeram dificuldades para elas, pois a permanência em regiões bem diferentes das que viviam impossibilitavam boas condições de vida, de saúde e de alimentação. Ao mesmo tempo, não eram boas as condições de produção, em função do avanço da modernização agrícola. Os modos de produção na sua maior parte reduziam-se ao trabalho manual, sem uso de tecnologia. Com a modernização da agricultura a partir da década de 1960, o governo começou a estimular, por meio de financiamentos subsidiados, a mecanização das grandes fazendas, para cultivo ou para pastagens (MARTINS, 1997, p. 70). O estímulo à produção mecanizada dificultou a permanência dos produtores nas pequenas propriedades porque não tinham condições financeiras para adquirir maquinário que acelerasse a produção.

No contexto econômico e social atual, o agricultor familiar possui resistência para se

adaptar à nova realidade de mercado. Romper com a agricultura tradicional é buscar um processo de mudanças que afetam a forma de produzir e a vida social das famílias.

Para Wanderley (2004, p 48)

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão.

Mesmo integrada ao mercado, a agricultura familiar continua de subsistência. As famílias procuram, entretanto, diversificar sua produção a fim de ampliar a geração de renda. Ao mesmo tempo, os filhos adultos dessas famílias de agricultores buscam sua autonomia, com outros afazeres, não vinculados à agricultura, embora permaneçam morando com seus pais. A mulher por sua vez, geralmente trabalha externamente para melhorar a renda da família. Os homens solteiros, geralmente, procuram adquirir alguns bens para constituição de uma nova família.

A agricultura familiar está no centro das atenções atuais da sociedade brasileira. Os agricultores familiares estão buscando novas formas de configuração de vida social, procurando se organizarem em grupos para conquistar seus espaços nos processos produtivos e nas relações de trabalho.

De acordo com Wanderley (2009, p. 44):

Ela assume especial relevo a preservação do patrimônio natural, a quantidade e a qualidade dos alimentos, as demandas de segurança alimentar, a adequação dos processos produtivos e a equidade das relações de trabalho. Da mesma forma, trata-se de afirmar novas configurações de vida social que, vencendo o isolamento que empobrece e estiola as relações humanas, evitem as formas degradadas de muitas das aglomerações urbanas. O grande desafio consiste na busca de outras maneiras de produzir, que não agridam nem destruam a natureza, que valorizem o trabalho humano e contribuam efetivamente para o bem-estar das populações dos campos e das cidades. Os agricultores familiares, em sua grande diversidade, têm feito sua parte: acumularam em sua história experiências virtuosas com o trato da terra e da água, foram capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista, conquistaram aliados para suas causas e aprenderam a dialogar com instituições as mais diversas.

No Estado de Mato Grosso, grande produtor de alimentos, a produção agropecuária é conduzida pela agricultura patronal, que, segundo dados do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de possuir o maior rebanho brasileiro de gado de corte, ocupou na safra 2008/9, a primeira colocação em produção de soja, milho, algodão. Essa produção se deveu ao uso de tecnologias modernas para o preparo do solo, adubação, plantio, manejo e colheita.

A grande produção é viabilizada pelos grandes proprietários que defendem os próprios interesses, com expressiva presença de ruralistas na bancada estadual e federal. Os sindicatos patronais representam os grandes produtores de todo o Estado, com apoio da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso (FAMATO) pela defesa dos interesses e na busca de apoio dos governos estadual e federal para a liberação de recursos para manter a produção brasileira.

A política agrícola no Brasil é definida pelo Ministério da Agricultura (MAPA), ligado à agricultura patronal, e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela agricultura familiar. Trata-se de duas políticas públicas distintas, para cada categoria de produção, que se diferenciam pela própria constituição de dois ministérios. A força política do MAPA expressa o peso dos interesses predominantes, principalmente os da grande produção. Por sua vez, a partir da primeira década do século XXI, os programas do MDA foram ampliados. Os recursos disponibilizados para a agricultura familiar por intermédio do PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar, na safra 2003/4, totalizaram R\$ 5,4 bilhões. Na safra 2008/9, os recursos disponibilizados chegaram a R\$ 13,0 bilhões, com uma ampliação de 250% neste período.

A ampliação de crédito, no entanto, não representou mais renda para a agricultura familiar. Os agricultores familiares do Assentamento Wesley Manoel dos Santos, objeto deste estudo, é um, dentre muitos, que não têm acesso ao crédito. Os problemas de regularização fundiária são alguns dos motivos ou obstáculos para a liberação do crédito rural e, por carência de subsídios, as famílias têm dificuldades em manter suas áreas de produção. É necessário, por isso, buscar alternativas, como a economia solidária, para que sejam dadas condições de trabalho e o conseqüente aumento de renda para as famílias assentadas.

Os agricultores familiares precisam produzir de forma sustentável, que garanta a sua produção e a das gerações futuras, valorizando o trabalho e bem-estar das populações do campo. As diversas instituições que atuam na organização do assentamento precisam ajudar as famílias rurais a conquistarem seu espaço como elemento de geração de trabalho.

2.3 Associativismo e cooperativismo rural

Para Martins (2008), no meio rural, é comum o desenvolvimento de formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias, etc. Essas formas de cooperação vêm dos tempos da Colonização até os dias atuais e têm origem nas práticas tradicionais dos primeiros colonos portugueses, como também dos povos africanos que conformaram parte significativa do campesinato brasileiro. Na década de 1960, essas formas associativas primárias, como as trocas de serviço, mutirões e roças comunitárias, foram estimuladas tanto pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), como também pelos setores progressistas da Igreja Católica.

Na década de 1980, a política de restrições de crédito do governo, a alta inflação e o déficit público acentuaram as desigualdades sociais. A indústria demitiu um número maior de pessoas e, com isso e outros fatores, formaram-se os bolsões de miséria no país. As cidades passaram a ter um número maior de pessoas desocupadas à espera da interferência do governo para solucionar o problema do desemprego e, em consequência, intensificam-se as lutas por inclusão social.

Ianni afirma:

O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos continentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias, direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como corre a metropolização dos maiores centros urbano-industriais, também ocorre a abertura e reabertura das fronteiras. Os surtos de atividades agrícolas, pecuárias, extrativas, mineradoras e industriais, ao longo das várias repúblicas, assinalam os mais diversos movimentos de populações e negócios, de fatores econômicos ou forças produtivas. As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos. (2004, p. 106-107)

Em meados da década de 1980, proliferou no país a luta pelo trabalho e pela terra. As organizações sindicais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) buscaram um novo espaço de vida e de trabalho. As manifestações objetivaram resolver os problemas dos trabalhadores e do MST na busca de soluções para as questões agrárias do país.

De acordo com Navarro (2002, p. 192), a emergência de lutas sociais em áreas rurais ocorre com o:

Nascimento no início da década de 1980, e o posterior desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tornou gradualmente conhecida sua sigla – MST – e outros de seus ícones públicos especialmente sua bandeira vermelha e os típicos bonés utilizados por seus militantes. As lutas sociais empreendidas por esta organização, que nasceu como um movimento social decorrente do processo de transição política experimentado pelo Brasil a partir do final da década de 1970 (trânsito posteriormente sinalizado pela ascensão do primeiro civil, em 1985), concretiza-se provavelmente um dos mais surpreendentes processos sociais em curso.

Nessa mesma época, a nova colonização do Estado de Mato Grosso trouxe um crescimento significativo em termos de renda para o Estado. Houve instalação de grandes empreendimentos agropecuários na região, com crescimento da região sul e norte. Formaram-se organizações sindicais fortes para proteção dos direitos dos produtores com eleição de líderes ruralistas para defenderem os interesses das grandes propriedades.

Embora em um período de pouco incentivo à pequena produção, os movimentos sociais no Brasil continuaram suas lutas pela busca de espaço. As pressões sobre o governo federal, na década de 1990, forçaram a adoção de novas políticas para conter o problema do desemprego. Esses movimentos abriram espaço para novos projetos de assentamento do INCRA, pela pressão social, em particular do MST.

Para Ianni (2004, p. 120), quando emergem os interesses dominantes aglutinados em diretrizes governamentais, “os movimentos sociais, as organizações sindicais, os partidos políticos e outros espaços de atividades sociais, políticas e culturais sofrem contínuas injunções de interesses identificados com a moderna sociedade industrial”. A força dos movimentos dos trabalhadores e do MST fez serem assentadas novas famílias na área rural, confirmando a tese de Ianni. Houve denúncias sobre propriedades improdutivas e o INCRA iniciou as investigações. Foram demarcadas várias áreas da União e muitas propriedades foram desapropriadas na década de 1990, ações ainda hoje realizadas.

Segundo dados do INCRA (2000), foram criados, no período de 1986 a 2000, no Estado de Mato Grosso, 274 assentamentos, ocupando uma área de 3,3 milhões de hectares, com 53 mil famílias assentadas. Naquele momento, o Brasil passava por várias oscilações econômicas como inflação alta e alarmantes índices de desemprego. Principalmente na década de 1990, com a globalização houve uma liberação de economia brasileira, que, conforme

afirmado no início deste projeto, marcou acentuadamente as questões sociais.

Dos projetos criados em Mato Grosso, no âmbito das políticas estaduais, três assentamentos rurais foram implantados na região norte do Estado em 1997: o Projeto Ena, em Feliz Natal, com 450 famílias; o Projeto Mercedes I e II em Tabaporã, com 900 famílias; o Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos, em Sinop, com 497 famílias. Quanto ao MST, ainda é embrionário na região e suas conquistas são recentes. No norte do Estado de Mato Grosso, por meio de suas lutas em 2008, fixou o assentamento de 50 famílias em Vera e conquistou um acampamento na Fazenda Panorama, em Sinop, em uma área de 1.500 hectares, com 150 famílias acampadas.

O Assentamento Wesley Manoel dos Santos foi criado em 21 de novembro de 1997, em um lote com uma área total de 38.291 ha, no município de Tapurah. Posteriormente, no ano de 2002, passou a pertencer à área do município de Sinop, terra adquirida pelo INCRA e de propriedade da empresa Sequóia Administração e Empreendimentos Ltda.. A desapropriação do imóvel se deu por interesse social, quando o INCRA, após vários estudos, concluiu que o tamanho da parcela de terras para cada assentado seria de aproximadamente 70 ha, perfazendo um total de 500 lotes rurais, nos quais foram assentadas inicialmente 497 famílias. Três lotes foram reservados para outro projeto futuro que poderia talvez vir a ser uma escola agrícola.

As famílias assentadas iniciaram suas atividades na perspectiva de liberação de recursos para habitação (recurso para construção de casas para as famílias, liberadas por intermédio do orçamento do governo federal) e de recursos para crédito em investimentos na propriedade (PRONAF). O Assentamento está em região da Amazônia legal e a regularização ambiental não foi realizada; os recursos até o início de 2010 não foram liberados para as famílias.

Para Abramovay (1999, p.18), a organização local, a ampliação do círculo com os quais se relacionam os agricultores, a pressão para que aumente seu acesso ao crédito e os investimentos públicos em infraestrutura e serviços e, sobretudo, os investimentos em educação e formação são fatores que, quando conjugados, têm o poder de alterar o ambiente institucional do meio rural para se deixe ao atraso e ao abandono. É nesse sentido que o capital social substitui, em parte, o capital físico: ele é a base a partir da qual os agricultores adquirem as prerrogativas necessárias para sua participação no processo de desenvolvimento.

Para Putnam (1996, p. 177), o capital social representa as características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O capital social facilita a cooperação espontânea. As primeiras instituições de poupança e crédito rotativo, nos Estados Unidos, tiveram sua composição social, organização e tamanho conforme os critérios das contribuições do grupo social, cujas relações eram de confiança.

De acordo com Putnam (1996, p. 180), uma característica específica do capital social – confiança, normas e cadeias de relações sociais – é o fato de que ele constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. Assim como todos os bens públicos, o capital social não costuma ser valorizado pelos agentes privados.

O capital convencional é representado pelo capital físico. Segundo Coleman (1990, p. 304), foi criado por fazer alterações nos bens materiais, de modo, a formar ferramentas que facilitam a produção. O capital físico é totalmente tangível, sendo incorporado na forma material observável; o capital humano é intangível, pois se concretiza nas habilidades e conhecimentos adquiridos por um indivíduo, ao passo que o capital social é ainda intangível, pois está incorporado nas relações entre as pessoas.

O capital físico humano facilita a atividade produtiva, bem como o capital social. Um grupo, por exemplo, cujos membros se manifestam e depositam extrema confiança um no outro, será capaz de realizar muito mais do que um grupo, ao qual falta credibilidade e confiança (COLEMAN, 1990).

A sociedade, em quaisquer configurações que já apresentou no decorrer da História, moderna ou tradicional, autoritária ou democrática, feudal ou capitalista se caracteriza por sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, tanto formais quanto informais. Esses sistemas são horizontais, congregando agentes que têm o mesmo status e poder ou são verticais, juntando agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência (PUTNAM, 1996, p. 182).

Nas pesquisas realizadas por Almeida *et al.* (2006), a construção de políticas locais de segurança alimentar e agricultura familiar apresentam aspectos focados de baixo para cima para inclusão social das redes organizacionais locais. Abrem-se as possibilidades do

envolvimento dos pequenos produtores, marginalizados em relação aos mercados tradicionais, para alcançar a venda e a fabricação dos alimentos, no município ou região.

Segundo Almeida *et al.*,

As redes hoje refletem trocas importantes dentro das formas de governança, principalmente em gestões de programas de segurança alimentar. Estas formas refletem a caracterização cada vez mais complexa da sociedade civil e dos governos, a importância crescente da informação e do conhecimento dos agentes envolvidos em qualquer política, a confiança do governo em atores não governamentais para formular e implementar políticas públicas, as transparências em resultados da gestão pública, etc. (2006, p. 6).

As redes formadas localmente podem articular um conjunto de empresas, associações de interesses, organizações não-governamentais, cooperativas, agricultores, agências públicas estatais, prefeituras, universidades e centros de pesquisa para solucionar e potencializar as particularidades de uma determinada região.

De acordo com Abramovay, é preciso organizar iniciativas que comecem a materializar a existência de uma dinâmica territorial:

Feiras de produtores rurais são um exemplo barato de como certas aptidões locais podem converter-se na base para a formação de novos laços de confiança e cooperação entre setores econômicos. Seminários voltados à descoberta de novos potenciais produtivos podem exercer um papel também de relevo neste sentido. Este tipo de iniciativa tem a vocação de propiciar o surgimento de uma realidade intermediária entre o Estado e o município, capaz de articular as ações necessárias à formação e ao desenvolvimento de uma rede territorial (2000, p. 391).

Os municípios, em seus territórios, devem procurar alternativas que possam mudar o potencial de geração de renda do meio rural; valorizar o trabalho artesanal da região na produção de alimentos, garantindo a sanidade e a imagem dos modos tradicionais de produção. O papel das instituições (extensionistas, associações profissionais, movimentos sociais e universidades) é importante para a construção de uma marca regional ou local.

Para Abramovay, construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste:

Antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo

nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios (2000, p. 394).

Esses novos territórios podem ser formados com o fortalecimento das instituições que atuam no apoio à produção familiar, valorizando o capital social existente na agricultura familiar.

Como alternativas para a reversão das consequências sociais e econômicas desfavoráveis no meio rural, o surgimento de agroindústrias rurais constituem instrumentos de geração de renda aos agricultores familiares, promovendo a inclusão social e econômica das famílias (ALMEIDA *et al.*, 2006).

Mesmo com o processo de globalização, as formações ou renovações dos circuitos regionais produtivos concorrem para as mudanças sociais dos lugares, pautadas nas atribuições de suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade da produção alimentar (ALMEIDA *et al.*, 2006).

Após a Segunda Guerra Mundial, surge a percepção acerca dos impactos ambientais do acelerado crescimento econômico com a ideia de sustentabilidade. O componente sustentável indicava a necessidade de estratégias de produção que incorporem dimensões ambientais (NAVARRO, 2001).

Gaiger (2008, p. 67) define a sustentabilidade de um empreendimento como:

À sua capacidade de gerar condições de viabilidade e prosseguir funcionando a médio e longo prazo. Envolve aspectos internos e externos, mas exclui aquelas estratégias que adiam compromissos assumidos ou transferem determinados custos de operação à sociedade, como o emprego de tecnologias baratas ou a depredação do ambiente natural.

Os pesquisadores Scopinho *et al.* (2006) acompanharam o acampamento do MST Sepé Tiaraju, na região de Ribeirão Preto, SP, no período de 2003 a 2005, que contava com 61 famílias no início do projeto e 80 famílias no final, quando efetivamente foram assentadas 94 famílias. A pesquisa verificou a origem e as trajetórias de migração, experiências profissionais e expectativas das famílias em relação ao assentamento.

A pesquisa revelou que as famílias tinham uma composição muito variada, algumas com mais de oito pessoas e outras com somente uma. Suas origens eram as mais variadas, isto

é, trabalhadores formais, boias-frias, indivíduos com histórico de drogadição ou dependência crônica do uso de álcool; algumas mulheres que, por viuvez ou separação, procuravam outra alternativa de vida. As trajetórias dessas pessoas, verificadas na pesquisa, foram as mais diversas, pois algumas famílias já haviam transitado pelos mais variados Estados e diferentes municípios. Ao mesmo tempo, nesses grupos havia a ideia recorrente de trazer seus parentes para fazerem parte do assentamento. Scopinho *et al.* afirmam que

As rotas migratórias dos assentados confundem-se com as daqueles trabalhadores rurais assalariados temporários que vieram para São Paulo entre os anos de 1980 e 1990 para trabalhar nas regiões de monocultura, especialmente a canaveira e a citrícola. Na década de 1990, com a intensificação da mecanização agrícola através do uso de colheitadeiras mecânicas, o desemprego, a ausência de alternativas e a omissão do Estado no que se refere à situação dos desempregados, não tivas para esta população, que passou a sobreviver precariamente do trabalho informal nas periferias das chamadas “cidades-dormitório” de “boias-frias” da região. A maioria das famílias migrou mais do que três vezes, algumas desistiram de tentar a vida fora da cidade de origem, retornaram a ela, mas, por falta de alternativa, tornaram a migrar (2006, p. 4).

Os trabalhadores tinham vínculos com a terra, mas na condição de assalariados temporários – chamados boias-frias – ou eram filhos de trabalhadores rurais, que haviam vivido durante a adolescência em fazendas ou sítios e na idade adulta migraram para as cidades para trabalhar. Essa ligação com o trabalho agrário era um misto das lembranças que trouxeram da infância e juventude com a experiência vivida do assalariamento. Da cultura do trabalho precário e dividido, trazem as marcas de exploração e submissão, experiências de trabalho e vida na luta pela sobrevivência (SCOPINHO *et al.*, 2006). A pesquisa de campo realizada no assentamento Wesley Manoel dos Santos procura mostrar as experiências anteriores de trabalho das famílias e suas experiências de atividades coletivas.

A antropóloga Karin Naase (2010), em sua pesquisa realizada em quatro assentamentos na região sudeste do Pará, aponta as trajetórias e estratégia de vida das famílias nos assentamentos da reforma agrária. As trajetórias procuraram mostrar as causas, motivações, oportunidades, permanência ou saída do assentamento. As estratégias de vida mostram os recursos naturais, as políticas públicas, espaço social e os recursos econômicos.

De acordo com Naase (2010), as diferentes estratégias de vida ao longo do tempo – entre os pioneiros e os assentados atuais – devem-se à falta de socialização coletiva, de uma visão comum para os assentamentos e de orientação às associações nos assentamentos. Houve grande mobilidade das famílias nos assentamentos e projetos individuais de produção. A preservação ambiental mostrou-se frágil na condução das políticas públicas para a Amazônia,

grandes áreas foram derrubadas para criação pecuária de corte.

Segundo a pesquisa de Naase (2010) as associações de assentados desempenharam um importante papel no processo de criação do espaço social nos assentamentos. Nos últimos anos, as associações tiveram mudanças, atuando na forma de administrar crédito, mas mostrando-se pouco atuantes na articulação e representação dos interesses dos assentados fora do contexto administrativo da reforma agrária. No Sudeste do Pará, os interesses dos assentados são representados via organização sindical e política.

Para a pesquisadora, a gestão dos recursos naturais depende da organização e da ordem social dos assentados, portanto as expectativas e metas dos assentados devem estar compromissadas coletivamente com o espaço social e natural, tendo em vista os recursos naturais, imprescindíveis para sustentabilidade da região.

Com relação às expectativas do Assentamento Sepé Tiarajú, Scopinho *et al.* descrevem que

Existia entre os assentados uma expectativa geral de que, junto com a posse do lote de terra, viria a libertação, entendida principalmente como oposto da condição de estar subordinado a um patrão e ter que sobreviver de um salário que está sempre aquém do necessário ou como libertação da incerteza da existência de trabalho tendo em vista o que ele significa para a sobrevivência. Aparentemente trata-se da expectativa da liberdade idílica de voltar ao campo e ser dono de si, de realizar o “sonho de ter a terra”. No entanto uma análise das expectativas dos assentados em relação ao futuro do assentamento, revelou mais do que isto. As expectativas levantadas foram agrupadas em categorias definidas de acordo com a preocupação que elas pareciam revelar: de satisfazer necessidades sociais básicas, de trabalhar e produzir, de participação social e política, de recuperar o meio ambiente, postura individualista e postura negativista e passiva (2006, p. 6).

As famílias tinham a preocupação em trabalhar e produzir em atividades agropecuárias de acordo com a proposta de organização do assentamento pelo MST. Concomitantemente, desejavam participar social e politicamente, contribuindo com a organização de outros projetos do mesmo teor. Esperavam retribuir ao MST e à sociedade o que obtiveram da inserção nesses empreendimentos. Tinham expectativas de organizarem a vida em cooperação e de contribuírem para o desenvolvimento de ações coletivas.

Suas expectativas de recuperar o meio ambiente demonstram relação com a terra, de modo a incorporar as orientações do MST e do INCRA em desenvolver uma agropecuária sustentável no campo. As famílias pretendiam recuperar o solo e preservação das águas como condição para produzirem e se manterem na propriedade.

As expectativas e as experiências apresentadas entre as famílias do Sepé Tiarajú foram as mais diversas. Para Scopinho *et al.*,

O processo organizativo enfrenta o desafio de convergir esta diversidade no sentido de construir um projeto econômico-social coletivo que viabilizasse o assentamento sem negar as tradições e costumes da comunidade. Pensar e desenvolver este projeto passa, necessariamente, pelo reconhecimento e pela compreensão do sentido que os assentados atribuem à cooperação, já que esta é a forma organizativa preconizada pelo MST e está entre as condições impostas pelo Estado para conferir existência legal ao assentamento (2006, p 9).

Esses grupos familiares assentados em Sepé Tiarajú tinham o desafio de desenvolver suas atividades na busca do reconhecimento social e de serem compreendidos pela sociedade como cidadãos, os quais buscam um espaço para produção de alimentos e geração de renda.

Para Souza e Bergamasco (2009, p. 36), “as famílias assentadas possuem estratégias com as quais se organizam de maneira a permitir sua permanência na terra”. Participam de organizações por intermédio de cooperativas, associações, ou mesmo procuram realizar suas atividades com parentes ou vizinhos mais próximos. A pesquisa desses autores, realizada no Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo (2009), evidencia as propostas associativas e cooperativas implantadas nos assentamentos. Os assentados articularam-se de forma organizada para melhoria das condições de vida de todos, fortalecendo a coletividade e a solidariedade. Esses autores também apontam que, em alguns grupos formais ou informais, as organizações incentivadas por ONGs (Organizações Não-Governamentais) e pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) tiveram êxito em seus empreendimentos. Algumas organizações tiveram dificuldades em conduzir seus empreendimentos por motivos financeiros ou pela saída dos sócios; outras permaneceram em suas atividades.

A mesma pesquisa de Souza e Bergamasco aponta algumas instituições – igrejas, ONGs e sindicatos – como articuladores importantes para desenvolverem um trabalho em conjunto com as famílias assentadas, pois possibilitam o fortalecimento das organizações e a melhoria das condições de vida dos assentamentos.

Em 2006, Scopinho apresentou, no VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, em Quito, no Equador, uma pesquisa sobre Controle do Trabalho e Condições de Vida em Assentamentos Rurais, relatando as relações de cooperação existentes no Assentamento Sepé Tiaraju. As famílias assentadas tinham orientações e cursos ministrados pelo MST, sobre a produção agroecológica diversificada e voltada para subsistência. Nos cursos, os produtores

eram orientados para a produção coletiva, conforme definiam algumas normas do MST.

Para Scopinho,

Em determinados períodos houve alguns ensaios de produção coletiva, mas nem todos estavam envolvidos e/ou de acordo com este modo de trabalhar. Esses ensaios, os processos de formação e capacitação proporcionados pelo MST, as experiências de trabalho anteriores, as inúmeras experiências de cooperação desenvolvidas no cotidiano para resistir no acampamento, entre outras, contribuíram para que os assentados construíssem um conjunto de sentidos sobre cooperação (2006, p. 12).

As famílias viam a cooperação como uma imposição do MST e do INCRA e respondiam às questões com respostas controladas, por medo de perderem seu espaço no assentamento. A pesquisa realizada por Scopinho (2006) procurou verificar as vantagens e desvantagens de trabalhar coletivamente.

Dentre as principais vantagens econômicas apontadas pelos assentados, destacam-se:

As relacionadas às melhorias na organização, no sistema de planejamento e na gestão da produção. Os assentados percebiam que a cooperação amplia a capacidade de investimento ao somar pequenas quantidades de terra e capital para possibilitar a compra de máquinas e outros bens de produção que, individualmente, não teriam como comprar porque os recursos financeiros a que teriam acesso são, no mínimo, insuficientes. Percebiam ainda que a utilização racional dos poucos recursos diminui os custos de produção porque juntos podem comprar insumos e providenciar a logística necessária para produzir. Mencionaram que poderia ocorrer a melhoria da capacidade de negociação e a ampliação da capacidade de comercialização, pois, ao eliminar o “atravessador”, facilitaria a inserção e a sobrevivência dos produtores no mercado, proporcionando mais segurança. No âmbito da organização do trabalho, percebiam as vantagens no aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda através da diminuição do tempo de produção e do esforço humano possibilitado pela divisão de tarefas. Os assentados entendiam que através da cooperação reúnem-se as diferentes especialidades e habilidades humanas necessárias para o desenvolvimento do trabalho, o que diminui a necessidade de buscar força de trabalho especializada fora do assentamento. Foram mencionadas também as vantagens econômicas indiretas como maior disponibilidade de alimentos e remédios. Os assentados também percebiam as vantagens de natureza social trazidas pela cooperação, no sentido de facilitar as relações sociais, políticas e culturais e melhorar as condições de vida (SCOPINHO, 2006, p. 13).

Foram apontadas algumas desvantagens como:

As que se referiam à impossibilidade de definir, livre e exclusivamente em função da própria vontade ou das necessidades da família, o horário e a extensão da jornada de trabalho, a forma de acesso ao seu resultado ou produto. O contexto de trabalho cooperado criava demandas de relacionamento que necessitavam respostas imediatas e adequadas. Os assentados tinham essas respostas, mas eles se sentiam sob o controle de outros, principalmente dos coordenadores dos núcleos. Participar do coletivo também tinha o sentido de uma obrigação imposta, condição para permanecer no assentamento e ter direito ao acesso a terra, o que contraria o princípio da adesão voluntária, fundamental para realizar a cooperação (SCOPINHO, 2006, p. 14).

Os assentados consideravam que a cooperação possibilitava adquirir novas formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra, dinamizar as formas e as redes de convivência social e conquistar melhorias de infraestrutura para a comunidade. Havia, todavia, entre os assentados, divergências entre o coletivo e o individual. A predominância dos valores egocêntricos, herdados do capitalismo, influenciava as decisões, dificultando o foco no todo que seria beneficiado. Segundo Scopinho (2006), dentre as referências ao individualismo, destacam-se as questões acerca da falta de motivação, de humildade e de entendimento, a descrença da capacidade organizativa das pessoas e a discriminação em relação à mulher.

Algumas famílias eram contrárias à formação de uma cooperativa, mas a cooperação era uma ação social no cotidiano delas. No Assentamento Sepé Tiarajú, predominava a cooperação espontânea, com mutirões para plantio e colheita, construção das pequenas casas, demarcação dos lotes, etc.

Para Scopinho, as expectativas dos assentados eram positivas. Diz ela que

O assentamento era visto como um local para produzir, para conquistar a estabilidade da família e melhorar as condições de vida, principalmente em relação à saúde, ao meio ambiente, à educação e à segurança dos filhos, um espaço próprio para exercer a participação social e política. Mais do que a propriedade de um pedaço de terra e renda, os assentados esperavam obter no Sepé Tiarajú moradia, trabalho e segurança física e psicológica, possibilidade de participação social e política. A riqueza era pensada não como capacidade de consumo, mas como possibilidade de aprendizado, convivência com os vizinhos e a família. (2006, p. 19)

Os assentados tinham dificuldades em compreender os projetos coletivos, mas participavam de ações coletivas em pequenos grupos e de ações comunitárias em benefício de um assentado. Havia, portanto, a cooperação espontânea entre as famílias.

De acordo com Scopinho (2007), no caso do MST, a cooperação contribuiu para melhoria das condições de vida do pequeno produtor não apenas no sentido da sobrevivência econômica e da geração de renda, mas também por configurar-se como um recurso para ampliar as possibilidades de acesso à moradia, à infraestrutura do assentamento, à educação e à saúde.

Segundo Scopinho,

A ideia de cooperação ocupa um lugar tão importante quanto a de agroecologia no processo organizativo. Para não reproduzir o modelo agropecuário tradicionalmente vigente, responsável pelo êxodo rural porque é concentrador de riquezas e depredador de recursos humanos e naturais, considera-se que é necessário ressignificar a produção rural, ou seja, repensar o sistema e o modo de produzir. No que se refere

ao sistema produtivo, a orientação é utilizar uma matriz tecnológica que coloque a tecnologia a serviço do homem e não o contrário, ou seja, que proteja e perpetue os recursos naturais e diminua os custos de produção através da utilização de insumos, métodos e tecnologias agroecológicas (adubação verde e orgânica, plantio direto, consorciamento de culturas, combinação de tração mecanizada e animal, irrigação de baixo custo, sementes crioulas, entre outras). Quanto ao modo de produzir, a cooperação tem sido vista como uma saída para enfrentar e superar as dificuldades e a escassez de recursos decorrentes da ausência de políticas públicas que favoreçam a pequena produção e o desenvolvimento sociocultural e político dos assentados. Agroecologia diz respeito ao processo e ao conteúdo da produção; a cooperação refere-se ao modo de administrar a produção e a reprodução da vida. (2007, p. 91).

As comunidades organizadas, que desenvolvem a cooperação, têm possibilidades de desenvolver a geração de renda, sendo este um fator importante para a permanência das famílias nas propriedades e para evitar novos espaços de êxodos rurais.

Este Capítulo aponta a diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia dos modelos tradicionais pela interação com o ecossistema. As unidades familiares desenvolvem-se e relacionam-se com o ambiente e o espaço em que estão inseridas, pois as pessoas que vivem nesse ambiente precisam considerar o bem-estar, a moradia e as possibilidades de gerar renda para alcançar seus objetivos.

As ações de sustentabilidade podem ser obtidas por meio do associativismo e cooperativismo e devem ser buscadas pelo compromisso com a coletividade das famílias existentes no Assentamento. A construção de um projeto coletivo econômico-social que viabilizasse as alternativas de produção dos assentados sem negar a cultura da população foi necessária para que os agricultores se sentissem acolhidos e com condições de conservarem consigo suas raízes e sentimentos de pertencimento.

O ambiente de cooperação entre pequenos grupos de famílias, entre associações e cooperativas, e ações comunitárias configura-se como um recurso para ampliar as possibilidades de trabalho, de acesso à infraestrutura, de crédito para agroindústria e de geração de renda do Assentamento.

3 A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a questão social no Brasil sob o enfoque das populações excluídas do processo de modernização tecnológica das indústrias e ressaltar a importância da economia solidária como contributo para organizar empreendimentos econômicos que utilizem práticas solidárias de cooperação, autogestão e distribuição de renda.

Discute-se, igualmente, neste segmento, a necessidade premente de programas substantivos para inclusão dos trabalhadores, da cidade ou do meio rural, em sistemas produtivos e de geração de trabalho e renda, tendo como meta o planejamento da comercialização dos produtos.

A fim de que se evitem as evasões dos assentamentos e de que se propiciem comunidades efetivamente produtivas, as instituições de apoio presentes no meio rural precisam articular a organização das famílias em formatos associativos, cooperativos e grupos informais.

3.1 Aspectos da questão social no Brasil

Para Martins (2008, p. 11), a sociedade que inclui e integra ao mesmo tempo exclui, criando formas desumanas de participação, na medida em que fomenta a manutenção de privilégios e não de direitos, caracterizando-se pela desigualdade de trabalho e oportunidades. O modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva extraordinários progressos tecnológicos e de bem-estar para setores limitados da sociedade e, simultaneamente, perpetua condições extremas de privação, pobreza e marginalidade social para outros setores da população.

O tema da exclusão social nos põe diante de um conjunto de incertezas em relação à sociedade contemporânea. Segundo Martins (2008), independentemente das definições vagas da problemática social que esse tema suscita, o debate sobre ele representa, ao mesmo tempo, um clamor de consciência e uma visão pessimista da realidade social em nossos dias.

A economia brasileira passou, de acordo com os estudos de Pochmann (2004, p. 78), entre as décadas de 1930 e 1970, por um importante ciclo virtuoso de industrialização nacional, acompanhado da rápida e descontrolada urbanização. Esse crescimento desordenado favoreceu a constituição de um movimento rumo à estruturação do mercado de trabalho, embora constrangido pelo enorme êxodo rural para as grandes cidades.

Segundo Martins (1997, p. 71), a modernização tecnológica favoreceu a mudança nas relações de trabalho. Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, os vínculos de trabalho passaram a ser contratuais e não mais de dependência paternalista. A realidade rural, até então, conseguia absorver os excedentes populacionais por intermédio das grandes propriedades. Pela nova configuração legal, entretanto, muitos dos trabalhadores não puderam ser aproveitados pelas empresas. Começaram, dessa forma, a surgir os excluídos que se deslocaram para os grandes centros urbanos à procura de melhores condições de vida; com esse êxodo oriundo do campo, nas grandes cidades formaram-se as favelas. O objetivo inicial desse deslocamento seria um emprego temporário e o posterior retorno para seu Estado de origem, com a pretensão de angariar dinheiro para sustentar a família. Aparece, assim, um enorme problema nacional: os excedentes populacionais, os excluídos, para os quais não existia lugar estável de trabalho e vida, sendo absorvidos precariamente pela informalidade. (MARTINS, 1997, p. 72).

Para Pochmann (2004, p. 78), as reformas clássicas – agrária, tributária e social – prometidas pelo capitalismo contemporâneo não foram realizadas no Brasil. Essa lacuna possibilitou a consolidação de uma sociedade apartada entre os incluídos pelo mercado de trabalho, organizados e com acesso às políticas sociais de garantia de certa cidadania regulada, e os excluídos do progresso econômico.

As marcas estruturais geradoras dos problemas do mundo rural são apontadas por Wanderley (2008, p. 106): “a propriedade da terra sob a forma de latifúndio e a dominação oligárquico-patrimonialista no passado, mas que persiste de modo tradicional ou integrada com a modernização conservadora no presente”. Com a implantação da empresa agrícola capitalista, as relações de poder pouco se alteraram. Os países latino-americanos, quando comparados sob a ótica das condições de vida, das estruturas de posse e propriedade, dos traços culturais e religiosos das populações camponesas, não correspondem a padrões homogêneos e uniformes. Essa situação se repete entre os países e no interior de cada um

deles.

A modernização da agricultura e o desenvolvimento industrial do Brasil não foram suficientes para absorver os excedentes populacionais (MARTINS, 1997, p. 74). A indústria foi compelida a se modernizar para se tornar competitiva em face da concorrência dos produtos estrangeiros, portanto, esses setores não absorveram mão de obra de baixa qualificação, como a de origem rural. Para que fosse inserido nas plantas industriais, seria necessário que o indivíduo possuísse qualificação profissional o que requer, às vezes, uma geração inteira. Esse preparo exige escolaridade, inacessível para a população rural.

A questão agrária no Brasil não está apenas na concentração fundiária, considerando que no Brasil tem-se uma centralização de terras nas mãos de grandes proprietários e que estes podem contar com recursos tecnológicos, além de serem estimulados à produção porque contam com subsídios do Estado. A questão agrária também está nas consequências sociais urbanas, resultantes dessa concentração. Martins (1997, p. 75) aponta:

As elites, as pessoas ricas do país, em parte, vivem dessa espécie de tributo que a sociedade inteira é obrigada a pagar a elas para terem acesso à terra ou mesmo aos frutos da terra. A isso os clássicos da economia chamavam de renda da terra. As nossas elites tendem a ser mais repentistas do que produtivas, o que é bem diferente das elites que o capitalismo criou nos países desenvolvidos.

A crise agrícola, nos períodos de inflação alta e de preços agrícolas em baixa, gerou processos acentuados de exclusão, atingindo os agricultores da região centro-norte do Mato Grosso. O endividamento bancário fez com que alguns fossem expulsos das terras e outros abandonassem seus lotes para retornarem aos seus Estados de origem.

Segundo Pochmann (2004, p. 79),

O problema da construção de uma verdadeira estratégia nacional de inclusão social, portadora de novos mecanismos institucionais e de gestão pública capaz de superar o atual padrão de políticas sociais e do trabalho fundado na setorialização das ações, na desarticulação dos programas, na focalização de clientelas e na falta de integração operacional, passa por uma reestruturação do modelo de distribuição de renda.

A eficácia das políticas compensatórias para romper com o ciclo estrutural de exclusão social no Brasil – pobreza, desigualdade de renda e desemprego – depende de sua articulação em programas específicos para inclusão dos trabalhadores, da cidade ou do meio rural, em sistemas de produção e de geração de renda.

Os programas compensatórios, de acordo com Lavinas (2000, p. 8), integram o

arcabouço institucional das políticas sociais:

Sua matriz tem origem na prática assistencialista, inicialmente em mãos da igreja. Estruturam-se em valores de solidariedade, indispensáveis nas sociedades modernas, fortemente diferenciadas e desiguais, pois permitem mitigar os efeitos da pobreza propiciando um aumento do bem-estar comum. Tais programas, todavia, não incorporam forçosamente valores de equidade. Costumam ser, por isso, mesmo, focalizados e não universais. Distinguem-se no interior das políticas sociais comprometidas com a busca de maior equidade, por atenderem a uma clientela específica, a dos pobres.

De acordo com a autora (2009), o gasto federal aumentou de forma sistemática nas rubricas de programas compensatórios a partir de 2003, com a constituição de um orçamento próprio, com fontes de receitas exclusivas para educação, assistência, previdência, saúde e trabalho. Essas medidas, entretanto, não contemplaram outras dimensões essenciais ao bem-estar e à segurança da população, como moradia e saneamento, cuja evolução ficou refém da política macroeconômica de restrição de gastos, baixo crescimento e formação de elevados superávits fiscais primários.

A crise financeira mundial de 2009, ocasionada pelo mercado imobiliário americano, recolocou o papel fundamental do Estado na formulação e implementação de políticas anticíclicas. Saneamento e moradia retornaram à superfície como setores estratégicos para enfrentar a crise por intermédio do investimento público, com geração massiva de empregos e manutenção da atividade econômica (LAVINAS, 2009).

Com o processo de globalização do mundo, de acordo com Ianni (1997, p. 167), modificaram-se também as noções de espaço e tempo:

A crescente agilização das comunicações, mercados, fluxos de capitais e tecnologias, intercâmbios de ideias e imagens modifica os parâmetros herdados sobre a realidade social, o modo de ser das coisas, o andamento do devir. As forasteiras parecem dissolver-se. As nações integram-se e desintegram-se. Algumas transformações sociais, em escalas nacional e mundial, fazem ressurgir fatos que pareciam esquecidos, anacrônicos. Simultaneamente, revelam-se outras realidades, abrem-se outros horizontes. É nesse contexto, visto assim em escala global, que se revelam novas formas sociais do espaço e tempo. São múltiplas, novas e retiradas, as formas do espaço e tempo desvendadas pelos desdobramentos da globalização: o local e o global, o micro e o macro, a homogeneidade e a diversidade, a primazia do presente e a recriação do passado, a contemporaneidade e a não contemporaneidade, o norte e o sul, o Ocidente e o Oriente, o real e o virtual, a experiência e o simulacro, a desterritorialização e a miniaturização, a mensagem e o videoclipe, a velocidade e o instante, o fugaz e o silêncio.

A dinâmica da sociedade global é o cenário mais amplo do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. Nesse nível, expressam-se diversidades, localismos,

singularidades, particularidades ou identidades (IANNI, 1997, p. 205).

A globalização acentua as desigualdades de trabalho e renda. De acordo com Wanderley (2008, p. 111), não se percebe vontade dos governantes para solucionar a questão agrária. Para esse autor, medidas paliativas e localizadas impedem uma política transformadora. Percebemos, em contrapartida, a crescente mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais e a adoção de estratégias e táticas de lutas inovadoras que, se trazem maior violência, ao mesmo tempo representam conscientização da questão social.

As desigualdades de renda total⁵ entre agricultura familiar e patronal apresentam uma grande diferenciação, pois a renda patronal é superior à encontrada entre os agricultores familiares. Essa diversidade ocorre em diferentes regiões, em uma mesma categoria. Conforme dados do INCRA/FAO (2000), a renda total anual da agricultura patronal no Centro-Oeste é de R\$ 33.164,00, enquanto a da agricultura familiar é de R\$ 4.074,00. Na categoria familiar, a diferença entre a região Nordeste e as demais regiões do país é de duas a quatro vezes. Na categoria patronal, essa diferenciação é de uma a três vezes.

Segundo dados do INCRA/FAO (2000), a renda total por estabelecimento da agricultura familiar do Centro-Oeste é menor que a da região Sul e maior que a da região Nordeste. As desigualdades de renda também se apresentam na comparação da pequena com a grande produção. Uma das alternativas para a pequena produção é unir forças, formar associações e cooperativas de produtores para agregação de valor à sua produção.

A renda, o lucro e a reprodução econômica são necessidades que precisam ser organizadas na agricultura familiar. A comercialização dos produtos faz parte da organização e do gerenciamento da produção. Devemos considerar que na agricultura familiar existe uma unidade social em que o trabalho e a produção são partes importantes das estratégias de reprodução (não apenas econômica) das famílias (ABRAMOVAY, 1998).

Segundo esse autor (1998), as unidades familiares possuem condições de abrir caminho para a organização social e a incorporação dos valores e da prática da cidadania à vida no campo. O conjunto de instituições que valorizam o espaço e as oportunidades de

⁵ Segundo o INCRA/FAO (2000), a renda total da agricultura familiar é obtida pela soma do valor bruto da produção colhida/obtida de todos os produtos animais e vegetais mais o valor da produção da indústria rural, menos o valor total das despesas.

geração de renda deve garantir uma articulação, decisiva, na organização das atividades da agricultura familiar.

A promoção do desenvolvimento da agricultura familiar passa a ser uma ação relacionada a experiências e práticas de aprendizado coletivo ou social, envolvendo as instituições para determinar apoio e direção em suas ações (DIAS, 2006). As atividades extensionistas de apoio à produção familiar são oportunidades de promoção do aperfeiçoamento nos quais se envolvem os agricultores familiares.

De um modo mais geral, a reforma agrária, na atualidade brasileira, não pode ser vista sob perspectiva meramente redistributiva e em oposição ao agronegócio, mas pode transformar a realidade social. A reforma agrária abre possibilidades para uma efetiva democratização política, tornando os trabalhadores assentados agentes participantes das modificações do espaço de poder local. As demandas sociais (estrada, escolas, eletrificação rural, saúde, assistência técnica, etc.), podem alterar a dinâmica política do poder institucionalizado, contribuindo para a produção de uma nova cultura política (CAUME, 2004).

Uma das possibilidades dos trabalhadores assentados nas demandas sociais são as relações de cooperação entre as famílias. De acordo com Jesus e Tiriba (2009, p. 80), a cooperação é entendida como:

A base de relações econômico-sociais que os trabalhadores associados pretendem estabelecer no processo de trabalho. Denota um valor ético-político, resultante de uma visão de mundo e de ser humano que atribui ao sujeito coletivo a disposição, o empenho, a solidariedade, o compromisso de apoiar, de fazer com, de produzir com, de tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos sujeitos ou instituições envolvidas.

Essas alternativas coletivas, por conseguinte, podem ser relacionadas à economia solidária. A discussão sobre a questão social no Brasil, da mesma forma que àquela do Capítulo II, sobre a realidade rural do Mato Grosso e os possíveis caminhos para a promoção da pequena produção familiar no contexto dos assentamentos, leva a tratar deste tema. A economia solidária no Brasil será então considerada como uma estratégia de união entre os trabalhadores rurais, em prol de melhores condições de trabalho e renda.

3.2 A economia solidária e a geração de renda

A economia solidária tem sido hoje um conceito amplamente utilizado, com significados que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com individualismo que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado (GAIGER e LAVILLE, 2009). Esse termo foi criado na década de 1990 quando:

Por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária ampliam-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade etc. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

Esse modelo de economia passa a ter importante papel no combate ao desemprego pelo fato de ser um instrumento de inserção social e por meio do qual se dá a organização dos jovens e dos trabalhadores desempregados, com o intuito de gerar trabalho e renda para as famílias do meio rural. Os estudos realizados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Ceará, de acordo com Gaiger (2004), demonstram que os empreendimentos pesquisados cultivam formas democráticas e participativas de gestão, propriedade coletiva dos meios de produção, grau de cooperação no trabalho e ambiente de confiança.

Os estudos de Laville e Gaiger (2009, p. 166) afirmam que:

Quando os experimentos coletivos convertem-se em *comunidades de trabalho*, instituem uma racionalidade na qual a atividade econômica funciona como meio para a consecução de outros fins. As novas tensões dialéticas entre os indivíduos e sua coletividade de pertença dão vigor a uma identidade propriamente social, no sentido de estar referida a aspirações de indivíduos-em-relação e a uma visão que tende a integrar as dimensões da vida humana (grifo dos autores).

A economia solidária faz parte de movimentos sociais mais amplos e de uma intensa corrente que luta pela reintegração das atividades econômicas nas relações sociais, por meio da desmercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. Para Lisboa (2003), talvez nunca encontremos uma solução para a pequena produção, mas com certeza ela não dista da percepção de que a administração sinérgica dos recursos da terra é o caminho para uma sociedade sustentável, livre e criativa.

Laville e Gaiger (2009, p. 166) frisam essa disposição da economia solidária:

Dinamizar redes de interação participativas concede um conteúdo político à inserção local das suas iniciativas. Estendidas ao seu entorno, as práticas de autogestão promovem sistemas mais amplos de reciprocidade, nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público. A capacidade de produzir mudanças, a partir da livre associação, depende ainda das articulações construídas com o poder público, único foro em condições de legislar sobre normas redistributivas em favor da equidade. Mediante sua projeção na esfera pública, por meio da participação cidadã, a economia solidária qualifica-se como um ator da *solidariedade democrática*. (grifo dos autores)⁶.

A observação exploratória de algumas comunidades do Assentamento Wesley Manoel dos Santos deixou transparecer o interesse pela participação comunitária e pelo estabelecimento de vínculos de cooperação entre as famílias. Assim, pelo visto até o momento, podem existir, mesmo embrionariamente, ou serem criadas, alternativas de trabalho e renda por intermédio da participação dos membros da comunidade, segundo as práticas agora impulsionadas pela economia solidária. Essa nova modalidade se tornaria, então, um laço de união da comunidade. Novamente, Laville e Gaiger (2009, p. 167) afirmam:

Enquanto a economia solidária mantiver seu poder de atração e suas iniciativas assumirem uma racionalidade própria, na qual passa a ser lógico cooperar com outros, as chances de degeneração serão menores. Esse desfecho não é, portanto, uma fatalidade. As alternativas constroem-se nas dialéticas do próprio sistema que combatem. Por não se submeter à lei férrea da acumulação ampliada, a economia solidária pode expandir-se em setores de baixo interesse para o mercado, mas de importância social inquestionável, como os serviços de proximidade e os sistemas locais de produção.

Os dados do Mapeamento, integrados ao Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES –, oferecem uma visão do perfil econômico, social e político da economia solidária. Foram cadastrados 21.859 empreendimentos até o ano de 2007. Segundo Gaiger (2007), a fisionomia rural da economia solidária corresponde a 64% dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)⁷, dedicados à agricultura, pesca e extrativismo. Os dados demonstram que as atividades coletivas mais comuns são a produção (61%), a comercialização (57%) e o uso de equipamentos produtivos (48%).

Esses dados representam potencialmente uma contribuição importante para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: a economia solidária presente no meio

⁶ Para Laville (2009, p. 313), a solidariedade democrática reinsere a economia em seu papel de meio destinado a atingir fins de justiça social e de sustentabilidade ecológica. Não pode se limitar ao nível nacional e ao trabalho; continuando presente nesses planos, ela somente pode atingir sua finalidade de justiça abrindo-se aos níveis local e internacional, sendo exercida sempre em favor dos pobres e entre as gerações.

⁷ Para Gaiger (2009), os EES compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade.

rural nos formatos associativos, cooperativos e grupos informais. Dos empreendimentos cadastrados, 54,5% são associações, 32,7% funcionam como grupos informais e 10,7% se registram como cooperativas (GAIGER, 2007).

Uma das questões do levantamento de dados dizia respeito ao que motivou a criação do empreendimento. As respostas poderiam ser de três ordens, com múltiplas escolhas. Das dez alternativas, as que mais se destacaram foram: uma alternativa ao desemprego, com 9.945 respostas; uma fonte complementar de renda para os associados, 9.635; obtenção de maiores ganhos em empreendimento associativos, 7.974; e desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos, com 6.090 respostas (MTE, 2009)⁸. Por conseguinte, há uma relação nítida entre a adoção dessas alternativas e a busca de melhorias materiais, transparecendo o intuito de estabelecer novas relações de produção e de trabalho, de modo coletivo e igualitário.

Sob certas condições, os EES se firmam como agentes econômicos com bom desempenho, gerando trabalho e renda graças à cooperação. Para Gaiger (2006, p. 22) o êxito dos empreendimentos decorre

de circunstâncias e fatores cujo efeito positivo decorre proporcionalmente do caráter socialmente cooperativo incorporado pelos associados. O fator trabalho é passível de ser levado ao seu pleno rendimento como trabalho associado, na medida em que se configura uma racionalidade que aproxima e solda os interesses pessoais com os interesses e necessidades coletivas, alinhando a satisfação de ambos a curto e longo prazo e estabelecendo mecanismos duráveis de reciprocidade.

Um estudo de interesse para a compreensão das condutas dos trabalhadores no contexto da reforma agrária em formatos associativos foi realizado por Eliene Gomes dos Anjos (2005). Sua pesquisa ocorreu no assentamento Terra à Vista, com a Cooperativa de Produção Construindo o Sul (COPRASUL), na Bahia. Esse assentamento foi idealizado pelo MST, estimulando as famílias política e ideologicamente, convencendo-as a participarem de um projeto coletivizado, para construírem formas coletivas de produção e trabalho.

A pesquisa de Anjos (2005) aponta que, após onze anos de fundação, os associados não perceberam o significado e a importância da COPRASUL para suas famílias. Segundo a pesquisa, o assentamento teve dificuldades na execução do formato associativo por falta de orientação e educação associativa e cooperativa aos participantes. Finaliza o trabalho com

⁸ Informações disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nas opções de acesso ao Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES). (www.mte.gov.br).

menções ao caráter histórico do cooperativismo, como alternativa de emancipação dos trabalhadores. No entanto, constatou que a proposta cooperativista idealizada pelo MST não se realizou em sua integralidade na prática. Percebendo contradições, demonstra o limite dessa experiência na luta pela efetiva emancipação do sujeito a partir de um fórum coletivo, autônomo e autogestionário.

A pesquisa realizada por Anjos (2005) contribuiu para o aprimoramento das formas associativas e cooperativas nos assentamentos. As dificuldades de organização dos agricultores para gerenciamento é uma questão de orientação técnica e social. Mesmo com as dificuldades econômicas da COPRASUL na realização dos seus objetivos, os assentados conseguiram mudanças significativas nas suas condições econômicas e produtivas. Não obstante, as relações de solidariedade continuaram a existir no interior do assentamento, fortalecendo suas relações sociais.

A economia solidária cumpre seu papel de democratizar as relações de trabalho e tem servido como alternativa de geração de renda para as famílias por meio de modelos informais ou formais. Reforça, dessa forma, o objeto de estudo das funções que as estruturas econômicas e sociais, informais ou formais, de caráter associativo e cooperativo, têm cumprido em benefício da geração de renda de agricultores familiares assentados e em condições produtivas, socioeconômicas e socioculturais.

4 OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

Os estudos sobre a agricultura familiar, mencionados no Capítulo II, consideram a família como um grupo social que possui laços de parentesco e consanguinidade. Por intermédio da unidade familiar se organizam a inserção produtiva no trabalho e a integração social e moral de seus integrantes. Em função desse mecanismo reitor, as estratégias individuais e coletivas são definidas para a reprodução do grupo.

O desafio dos agricultores familiares, para a sociedade e para eles próprios, é a busca por novas maneiras de produzir que não agridam a natureza, em que o trabalho humano seja valorizado e em que suas atividades contribuam para o bem-estar das populações do campo e da cidade. As famílias têm procurado preservar os recursos da terra, da água e da floresta e buscam apoio em instituições para aperfeiçoarem seus métodos de produção. De outra parte, sua dificuldade de integrar o coletivo e o individual decorre do seu sistema tradicional, essencialmente familiar, e da predominância dos valores individuais herdados do capitalismo, influenciando as decisões na formação do coletivo (SCOPINHO, 2006).

A cooperação, em tese, possibilita novas formas solidárias e agroecológicas de produzir na terra e formar redes de convivência social, melhorando a infraestrutura das comunidades. De acordo com Gaiger (2006), o fator trabalho é passível de assumir um caráter socialmente cooperativo se for incorporado às necessidades coletivas de um grupo. A racionalidade vinculada a interesses pessoais, entretanto, interfere no estabelecimento de mecanismos duráveis de reciprocidade.

De acordo com Abramovay (2000), para vencer essas barreiras, devem ser construídas instituições que propiciem o desenvolvimento rural, fortalecendo o capital social dos agrupamentos. Para que sejam protagonistas na construção dos novos territórios, os agricultores familiares necessitam de ambientes favoráveis, papel que pode ser representado pela economia solidária, uma vez que tem penetrado gradativamente nas diversas regiões do país. Na década de 1990, como mencionado, o termo *economia solidária* foi cunhado quando despontaram atividades econômicas organizadas pela busca de cooperação, autonomia e gestão democrática (GAIGER; LAVILLE, 2009). Ampliaram-se rapidamente, desde então, formas coletivas de geração de renda, cooperativas de produção e comercialização, redes e clubes de troca, associações de mulheres, etc.

Os estudos apresentados no Capítulo II e III se articulam com as hipóteses apresentadas na Introdução, uma vez que apresentam as argumentações dos autores consultados sobre: as estratégias de produção e comercialização da agricultura familiar; as novas formas de produção sustentáveis; a valorização do capital social para formação das relações sociais nas comunidades; a valorização da cooperação entre os grupos para uma participação associativa ou cooperativa; e, por fim, os recursos disponibilizados para agricultura familiar. Essas considerações estão à base da pesquisa de campo.

4.1 Objetivos da pesquisa de campo

O objeto deste estudo diz respeito às condições e às formas presentes nos processos de geração de renda de agricultores familiares assentados, com destaque ao papel desempenhado pelos elementos econômicos, sociais e culturais de natureza associativa e cooperativa. Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo de campo é abordar a questão por meio de uma pesquisa primária, no Assentamento Wesley Manoel dos Santos, tendo em vista as hipóteses gerais e as indicações trazidas pela bibliografia revista.

No cômputo geral do estudo, esse objetivo desdobra-se em dois outros objetivos complementares, respectivamente no plano teórico-bibliográfico e no plano empírico. No primeiro, o de realizar estudos que possam identificar as principais teses acerca das pré-condições, das vantagens e dos obstáculos relacionados à existência de estruturas associativas e cooperativas no contexto da produção familiar, em particular no caso de agricultores assentados. Esses tópicos foram desenvolvidos nos capítulos precedentes, conforme lembrado acima. Inicialmente, os resultados da pesquisa bibliográfica foram utilizados para definir os aspectos centrais da pesquisa empírica, o que se refletiu nos tópicos abordados pelas técnicas de coleta de dados, abaixo descritas. O aprofundamento do estudo bibliográfico foi importante, após a pesquisa de campo, para a interpretação dos dados e a elaboração das conclusões do estudo, adiante apresentadas.

No plano empírico, foi realizada a pesquisa de campo propriamente dita no Assentamento Wesley Manoel dos Santos, envolvendo um conjunto de aspectos. Em primeiro lugar, investigou-se a trajetória anterior das famílias assentadas, do ponto de vista

socioproductivo e sociocultural; em segundo, verificaram-se as condições em que as famílias ocuparam seus espaços no Assentamento; em terceiro, avaliaram-se as formas de organização comunitária no Assentamento, incluindo estruturas associativas e cooperativas e outros aspectos de solidariedade; em quarto, verificou-se a formação de renda das famílias; em quinto, observou-se o impacto das formas de solidariedade sobre a formação de renda e em sexto lugar, analisaram-se as possibilidades para que tais práticas de solidariedade sejam fortalecidas, em benefício dos agricultores.

4.2 Delineamento metodológico geral da pesquisa

A pesquisa foi realizada de acordo com o que Bauer e Gaskell (2002, p. 21) denominam de pesquisa social. Para eles, “na pesquisa social estamos interessados na maneira como as pessoas se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como pensam sobre suas ações e dos outros”. No presente estudo, procurou-se mostrar como as famílias percebem suas trajetórias de trabalho e as condições que agem sobre elas para ocuparem um espaço nos Assentamentos rurais, bem como o conjunto de iniciativas individuais e coletivas que compõem suas rendas. Em suma, foi realizada uma pesquisa social com vistas à análise de um Assentamento e da vida familiar ali desenvolvida.

Os motivos da escolha do Assentamento Rural Wesley Manoel dos Santos para a pesquisa, em detrimento de outros, vinculam-se ao fato do autor deste estudo conhecer o secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop, MT, no qual a maioria dos assentados é filiada e, também, por sua participação no Grupo de Pesquisa de Economia Solidária da Unemat. Esse Grupo, em anos anteriores, realizou reuniões com membros de duas comunidades do Assentamento, no âmbito de projetos de extensão a seguir relacionados, com a participação de professores, de um bolsista e de cinco alunos voluntários da graduação dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

Em junho de 2009, elaborou-se um projeto de extensão com o título “produção de frango caipira no empreendimento solidário na Gleba Mercedes V”, cujo objetivo foi desenvolver atividades de engorda de frangos caipiras para geração de renda em uma comunidade deste Assentamento, em busca do desenvolvimento sustentável e da educação

dos moradores e de seus filhos. Esse projeto foi aprovado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) por intermédio do Sistema de Informação e Gestão de Projetos, em outubro de 2009, no valor de R\$ 29.980,00. Os recursos foram destinados à aquisição de equipamentos e a ações educativas junto à Associação dos Pequenos Produtores Rurais Córrego Fundo, da comunidade Córrego Fundo, também parte deste Assentamento.

A referência a esse projeto de extensão se deve ao fato de ele ter sido a base inicial para o projeto de pesquisa proposto quando do ingresso deste pesquisador no Mestrado em Ciências Sociais. A comunidade Córrego Fundo também foi objeto de estudo contemplado com ações extensionistas em 2009 e compôs trabalhos desenvolvidos na disciplina Análise de Dados I, ministrada pelo Professor Edison Luis Gastaldo, no primeiro semestre de 2009.

Como já mencionado, o Assentamento foi implantado pelo INCRA em 1997, com 497 famílias. Em um estudo realizado pelo aluno Beno Kaiser⁹ (2007), sob a orientação deste pesquisador, verificou-se a rotatividade das famílias deste Assentamento. Os dados levantados mostraram que 247 famílias deixaram seus lotes no período de 1997 a 2006 e que somente 250 famílias são remanescentes nas propriedades. Os lotes vagos foram novamente ocupados por famílias já cadastradas pelo INCRA. O número presumido de famílias, portanto, é de 497 atualmente, as quais constituem o universo empírico da pesquisa.

Para dar conta dos objetivos da pesquisa, foi realizado um levantamento geral de informações sobre as características das famílias, por meio de um questionário com questões fechadas – esse instrumento encontra-se no Apêndice A e a sua estrutura é apresentada no início do Capítulo V. Segundo Creswell (2007, p. 161), uma pesquisa por meio de levantamento dá uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, atitudes ou opiniões de uma população, ao estudar uma amostra desse grupo. A partir dos resultados da amostragem, o pesquisador generaliza ou faz alegações acerca da população.

Algumas vantagens relativas ao uso do questionário, formuladas por Bruyne (1991, p. 212), são: economia, uniformidade, facilidade de exame, anonimato, filtragem das perguntas e respostas mais complexas – que devem ser contempladas no questionário com as devidas observações.

No questionário com perguntas fechadas, as questões sobre a formação da renda das

⁹ Tema: Rotatividade dos assentados no projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos, Sinop, MT.

famílias devem abarcar todos os itens para composição da renda familiar, além da especificação das formas de organização comunitária do Assentamento. Algumas perguntas abertas foram elaboradas para atender a outros itens de pesquisa, principalmente: as trajetórias de trabalho que levaram as famílias a ocuparem um espaço no Assentamento; as condições iniciais das famílias quando se instalaram no Assentamento; a presença de formas de cooperação e solidariedade entre as comunidades, ou entre os membros da mesma comunidade.

Como descrito anteriormente, a população pesquisada compreende 497 famílias, distribuídas em comunidades dentro do Assentamento. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop dispõe de um mapa de localização das famílias, o que facilitou os procedimentos da amostragem, conforme demonstrado no Anexo A. Na entrevista realizada em abril de 2009 com o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop, constatou-se que o Assentamento possui atualmente oito associações, sendo duas formais e seis informais.

Creswell (2007, p. 164) recomenda “selecionar uma amostra aleatória na qual cada pessoa na população tenha uma probabilidade igual de ser selecionada. Com uma amostra aleatória, a amostra representativa de uma população garante a capacidade de generalizar para a população”. O mesmo autor recomenda também a estratificação da população antes de selecionar a amostra. Segundo Creswell (2007), a estratificação possibilita que características específicas das pessoas estejam representadas e que a amostra reflita uma proporção real de pessoas com determinadas características da população.

Quando o pesquisador não conhece a probabilidade que cada indivíduo tem de ser selecionado para fazer parte da amostra, ou quanto tem de dificuldades operacionais para empregar a tiragem inteiramente aleatória, sobretudo no sentido de ter acesso aos indivíduos sorteados, utilizará amostras não probabilísticas – empregadas por razões de facilidade nas investigações com indivíduos. Segundo Bruyne (1991), o procedimento chama-se de amostra por quotas e é realizado em duas fases. Na primeira, o pesquisador determina um modelo da população e, na segunda, determinadas quotas, que devem guiá-lo na seleção dos indivíduos.

No Assentamento pesquisado, a estratificação foi realizada por comunidade, isto é, a cada uma delas correspondeu uma quota de questionários. Considerou-se a amostra não probabilística por comunidade mais significativa do que por associação, pois alguns agricultores familiares não são membros de associações. Foram pesquisados os responsáveis

pela propriedade (ou seja, homens e mulheres); alguns deles poderiam estar residindo na propriedade, bem como morar na cidade ou agrovila mais próxima.

No projeto inicial, estipulara-se uma amostra aleatória de 100 pessoas a serem pesquisadas. A Banca de Qualificação sugeriu a diminuição do tamanho da amostra populacional ou a opção de utilizar um método estatístico para cálculo do número de pessoas pesquisadas. Na coleta de dados, em um primeiro momento, foi utilizada uma amostragem não probabilística, com uma amostra de 50 propriedades, distribuídas entre as comunidades.

Em primeiro lugar, foi determinado, a partir da seleção de todas as comunidades presentes no Assentamento, o modelo da população. Com a listagem de todas as comunidades e dos indivíduos presentes em cada uma delas, uma vez definido em 50 o tamanho da amostra populacional a ser pesquisada, foram distribuídos os 50 integrantes da amostra do Assentamento, na proporção do número de comunidades existentes dentre os 497, proporcionalmente ao número de famílias de cada uma.

Os primeiros questionários foram aplicados na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a título de pré-teste. Quando se aplicou o pré-teste, foram acrescentadas ao questionário algumas questões que não haviam sido previstas, mas que se tornaram pertinentes pela realidade apresentada. A seguir foi realizado o segundo pré-teste com uma família. Novamente, apareceram algumas questões sobre a família, mas que não estavam contempladas. Com as alterações realizadas, iniciou-se a aplicação dos questionários em setembro de 2010. Durante a execução do instrumento, ocorreram algumas alterações para fins de ajuste, sem afetarem os dados já coletados. Esses dados estão compilados no Apêndice A.

Ao retornar da aplicação dos questionários, à noite, eram feitas as revisões das perguntas feitas e das respostas fornecidas bem como preenchido e elaborado o diário de campo com os aspectos observados durante a coleta de dados. No momento em que respondiam às perguntas, algumas questões levavam as pessoas a contarem situações vividas durante sua trajetória no Assentamento. O diário de campo contempla alguns aspectos desses relatos, algumas observações sobre as atividades produtivas da propriedade e sobre os trabalhos realizados pelas associações presentes no Assentamento. Essas informações constam no Apêndice C.

Com o fechamento do questionário para 50 famílias, foi possível perceber dois setores

que não tinham sido contemplados com a pesquisa – o setor da estrada Cruzeiro do Sul e o da estrada da Balsa. Para ampliar a margem de segurança da pesquisa, foi necessário percorrer o trajeto da estrada Cruzeiro do Sul, aplicando o questionário para mais cinco famílias. Como este pesquisador não conhecia todas as estradas do Assentamento, o seu referencial foi o mapa do local e o auxílio das famílias que indicavam a localização. Nesse setor, onde foram realizados cinco questionários, foi o trajeto mais difícil de ser percorrido.

Com os instrumentos aplicados, verificou-se a possibilidade de compra de um programa para análise das respostas levantadas pelo questionário. Os gastos com a realização da pesquisa de campo, entretanto, dificultaram a aquisição desse aplicativo. O conhecimento prévio sobre o manuseio da planilha Excel, porém, propiciou a adaptação do cálculo das análises, sendo, portanto, a opção escolhida para a apreciação dos resultados. Ao final, foram feitas as revisões dos resultados para verificação da possibilidade de erros durante a digitação.

Entretanto, como os questionários foram aplicados segundo o acesso casualmente obtido aos assentados de cada comunidade, constatou-se com o Orientador da Dissertação que não seria possível fazer inferências sobre a população do Assentamento. Resolveu-se então proceder à nova amostragem, garantindo-se sua natureza probabilística.

Segundo Creswell (2007), identificado o tamanho da população (N) do estudo, surgem nesse caso questões de acesso e lista de endereço de respondentes potenciais na população. Com a lista de endereços do Assentamento e conhecendo as vias de acesso, efetuou-se a amostragem com orientação do Mestrando Cláudio José Paiva da Silva¹⁰, professor de Estatística Aplicada da Unemat. Foi selecionada uma amostra aleatória de 55 famílias na qual cada pessoa tivesse a probabilidade igual de ser escolhida. Como da primeira vez, a amostragem envolveu a estratificação da população por comunidade, proporcionalmente ao tamanho de cada agrupamento.

No mapa atual do Assentamento, constam 507 lotes. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop, três lotes estão destinados para construção de colégio agrícola, um lote sede Escola Agrovila e seis núcleos destinados às associações. Com orientação do Engenheiro Agrônomo da EMPAER, MT, as comunidades foram definidas:

¹⁰ Mestrando em Engenharia da Produção pela UFSCar, possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Paulista (1990). Professor efetivo desde o ano de 1995, da Universidade do Estado de Mato Grosso. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Probabilidade e Estatística Aplicada.

Agrovila, 110 lotes; Campos Novos, 161 lotes; Córrego Fundo, 75 lotes; Boa Esperança, 80 lotes; São João, 42 lotes e Bela Vista, 29 lotes. Proporcionalmente ao tamanho das comunidades, o número de lotes foi sendo estabelecido: Agrovila, 12 lotes; Campos Novos, 18 lotes; Córrego Fundo, 08 lotes; Boa Esperança, 09 lotes; São João, 05 lotes e Bela Vista, 03 lotes (ver no Apêndice E as propriedades selecionadas).

Para realização da amostragem, foram colocados em uma urna (caixa de papel) os números dos lotes pertencentes a cada comunidade. A seleção dos lotes foi iniciada pela comunidade Agrovila onde foi retirado da urna o primeiro lote. Ao retirar o número correspondente, movimentava-se a urna novamente para retirada do próximo lote a ser pesquisado. Esse processo foi realizado para todas as comunidades, sem reposição do número retirado da urna.

Como no primeiro momento o tamanho da amostra foi definido em 55 famílias a serem pesquisadas, o professor de estatística indicou calcular a margem de erro (E) da proporção populacional. No Apêndice D, são demonstradas as fórmulas estatísticas utilizadas para cálculo do erro amostral.

Como resultado da aplicação da fórmula do tamanho da amostra populacional finita, obteve-se a margem de erro (E) da pesquisa: com 55 famílias pesquisadas, tem-se 12,47% de margem de erro e grau de confiança de 95%. Esse resultado indica um tamanho de amostra considerável em relação ao tamanho da população. Portanto, podem-se fazer as análises sobre a população pesquisada, com grau de segurança abaixo do ideal e dos padrões costumeiros, mas ainda assim aceitável.

Feitas as correções estatísticas, aplicou-se o questionário às 55 famílias sorteadas. A pesquisa foi realizada no período de 18 a 24 de março de 2011 no Assentamento. Das famílias selecionadas, 12 correspondiam às do primeiro levantamento, e esse contato preliminar do Assentamento facilitou a aplicação da pesquisa. O momento da execução do instrumento coincidiu com o período de chuvas da região, trazendo alguns transtornos, pois as estradas principais que dão acesso à sede da comunidade Agrovila e Campos Novos têm necessidade de manutenções pela Prefeitura. Na sede das comunidades, porém, foram indicadas as condições das estradas em cada setor, informação que foi de grande valia, pois facilitou o percurso a ser feito pelo pesquisador.

No dia 18 de março foram aplicados seis questionários na comunidade Boa Esperança;

no dia 19, sete na comunidade Agrovila; no dia 21, sete na comunidade Agrovila, Bela Vista e Córrego Fundo; no dia 22, oito na comunidade Campos Novos e um Córrego Fundo; no dia 23, a chuva impediu a saída de campo; no dia 24, foram aplicados nove questionários na comunidade Campos Novos. Durante o levantamento cinco pessoas residiam na cidade, sendo realizado no dia 26 de março, lotes 362, 188, 169, 246 e 254.

Convém ainda acrescentar que se utilizou como critério, para propriedades sem respondente, aplicar o questionário ao lote anterior ou posterior. Em três lotes não foram encontradas as famílias. Na comunidade São João, lote 370, os moradores não estavam, aplicando-se o questionário ao lote 371; na comunidade Campos Novos, lote 26, não moram mais na propriedade, aplicando-se o questionário no lote 25; no lote 450, a família não estava na propriedade, tampouco a do lote 449, sendo a coleta de dados feita no lote 448.

Como técnica complementar da pesquisa social, utilizaram-se os contatos casuais com moradores da localização dos lotes, que forneceram as indicações de onde encontrar a família selecionada (se na cidade ou na propriedade). A interação com a comunidade deu-se por intermédio de conversas informais com os diretores da escola e os professores, com técnicos da EMPAER, MT e da Prefeitura, que prestam assistência técnica a alguns produtores. Serviram de suporte para informações adicionais, igualmente, os diálogos ocasionais, durante as visitas, com os dirigentes das associações atuantes no Assentamento; a entrevista mencionada neste capítulo; e os conhecimentos prévios da comunidade Agrovila e Córrego Fundo.

Para validade dos resultados, utilizou-se a estimativa pontual da proporção amostral (\hat{p} - p chapéu), que representa uma probabilidade ou o equivalente decimal de uma percentagem. No Apêndice D constam os valores para \hat{p} . Os valores correspondentes utilizados na fórmula do erro da amostra (E) são: $\hat{p} = 0,50$ e $\hat{q} = 0,50$. As hipóteses serão validades com resultados superiores a 50% e rejeitadas com valores inferiores a 50%.

Com os resultados verificados, os dados foram analisados por intermédio da apresentação de gráficos e tabelas que demonstram as características do núcleo familiar, da produção familiar, das trajetórias anteriores ao Assentamento, da vida no Assentamento, das organizações de produtores e da gestão da propriedade familiar. Os gráficos apresentam os percentuais e quantidades de respostas obtidas em cada questão. A cada gráfico elaborado, foram feitas as considerações pertinentes às respostas obtidas.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo de campo serviu-se de um questionário, dividido em seções, aplicado no Assentamento Wesley Manoel dos Santos. A primeira, intitulada caracterização do núcleo familiar, teve como objetivo levantar os dados do número de pessoas por propriedade, número de comunidades, grau de escolaridade e a principal renda de todos os membros da família. A segunda seção buscou compreender como se caracteriza a produção familiar considerando a atividade, produção, comercialização e renda da propriedade. A terceira seção verificou a trajetória das famílias no período anterior ao Assentamento, mostrando as principais ocupações individuais e coletivas à geração de renda para seus familiares. A quarta seção mostra como se desenvolveu a vida das famílias no período inicial do Assentamento, as condições atuais de vida, o acesso ao crédito rural, a participação na vida coletiva da comunidade e a representação das organizações na vida da comunidade. A quinta seção apresenta as organizações associativas presentes no Assentamento, mostrando as principais atividades desenvolvidas. A sexta seção dedica-se às peculiaridades das famílias participantes das associações e cooperativas existentes no Assentamento, buscando com isso entender os fatores que promovem essa participação e suas consequências sobre aquelas famílias e sobre a comunidade. Tais elementos, unidos aos anteriores, embasam a discussão das hipóteses gerais da pesquisa, retomadas nas Considerações Finais.

5.1 Caracterização do núcleo familiar

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa sobre as características dos núcleos familiares – um panorama de como com as comunidades vivem e se articulam no Assentamento – e o número de pessoas que residem na propriedade. Apontam-se o nível de escolaridade dos pesquisados e a composição do núcleo familiar nas unidades produtivas. Verificaram-se igualmente as principais atividades desenvolvidas pelos integrantes do núcleo familiar que atuam fora da propriedade pesquisada.

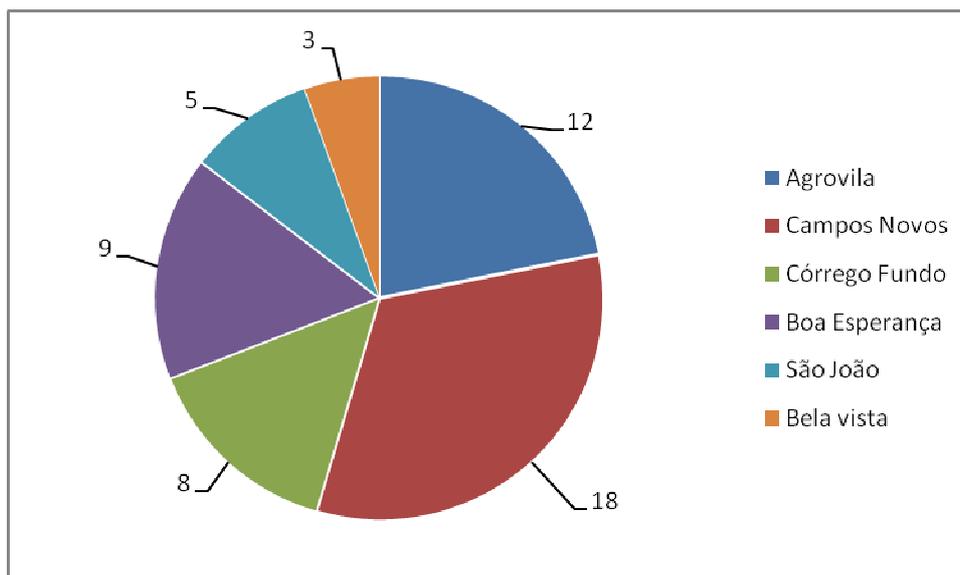


Gráfico 1: Número de famílias pesquisadas por comunidade¹¹

Conforme informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop, MT, existem 497 lotes no Assentamento Wesley Manoel dos Santos distribuídos em travessões (com nome dos córregos). Nas informações iniciais do projeto, não constavam as comunidades; na pesquisa realizada, no entanto, foram identificadas seis: Agrovila, Bela Vista, Boa Esperança, Campos Novos, Córrego Fundo e São João.

As famílias foram pesquisadas aleatoriamente por comunidade, sem reposição, procurando demonstrar os resultados de todos os setores do Assentamento. Nas Comunidades Agrovila e Campos Novos foram pesquisadas 12 e 18 famílias, respectivamente, que representam as duas maiores, onde se localizam as duas escolas do Assentamento.

Nas Comunidades Córrego Fundo e Boa Esperança, foram pesquisadas oito e nove famílias, respectivamente. Nas Comunidades São João e Bela Vista foram pesquisadas cinco e três famílias, respectivamente.

Foram pesquisadas então 55 famílias, proporcionalmente ao número de famílias por comunidade. A metodologia deste trabalho está descrita no quarto capítulo deste estudo; no Apêndice E, constam as propriedades selecionadas na amostragem.

¹¹ Os gráficos apresentados neste capítulo foram elaborados pelo autor.

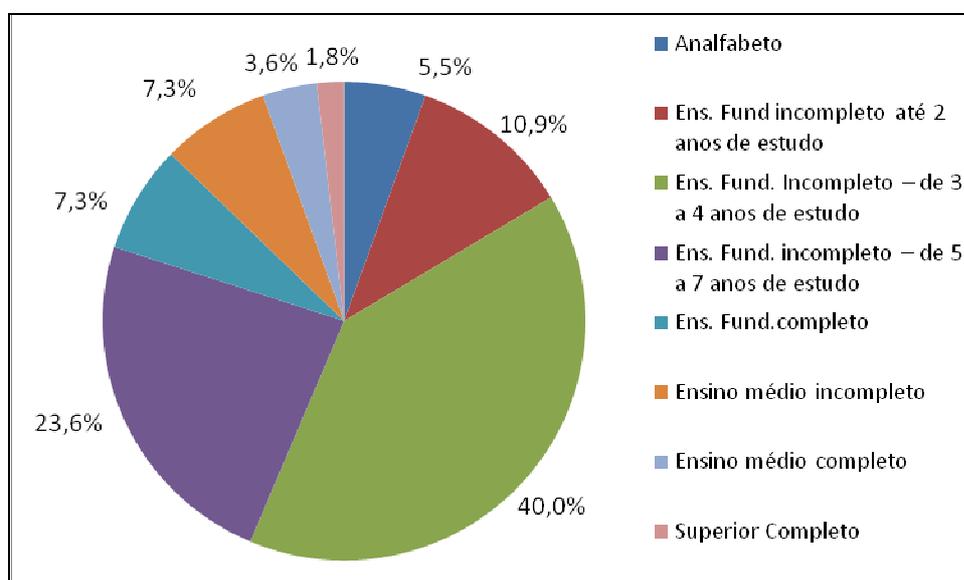


Gráfico 2: Grau de escolaridade do proprietário do lote rural

Em relação ao grau de escolaridade do proprietário do lote rural, os resultados apontaram, conforme o Gráfico 2: 5,5% de proprietários analfabetos; 10,9% com ensino fundamental incompleto com até dois anos de estudo; 40,0% com ensino fundamental incompleto com três a quatro anos de estudo; 23,6% com ensino fundamental incompleto de cinco a sete anos de estudo; 7,3% com ensino fundamental completo; 7,3% com ensino médio incompleto; 3,6% com ensino médio completo; não houve resultados para proprietários com ensino superior incompleto, mas 1,8% possuem ensino superior completo. Os dados demonstram que 56,4% dos proprietários pesquisados possuem baixa escolaridade (analfabetos e ensino fundamental incompleto de dois a quatro anos de estudos).

Em relação ao gênero dos proprietários, dentre as 55 propriedades pesquisadas, nove delas estão cadastradas no nome de mulheres e 46 propriedades estão registradas em nome de pessoas do sexo masculino. Ao fazerem o cadastro inicial junto ao INCRA, as pessoas não poderiam estar exercendo alguma atividade pública ou empresarial e essa condição demonstra oficialmente a presença de lotes em nome de mulheres, em nome dos pais, mas atualmente os esposos e os filhos tomam as decisões de produção e o controle das propriedades.

Do total de 47 cônjuges pesquisados, constatou-se que 4,26% possuem ensino fundamental incompleto com até dois anos de estudo; 25,53%, ensino fundamental

incompleto com três a quatro anos de estudo; 29,79%, ensino fundamental incompleto com cinco a sete anos de estudo; 12,77% com ensino fundamental completo; 17,02% com ensino médio incompleto; 6,38% com ensino médio completo; 4,26% com ensino superior incompleto e não houve respostas que contemplassem pessoas com ensino superior completo nesse quesito. As pessoas que possuem ensino superior incompleto são os professores das Escolas Campos Novos e Agrovila. Esses resultados demonstram que é necessário avançar nas questões relacionadas ao ensino para os habitantes do campo, de modo que as qualificações se estendam a todos, sem a necessidade de os agricultores terem de levar seus filhos para estudarem na cidade, descaracterizando o trabalho rural.

Na pesquisa realizada, todas as pessoas na faixa etária entre seis e 16 anos estão cursando o ensino fundamental e médio. Dos jovens do sexo masculino com idade acima de 17 anos, que vivem na propriedade, seis trabalham como diarista, três trabalham como pedreiros e três como tratoristas em fazendas próximas ao Assentamento. Sente-se falta de uma política que valorize as atividades realizadas por jovens, que demonstre que a capacidade produtiva está relacionada ao conhecimento, independentemente de onde as pessoas estejam trabalhando.

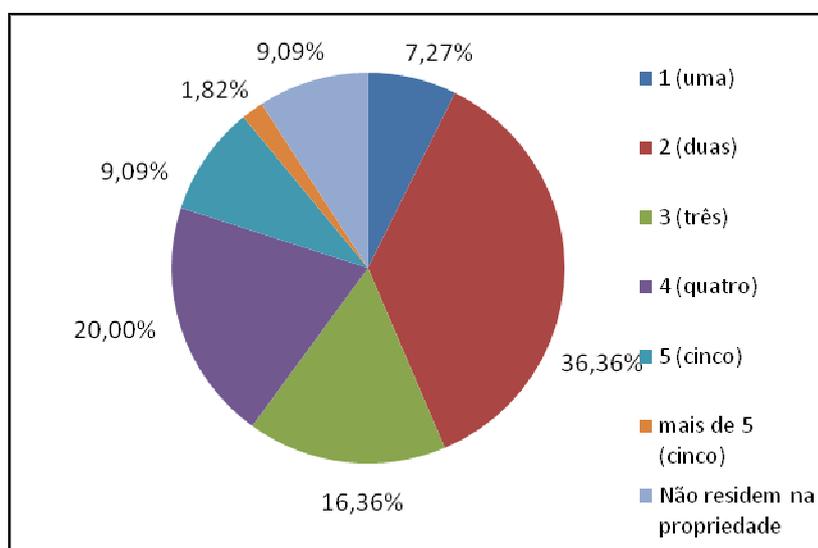


Gráfico 3: Quantidade de pessoas que moram na propriedade

A pesquisa sobre a quantidade de pessoas que moram na propriedade revelou os seguintes resultados sobre a composição do núcleo familiar, conforme demonstra o Gráfico 3: 7,27% das propriedades possuem uma pessoa na família; 36,36%, duas pessoas, 16,36%, três pessoas; 20%, quatro pessoas; 9,09%, cinco pessoas; 1,82%, mais de cinco pessoas e 9,09%

não residem na propriedade.

No cômputo, 158 pessoas vivem no assentamento, cinco famílias residem na cidade e duas famílias em fazendas (a propriedade está em nome dessas famílias, mas os pais cuidam da propriedade). Os dados apontam que 59 filhos de produtores residem e trabalham na cidade. Deste total, sete produtores responderam que os filhos estão trabalhando e estudando, cinco responderam que os filhos estão estudando ensino fundamental e médio e três que os filhos estão frequentando faculdade.

A pesquisa apontou um núcleo familiar com 14 pessoas que vivem na mesma propriedade (pais, filhos, genros, noras e netos); outra família com seis pessoas, composta por pais, filhos, sogro, sogra, cunhado. Quatro núcleos familiares foram verificados durante a pesquisa, constituídos por pessoas cujos lotes são próximos; pais, filhos, tios, sogros e sogras que também possuem lotes no Assentamento.

O perfil geral dos núcleos familiares assim se apresentou: 5,45% famílias alargadas (com parentes, agregados), 29,09% famílias nucleares (apenas pais e filhos) e 65,46% famílias em decomposição (saída dos filhos, separações). A pesquisa indica que a população em idade ativa de trabalho representa 58,86% das pessoas que estão na propriedade. Os dados apontaram a baixa escolaridade dos proprietários dos lotes e, no caso dos cônjuges, níveis de escolaridade acima daquele dos proprietários.

5.2 Caracterização da produção familiar

Nesta seção são apresentadas as características do trabalho familiar, o período de ocupação da área no Assentamento, a produção das famílias – com o nível de renda média mensal da propriedade –, as técnicas de produção, os espaços de comercialização dos produtos produzidos de forma individual ou coletiva.

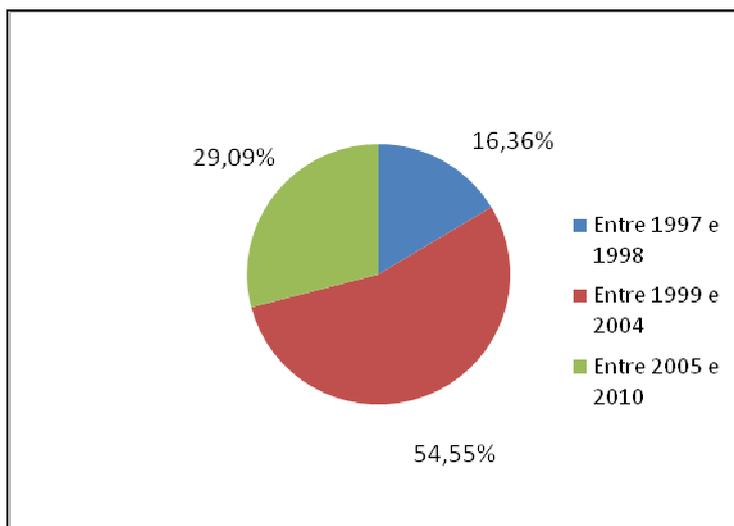


Gráfico 4: Ano inicial de ocupação da área no assentamento

Os resultados apontam que 16,36% dos produtores residem no Assentamento desde seu início, entre 1997 e 1998, quando foram sorteados os lotes para os que se cadastraram no sistema do INCRA, 54,55% são os que começaram suas atividades no período de 1999 a 2004, pela desistência das primeiras famílias. Os novos assentados ocupavam a propriedade e, posteriormente, encaminhavam-se ao INCRA para o cadastramento. O restante das propriedades, 29,09%, foi ocupado no período de 2005 a 2010 com aquisição da propriedade de outras famílias.

No período de 1999 a 2004, quando do abandono ou desistência de uma família da propriedade, o INCRA efetuava uma nova ocupação do lote, bem como foram vendidos os direitos de algumas propriedades, sendo que, naquele período, 16,00% das famílias compraram o direito sobre a propriedade e efetuaram a regularização.

As famílias recebiam os lotes conforme o sorteio e em alguns setores do Assentamento havia madeira nativa nas áreas. Muitos produtores venderam a madeira que podia ser explorada e abandonaram as propriedades. De acordo com levantamento realizado por Kaiser (2007), sob orientação deste mestrando, houve rotatividade de 247 famílias no período de 1997 a 2005. Os principais motivos da desistência dos lotes, elencados pelos produtores que saíram de suas propriedades, foram: 45% por falta de infraestrutura de estrada, inexistência de energia elétrica, a distância de escolas e ausência de postos de saúde; 21% pela dificuldade de acesso das estradas vicinais e estradas internas; 17% por falta de assistência técnica das instituições que atuam no Assentamento; 4% por falta de aptidão para a atividade agropecuária e 13% pela dificuldade financeira em manter a família na propriedade.

A presente pesquisa apontou que, dos 24 produtores associados, 70,83% são os que ocuparam os lotes no período de 1997 a 2004. Esses primeiros moradores relataram situações de difícil adaptação à nova morada, pois não havia infraestrutura adequada, os mesmos motivos que fizeram algumas famílias abandonarem o projeto em sua fase inicial, mas não desistiram da propriedade, conseguindo permanecer no Assentamento com apoio da família e com a ajuda mútua dos moradores dos lotes próximos. No período de 2005 a 2010, 29,17% adquiriram o direito da propriedade, encontrando ainda estradas em condições precárias de acesso, mas em melhores condições que o período inicial.

Quanto às características das propriedades, os dados apontam que 76,36% das propriedades contam com apenas trabalho familiar e 23,64% com trabalho familiar, mais contratação de trabalhador temporário ou mensalista. As famílias já demonstram algum desenvolvimento econômico de trabalho de modo que se permitem alocar outros trabalhadores nas atividades desenvolvidas na propriedade. O uso de mão de obra externa tem a ver com o sistema de produção das famílias. A pesquisa apontou que 92,31% dos produtores com produção pecuária de corte fazem uso de trabalhadores externos. Desses, 58,33% utilizam diaristas para vacinação, roçadas, construção de curral e manejo do gado; 16,67% dos produtores contratam trabalhadores para cuidar da propriedade e, em 25%, as famílias vizinhas fazem o acompanhamento do lote durante a semana, pois o proprietário realiza outras atividades na cidade; no final de semana, o proprietário retorna e assume os serviços na propriedade.

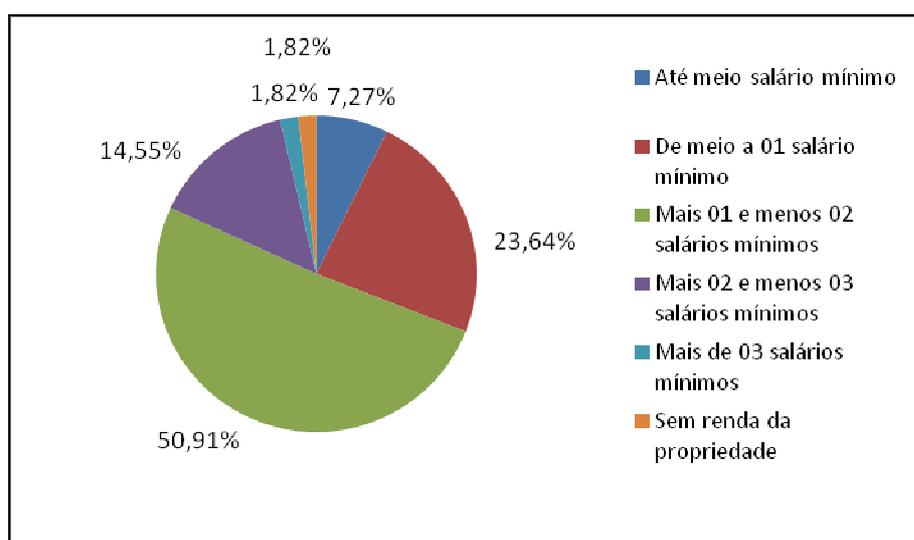


Gráfico 5: Renda média mensal das propriedades

Os dados apontam que 7,27% dos assentados possuem renda média mensal, não incluído o autoconsumo, de até meio salário mínimo; 23,64%, de meio a um salário mínimo; 50,91%, mais de um e menos de dois salários mínimos; 14,55%, mais de dois e menos de três salários mínimos; 1,82% com mais de três salários mínimos e 1,82% sem renda da propriedade. A pesquisa demonstra que 69,09% dos assentados já possuem renda da propriedade acima de um salário mínimo.

As famílias consideram que suas condições de vida tornaram-se melhores desde o início das atividades no Assentamento – fato que se comprova pelas 54 respostas positivas e uma negativa. A implantação da energia elétrica em 2007 foi um elemento importante para essa melhoria conforme se observa nas respostas dos produtores.

A renda da propriedade aumentou para 52 produtores, mas três não conseguiram melhorar a receita. As famílias descrevem que as dificuldades de recursos para investimento nos lotes são os principais motivos que impediram melhoria da renda. Os produtores relataram que no início das atividades no Assentamento não havia rendimento da produção da propriedade, porque não houve liberação imediata de recursos do PRONAF para investimento em seus lotes. As famílias conseguiam sobreviver com trabalhos externos à propriedade e procuravam investir os recursos na abertura das áreas. Dos 18 produtores que tiveram a liberação do PRONAF em 2001, três não tiveram melhorias da renda com a aquisição dos materiais e das matrizes pecuária de leite, pela morte dos animais, dificultando posteriormente o pagamento dos investimentos e um dos produtores solicitou prorrogação da dívida vencida em 2009. As famílias que obtiveram melhorias nas receitas foram as que investiram na compra de animais e iniciaram a produção de queijo; nos anos seguintes, a venda de bezeros incrementou a renda. Não houve melhoria significativa nos rendimentos, mas as famílias consideram que houve geração de renda.

O sistema produtivo adotado não contempla distribuição de renda para outras famílias, pois a produção agropecuária nas propriedades é basicamente familiar. Os dividendos são retidos pela família que reside na propriedade ou destinados aos filhos que estão estudando na cidade. Não foram registrados casos de produção coletiva ou de atividades produtivas desenvolvidas por associações ou cooperativas.¹² A pesquisa tampouco identificou produtores

¹² A pesquisa constatou a presença de seis associações formais no Assentamento. Não há cooperativas formadas. Foi utilizada a partir deste capítulo a palavra “associação” para os empreendimentos.

que realizassem sua produção via grupo de produtores ou via associação.

As associações presentes no Assentamento atuam no apoio aos produtores, não por intermédio da produção coletiva nas atividades agropecuárias, mas por meio de outras atividades, a serem descritas neste capítulo.

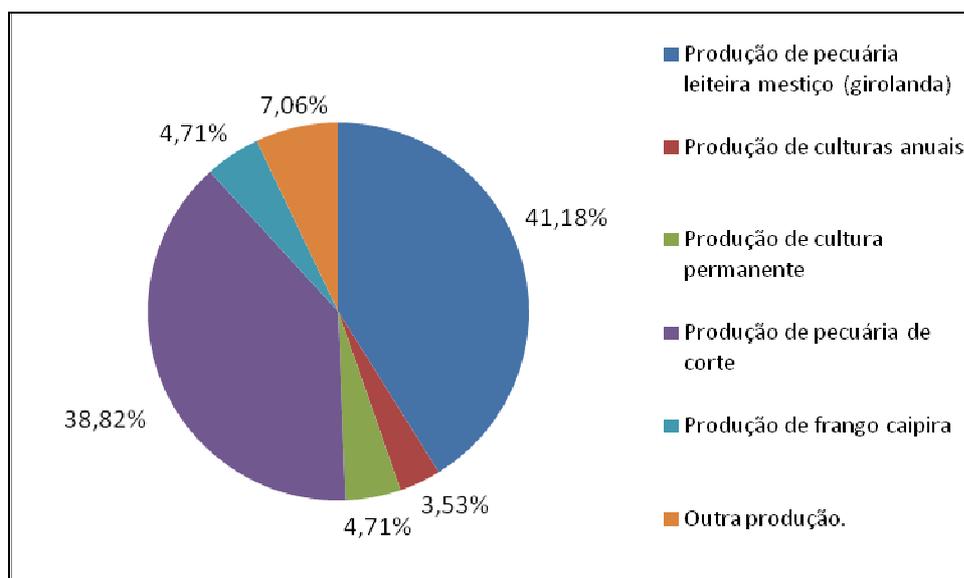


Gráfico 6: Sistema de produção das propriedades

Os sistemas de produção das propriedades existentes no Assentamento¹³ são os seguintes: 41,18% de produção de pecuária leiteira mestiça (raça girolanda); 3,53% de produção de culturas anuais; 4,71% de produção de cultura permanente; 38,82% de produção de pecuária de corte; 4,71% da produção de frango caipira e 7,06% de outras formas de produção (suinocultura). Não houve respostas para produção extrativista, artesanato e produtos caseiros (bolachas, pães e doces).

Os principais produtos utilizados para autoconsumo da família são mandioca, frango caipira, ovos, pecuária leiteira e horta doméstica. Existem 49 propriedades produzindo mandioca para autoconsumo, 52 propriedades com produção de frango caipira e ovos, 35 propriedades com pecuária leiteira e 14 das propriedades possuem horta doméstica.

Para 91,67% das famílias o que é produzido como resultado das atividades

¹³ Não houve um diagnóstico inicial do Assentamento sobre a capacidade econômica de produção, sobre as necessidades imediatas das famílias e sobre a procedência dos produtores. Os produtores foram assentados sem uma prévia seleção de modelos de produção para o Assentamento.

agropecuárias das propriedades é vendido principalmente para empresas privadas, mas 8,33% das famílias comercializam o que é produzido diretamente ao consumidor final. A venda dos produtos realiza-se principalmente no mercado municipal com a entrega direta a clientes, sejam eles pessoas físicas sejam jurídicas.

Os produtores não utilizam as feiras municipais para venda dos produtos. Uma das propriedades pesquisada gostaria que na escola fosse criado um mecanismo de troca de produtos. Com essa nova modalidade de relações, o excedente de produção poderia ser utilizado como uma moeda de troca. As associações que oferecem apoio à comercialização dos produtos são as Associações Agrovila, com caminhão para entrega dos produtos na cidade, e Córrego Fundo, que oferece a caminhonete para o transporte dos produtos.

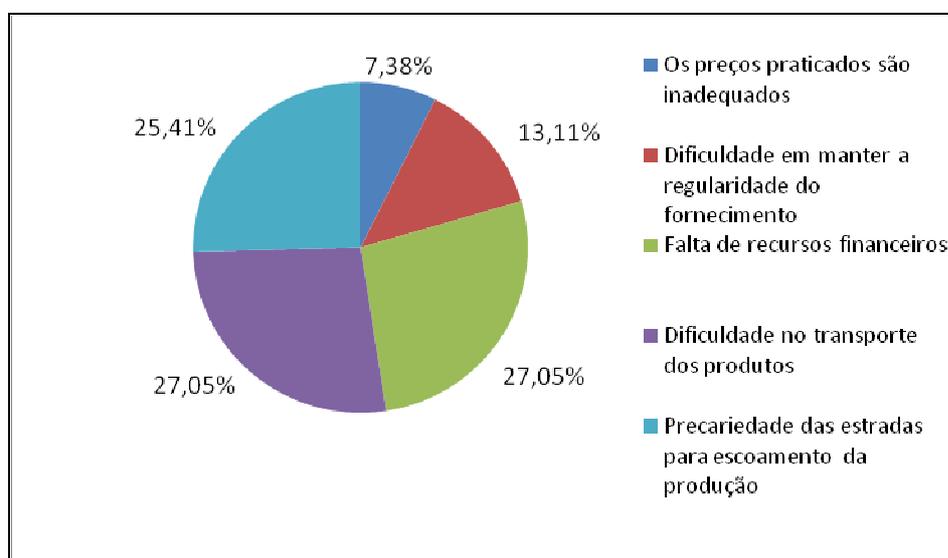


Gráfico 7: Dificuldades na comercialização dos produtos

Computados os resultados que se referem às principais dificuldades enfrentadas pelos produtores não associados no momento da comercialização, tem-se que: 7,38% dos preços praticados são inadequados; 13,11% têm dificuldade em manter a regularidade no fornecimento dos produtos; 27,05% padecem pela falta de recursos financeiros; 27,05% relataram dificuldades para o transporte dos produtos e 25,41% registraram a precariedade das estradas para escoamento da produção. Não houve registro de compradores que só adquirem em grande quantidade.

No cruzamento das informações com os produtores associados, as dificuldades enfrentadas pelos produtores na comercialização são: 9,41% dos preços praticados estão

abaixo do esperado; 11,32% têm dificuldade em manter a regularidade no fornecimento dos produtos; 28,30% ressentem-se pela falta de recursos financeiros; 26,02% relatam dificuldades no transporte dos produtos e 24,53% registram a precariedade das estradas para escoamento da produção. Os resultados apresentam percentuais próximos, evidenciando uma equivalência no tocante às dificuldades enfrentadas.

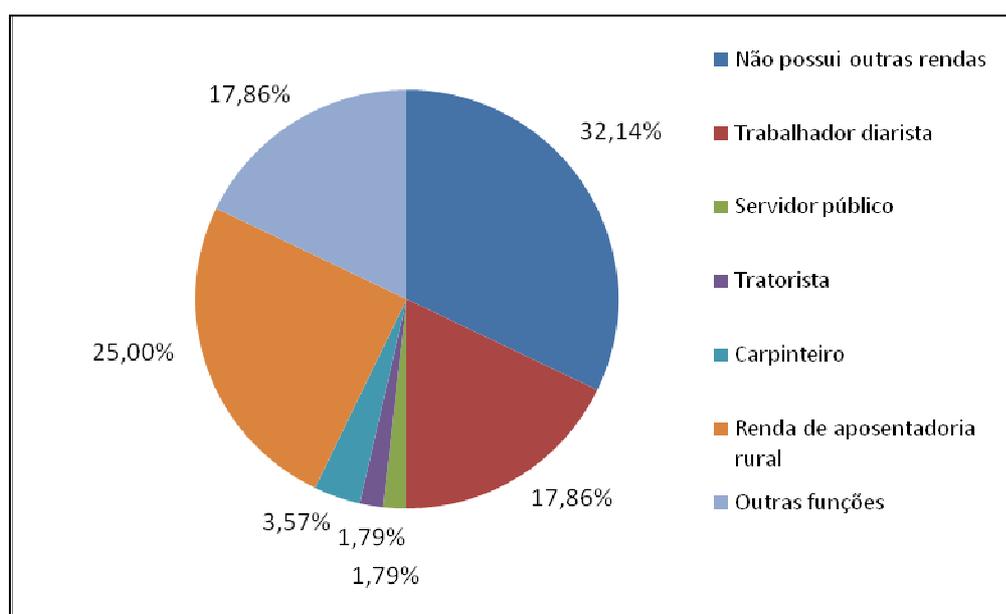


Gráfico 8: Renda de outras atividades

Por falta de recursos para investimento nas propriedades, as famílias buscam complementar a renda com outras atividades. Alguns, por exemplo, trabalham como professores das escolas, motorista, tratorista, vendedor, comerciante na cidade de Sinop, diarista (trabalho em roçada, construção de cerca e curral, servente de pedreiro), vacinação por temporada, etc. e outros se valem do rendimento de aluguel de casa na cidade.

Pelas respostas dadas às perguntas do questionário, 32,14% dos produtores possuem renda oriunda somente da propriedade, excluído o autoconsumo; 17,86% desempenham trabalho de diarista; 1,79% são servidores públicos (concursados da Prefeitura Municipal de Sinop, MT); 1,79% são tratoristas, 3,57%, carpinteiros; 25,00% recebem renda de aposentadoria rural e 17,86% exercem outras funções (motorista, professor contratado por dez meses no ano, professores da Prefeitura Municipal de Sinop e professores do Governo do Estado de Mato Grosso, trabalhadores de lanchonetes nos núcleos do Assentamento, renda proveniente de aluguel de casa na cidade, vendedor, diarista e comércio na cidade). Esses dados mostram que os agricultores assumem diferentes ocupações produtivas, o que é uma

tendência geral no Brasil. A diversidade de atividades não agrícolas nas propriedades já é tema de pesquisa por diversos autores, mas pela delimitação deste trabalho, ficam as discussões a respeito em aberto.

A renda média mensal do proprietário do lote pela execução dessas outras atividades refere-se a: 2,7% das propriedades recebem pelo trabalho até meio salário mínimo; 59,46%, de meio a um salário mínimo; 29,73%, mais de um e menos de dois salários mínimos; 5,41%, com mais de dois e menos de três salários mínimos e 2,7%, com mais de três salários mínimos.

A renda dos núcleos familiares com atividades fora da propriedade familiar (excluindo os proprietários) ou recebimento de benefícios sociais apresentou os seguintes resultados: 30 pessoas possuem renda de outras atividades fora da propriedade e 23 pessoas não têm outros rendimentos, somente executam trabalhos domésticos na propriedade. Quanto às pessoas que realizam atividades fora da propriedade, especificam-se: seis trabalham como diaristas; dois exercem a atividade de tratorista, duas são professoras (professoras contratadas por dez meses ao ano), doze recebem aposentadoria rural¹⁴.

Quanto à gestão da propriedade, 41,82% dos produtores utilizam controle das atividades e 58,18% não adotam esse sistema, pois o caderno de anotações é o principal monitoramento utilizado por eles. Dos produtores pesquisados, não houve resposta quando questionados sobre possuírem contabilidade da produção agropecuária da propriedade. A pesquisa apontou que as famílias não se valem de técnicas de gestão para acompanhar a produção e a comercialização dos produtos.

Para venda dos produtos, 38 produtores pesquisados são inscritos como produtores rurais, mas 17 propriedades não têm regularizado esse quesito. Cabe ressaltar que a nota fiscal de venda do produtor é um documento importante para solicitação dos benefícios sociais.

Nos últimos três anos, os cursos realizados pelos produtores contabilizam-se da seguinte forma: 12 produtores realizaram um curso; sete realizaram dois; dois realizaram três; dois produtores realizaram quatro ou mais e 31 não fizeram cursos ou treinamentos nesse período. Todos os cursos foram oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural –

¹⁴ Uma mulher, com câncer de mama, está reclamando na justiça seus direitos à seguridade social, pois seus benefícios, que estavam sendo pagos mensalmente, foram suspensos no final de 2010.

SENAR conforme demanda anual da comunidade. Dentre os temas oferecidos, salientam-se conhecimentos sobre embutidos e defumados, doces e conservas, derivados de leite, prevenção e combate ao fogo, manejo de gado leiteiro e vacinação desses animais.

Os dados demonstram que 76,36% das propriedades têm como distinção o trabalho familiar, configurando o núcleo familiar como responsável pela produção e manutenção dos lotes. Os principais sistemas produtivos das famílias são a produção de leite e de corte. Conforme já dito, a pesquisa não revelou atividades produtivas coletivas, via grupo de produtores ou associação, que realizassem atividade de produção e comercialização da produção.

5.3 Trajetória anterior ao assentamento

São apresentados, a seguir, os resultados da trajetória das famílias no período anterior ao Assentamento, de suas participações em associação ou cooperativas, das atividades coletivas e a principal atividade desempenhada.

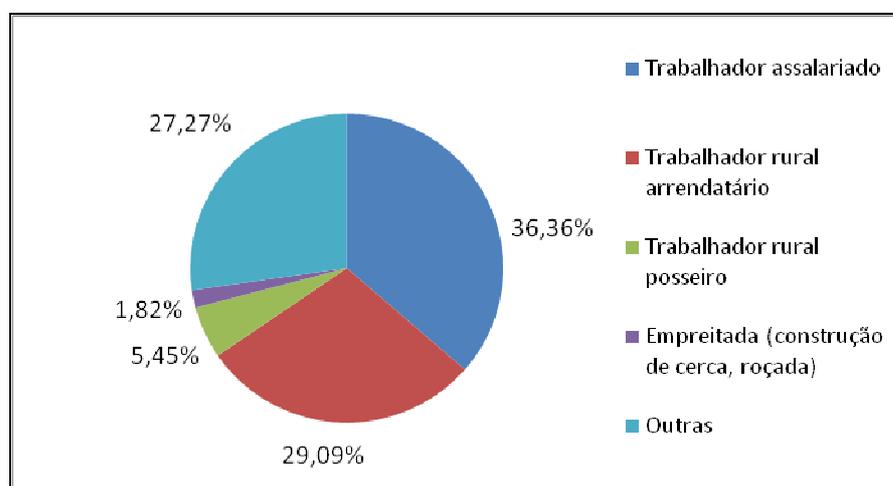


Gráfico 9: Principal atividade desempenhada antes do assentamento

Quanto à principal atividade, com maior duração e que proporcionou maior renda para as famílias no período anterior ao Assentamento, tem-se: para 36,36% dos assentados, o trabalho assalariado (servidores públicos, trabalhadores de madeiras, auxiliares de tornearia, trabalhadores em usina de cana ou fazenda ou, ainda, em serviços gerais); para

29,09%, a condição de arrendatários rurais (pequenos trabalhadores do Nordeste, do Paraná e arrendatários de unidades produtivas de pequeno porte de outras regiões do país); para 5,45%, a condição de posseiros (posses não regularizadas); para 1,82%, o trabalho por empreitada (construção de cerca, roçado, etc.). Nos demais 27,27%, listaram-se outras ocupações, entre elas a de motorista, estudante, eletricitista, carpinteiro, servente de pedreiro, transporte de toras, vendedor ambulante, diarista ou mecânico.

Investigando-se as principais atividades desempenhas pelas famílias associadas antes do Assentamento, constatou-se que 25% foram trabalhadores assalariados; 12,5%, trabalhadores arrendatários e 62,5% ocupavam-se em treze diferentes atividades. Para as famílias não associadas, 32,26% foram trabalhadores assalariados; 32,26%, trabalhadores arrendatários e 35,48% dedicavam-se a onze diferentes atividades.

Das famílias pesquisadas, identificou-se que os trabalhadores rurais arrendatários foram lidadores de pequenas unidades de produção agropecuária. Nas famílias que iniciaram suas atividades após o ano de 2005, detectaram-se dois produtores com produção pecuária de corte em três a quatro lotes, com estrutura de recursos. Ressalta-se que esses lotes estão cadastrados no nome dos filhos, sobrinhos e netos.

Para ter-se uma visão detalhada dos problemas relatados pelas famílias assentadas, cruzaram-se as informações pertinentes aos agricultores que já haviam tido experiência prévia em associações com as respostas dadas pelos produtores que não haviam ainda participado desse formato de trabalho. Na interseção dos dados, detectou-se que as dificuldades assemelhavam-se. Da totalidade daqueles que já tinham vivenciado o formato associativo, 25% destacaram as poucas condições salariais para manterem a família; 50% não gostavam da atividade desempenhada e 25% relataram outros motivos (trabalhavam em conjunto com família, mas queriam trabalhar por conta própria). Para os produtores não associados, as dificuldades enfrentadas foram: 3,23% das pessoas destacaram a falta de oportunidade à educação dos filhos; 38,71%, a verba insuficiente para manutenção da família; 45,16% não gostavam da atividade desempenhada e 12,9% alegaram outros motivos (trabalhavam em sociedade na produção agropecuária e queriam voltar a ser agricultores, trabalhavam com família e queriam ser independentes).

O quesito referente à participação dos produtores em associação ou cooperativa obteve duas respostas positivas e 53 pessoas responderam que não participaram. As atividades

individuais, desempenhadas anteriormente ao Assentamento, influenciam ainda os produtores, refletindo no modo de viver das famílias. Nos resultados apresentados no questionário, apenas uma família procede de produtores de acampamento de sem terra, mas não participa do associativismo no Assentamento. As demais assentadas não são do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra, procedem de diversos setores da economia; foram cadastradas no INCRA, no período de seleção. Os agricultores que ingressaram posteriormente também não fizeram parte desses movimentos. A diversidade de experiências de atividades desempenhada antes do ingresso no Assentamento, provavelmente, é uma das explicações para a baixa adesão ao associativismo.

Os produtores que participavam de associação ou cooperativa antes do Assentamento ocupavam cargos na diretoria, onde participavam como líderes de projetos coletivos de trabalho. As famílias produziam culturas anuais e de hortifrutigranjeiros no modelo coletivo e dividiam a renda entre todas as famílias. Um produtor trabalhou em horta coletiva no período de 1986 a 1993, no município de Guiratinga, MT. Trabalhavam 80 famílias em regime de trabalho coletivo; a comercialização era feita em grupo e a renda da produção era dividida com todas as famílias. As atividades foram paralisadas em função do período de altas taxas de inflação na década de 1990, não proporcionando receita suficiente para manter as despesas das famílias, que procuraram outras atividades. Esse produtor foi convidado pelo INCRA para morar no Assentamento de Sinop em 2000. Em 2001 constituiu a Associação, sempre exercendo a função de presidente até a presente pesquisa. Sua condição social e econômica atual está dentro do percentual de 23,64% dos produtores com rendimento da propriedade de meio a um salário mínimo.

Outro produtor trabalhou em acampamento coletivo no Paraná, concebido sob a égide de atividades comunitárias, na produção de mandioca, arroz, milho e hortaliças para autoconsumo, no período de 1995 a 1997. Nesse local, 25 famílias trabalharam em grupo durante dois anos. Havia entre eles muitas discussões acerca da divisão dos recursos, mas conseguiam conciliar-se. As famílias, entretanto, foram saindo do acampamento para exercer outros serviços, paralisando as atividades. O produtor foi trabalhar em Sinop, MT, após ter saído do Paraná, e em 2001 foi designado pelo INCRA a ocupar um lote desocupado por outra família no Assentamento pesquisado. Desde que chegou ao Assentamento, esse produtor não formou associação porque acredita que a associação atual não beneficia os produtores. Tem interesse em trabalhar via associativismo com os demais assentados, mas com a diretoria

atual, segundo relata, *não há negociação*. Atualmente é contratado pelo Estado, exercendo a função de professor da Escola Campos Novos. Sua condição socioeconômica atual está dentro do percentual de 7,27% dos produtores com rendimento da propriedade com até meio salário mínimo.

Em seus relatos, os produtores que participaram de associação ou cooperativas antes do Assentamento destacaram a importância do trabalho em grupo, no período em que participaram das atividades coletivas, como um fator para agregar valor à produção e comercialização.

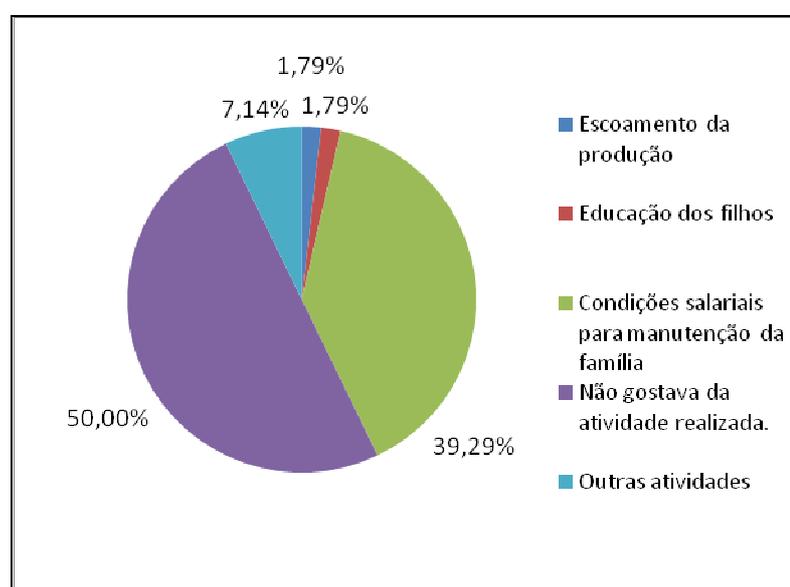


Gráfico 10: Dificuldades enfrentadas no período anterior ao assentamento

A migração dos produtores para esse Assentamento foi balizada pela possibilidade de novas opções de sobrevivência e formas de trabalho, como alternativa às atividades que desempenhavam até então. Nas conversas informais com os assentados, delinearam-se os fatores motivadores desse movimento migratório, tais como o descontentamento com as atividades que realizavam; a insatisfação com o assalariamento, pois a renda da produção ficava com proprietário; a busca por uma vida autônoma, sem patrões; a origem agrícola da família; a baixa escolaridade que impede a ascensão a funções mais qualificadas e consequentemente a salários mais elevados, etc. As dificuldades relatadas pelos produtores antes de chegarem ao Assentamento foram a dificuldade de escoamento da produção: 1,79%; a impossibilidade de propiciar educação adequada aos filhos, 1,79%; a falta de condições salariais para a manutenção da família, 39,28%; o desagrado da atividade realizada (motorista

caminhão, renda oriunda da produção, transporte de toras para madeireiras), 50%, e outras situações, 7,14%. Não houve resposta que se referisse à distância do centro consumidor. As atividades individuais exercidas antes do Assentamento continuam presentes nas famílias, conforme indicado na seção anterior.

5.4 A vida no assentamento

Neste segmento, há a tentativa de expor uma visão geral da vida cotidiana no Assentamento. Para tanto, são apresentados os resultados das condições de estradas, como eram as moradias no período de chegada às propriedades, as condições atuais de infraestrutura da propriedade, o acesso ao crédito e as escolas presentes nas comunidades. Incluíram-se nessa exposição os resultados da participação dos produtores nas associações no Assentamento e a representação das instituições que atuam nas comunidades. No Capítulo IV, foram apresentadas oito associações presentes no Assentamento, seis formais e duas informais. Durante a pesquisa, foram confirmadas as seis associações formais, mas não se encontraram sinais das associações informais.

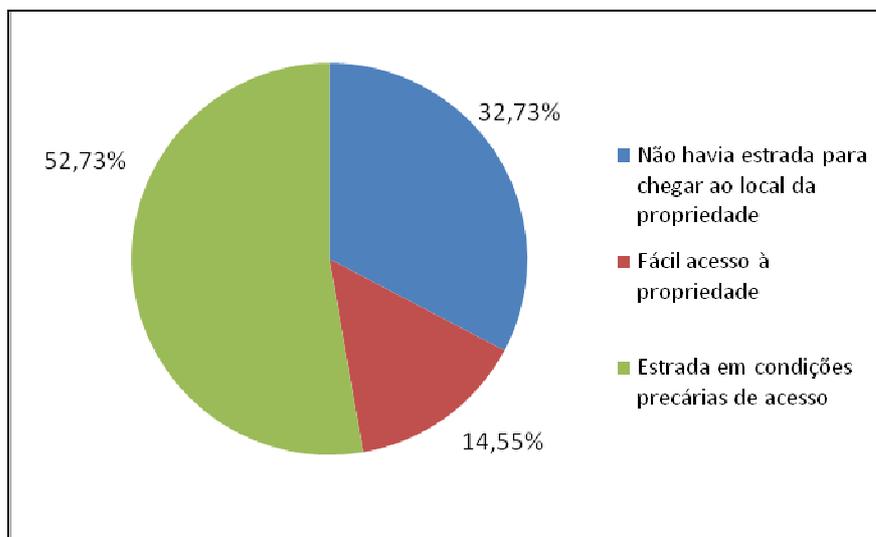


Gráfico 11: Condições das estradas ao chegar à propriedade

Em se tratando das condições das estradas de acesso às propriedades do Assentamento, 32,73% dos pesquisados responderam que, quando chegaram, não havia estrada para chegar ao lote indicado pelo INCRA; 14,55% disseram que as estradas eram de fácil acesso à

propriedade e 52,73% informaram que as estradas estavam em condições precárias para o trajeto.

As famílias assentadas no período entre 1998 e 2004 tiveram muitas dificuldades para deslocamento. O acesso, à época, era precário, pois havia estradas somente nas vias principais do Assentamento. As estradas de acesso às propriedades, localizadas em travessões secundários, foram abertas pelas famílias.

Os que responderam que as estradas eram de fácil acesso à propriedade são famílias que compraram o lote nos últimos quatro anos. As condições das estradas, atualmente, estão melhores pela manutenção da Prefeitura Municipal de Sinop. Os produtores relataram que com o início da nova gestão da prefeitura, em janeiro de 2009, as condições das estradas ficaram melhores. Foram efetuados reparos com cascalhamento nas estradas principais que dão acesso às duas escolas. As estradas secundárias foram recuperadas em pontos mais críticos, faltando ainda a recuperação nos demais setores.

As condições de moradia iniciais eram precárias; muitas famílias construíram barracos de lona. Não havia estrutura de residência no Assentamento. Do total inicial, 33 famílias responderam que não havia residência ao chegarem à propriedade; as 22 famílias que compraram os lotes depois do ano de 2003 relataram haver residência na propriedade. Na região de Sinop houve uma transição do setor madeireiro para o setor agrícola no ano de 2003. Com a escassez de matéria-prima da floresta, surgiram os produtores com estruturas de capital na produção agropecuária. Houve um período de desemprego na cidade, com a demissão do setor madeireiro e as famílias saíram em busca de trabalho em outros setores da economia.

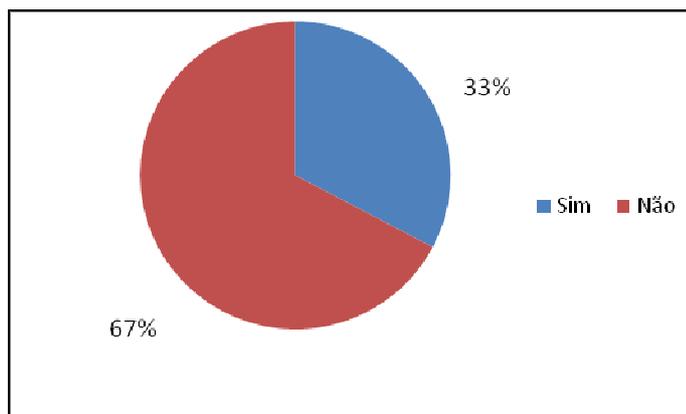


Gráfico 12: Liberação do crédito habitacional do INCRA

Quanto à liberação do crédito habitacional, 32,73% das famílias obtiveram esse benefício para a construção da casa e 67,27% não o conseguiram. As famílias assentadas têm o direito ao crédito para infraestrutura (habitacional) do INCRA. No entanto, como esse crédito depende de orçamento da Instituição, o recurso não atendeu a todas as famílias.

No crédito habitacional são liberados os materiais de construção para as famílias, mas a mão de obra é responsabilidade dos proprietários dos lotes. A verba destinada compreende a construção de uma residência de 42 metros quadrados. Foram liberados os montantes para a edificação de 12 casas em 2001, duas em 2003, uma em 2004 e três em 2005. Essas casas são de alvenaria simples, sem forro, piso bruto, com um banheiro. As famílias estão procurando melhorar as condições de moradia com instalação de cerâmica, forro e reboco.

No levantamento realizado, totalizaram 35 casas de madeira e 20 casas de alvenaria. A área construída das residências consiste em uma casa de até 20 metros quadrados; 10 casas de até 40 metros quadrados; 37 casas de até 60 metros quadrados; seis casas de até 80 metros quadrados e uma casa com mais 80 metros quadrados. As famílias que não receberam o crédito habitacional esperam obter esse recurso nos próximos dois anos, conforme informações dos produtores em reunião que realizaram com o INCRA.

A energia elétrica foi instalada em 2007 em todos lotes rurais pesquisados. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não houve instalação de energia elétrica em algumas propriedades em função de o proprietário não estar na propriedade no período de cadastramento da concessionária de energia elétrica. Durante o percurso no Assentamento, foi constatada uma propriedade sem instalação de energia elétrica, mas essa família não fora selecionada pela pesquisa.

Conforme informações no sítio e do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, o programa foi lançado em novembro de 2003 com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. A meta era levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008, cujo objetivo foi atingido em maio de 2009. O Programa visa utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico para as comunidades rurais, contribuindo para redução da pobreza e o aumento da renda.

Na pesquisa realizada, constatou-se que o contentamento com a instalação da energia elétrica nas propriedades foi um fator importante para a permanência das famílias no meio rural. Nas respostas, detectou-se a satisfação das pessoas com o novo padrão de vida proporcionado pela chegada da energia elétrica.

A pesquisa verificou o um considerável número número de eletrodomésticos existentes nas propriedades: 55 geladeiras, 43 televisores com antena parabólica, 43 máquinas de lavar roupas, 15 chuveiros elétricos e 17 freezers. A energia elétrica, segundo as famílias, proporcionou qualidade de vida ao Assentamento. Com a instalação da energia elétrica, as Associações Agrovila e Campos Novos possuem um atendimento semanal de enfermeira e médico que se deslocam até a Comunidade Campos Novos e Agrovila. A reivindicação que as comunidades fazem agora é no sentido da instalação do posto de atendimento odontológico, previsto para 2011.

No levantamento dos dados, todas as famílias possuem água encanada, filtro de água e fossa séptica. Quanto ao lixo doméstico, na residência de três famílias o lixo orgânico é enterrado e em 52 é jogado a céu aberto.

Entre 1997 e 2000, período inicial do Assentamento, não havia escola para os filhos dos produtores. Os pais procuravam encaminhar os filhos para estudarem na cidade de Sinop. Em 2000, houve um movimento das famílias para implantação de uma escola. Depois de várias reuniões com prefeitura municipal e secretaria de educação, as famílias ofereceram um local no Assentamento para instalar a escola.

Anteriormente, a prefeitura havia oferecido transporte escolar aos alunos, de modo que fossem estudar em Sinop, os pais, porém, não aceitaram a proposta e exigiram uma escola para o Assentamento. Os produtores relataram que houve mobilização de sete famílias, com filhos em idade escolar, questionando sobre as condições das estradas e distância até a cidade.

A mobilização teve resultados positivos. As três primeiras associações do Assentamento surgiram entre 1998 e 2001, com políticas de Estado para grupos organizados de produtores, para compra de equipamentos para produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, conforme será exposto adiante. Não tiveram participação ativa nas mobilizações para a formação da primeira escola, mas foram importantes no apoio da implantação da escola nos núcleos Agrovila e Campos Novos. No ano de 2001, foi implantada a primeira escola na comunidade Agrovila, em barracão cedido por um dos produtores. Naquele ano, a escola iniciou as atividades com sete alunos cursando ensino fundamental e a professora pertencia à comunidade.

No ano de 2003, foram implantadas duas escolas, a de Campos Novos e a de Agrovila. Atualmente, a escola Agrovila possui estrutura em alvenaria construída pelo governo do Estado de Mato Grosso, com quadra de esporte coberta. Atuam 11 professores dos ensinos fundamental e médio, duas zeladoras, duas cozinheiras e um auxiliar administrativo. Há dois motoristas que são contratados por empresa terceirizada. Todos os professores, cozinheiras, zeladoras e motoristas que atuam na escola residem no Assentamento e são proprietários, cônjuges ou filhos dos produtores.

A escola Agrovila possui 115 alunos cursando o ensino fundamental e 23 alunos no ensino médio, todos estudam no período matutino. Aos alunos são oferecidas duas merendas e o almoço; após às 13h, retornam para suas casas. A escola atende às famílias da comunidade Agrovila, São João, Bela Vista e Boa esperança.

A escola Campos Novos atua em uma sala cedida pela Associação. As instalações são de madeira, mas a escola está elaborando projetos para construção de um prédio próprio e quadra de esportes. São 123 alunos do ensino fundamental e 25 alunos do ensino médio. Conta com 11 professores, duas zeladoras, duas merendeiras e três motoristas, estes contratados por empresa terceirizada. A escola atende às famílias das comunidades Campos Novos e Córrego Fundo.

Dentre as famílias pesquisadas, todas as crianças e os adolescentes em idade escolar frequentam a escola. A distância da propriedade até a escola, para cinco famílias, é de 1 a 5 km da propriedade; para dezenove famílias, de 5 a 10 km; para vinte famílias, de 10 a 20 km e para cinco famílias mais de 20 km da propriedade.

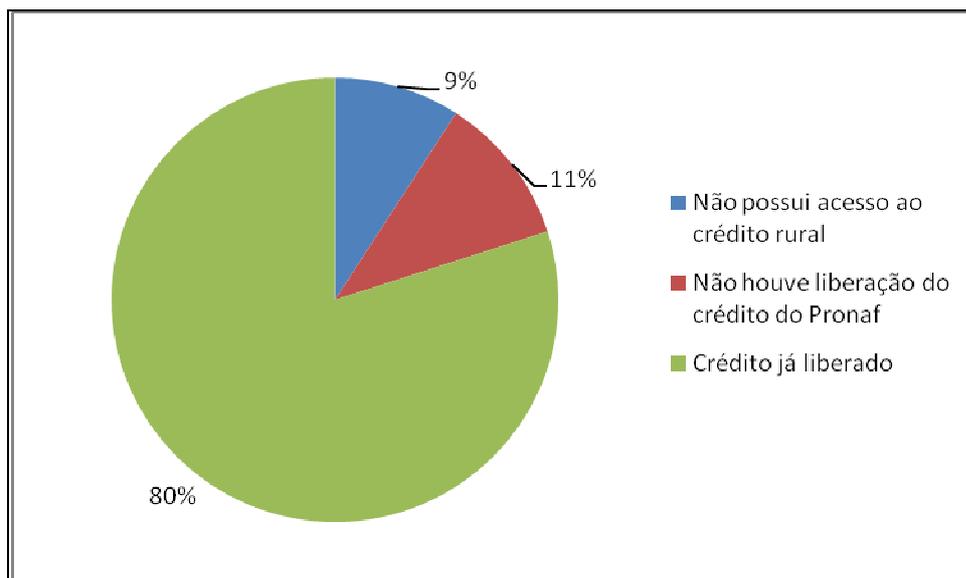


Gráfico 13: Acesso ao crédito rural - PRONAF

Quanto ao crédito rural – PRONAF¹⁵ –, 9% dos produtores não possuem acesso a ele; 11% não conseguiram liberação do crédito e 80% já detêm esse direito. Os produtores que adquiriram o direito¹⁶ dos lotes nos últimos quatro anos não estão com documentação regularizada para obterem o crédito rural. As famílias que não tiveram liberação desse benefício do Pronaf, no momento da disponibilização do crédito, não estavam com a documentação da propriedade regularizada perante o INCRA e outros proprietários não possuíam documentos pessoais habilitados para a obtenção desse empréstimo. O crédito, para 95,45% das famílias, alterou para melhor suas vidas. Para 4,55% dos produtores, entretanto, não houve incremento na qualidade de vida. Esse pequeno grupo, porém, conseguiu sobreviver nesse período, procurando alternativas de renda e cumprindo com o pagamento das parcelas.

Dos valores já liberados, 20 deles ocorreram no ano de 2001, sendo os primeiros créditos do Assentamento realizados individualmente no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) para cada propriedade. No ano de 2005, foram liberados outros três projetos de crédito para os produtores, com novos valores para o crédito Pronaf. Foram disponibilizados individualmente R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais). Em 2008, foram liberados individualmente 21 projetos de crédito Pronaf para os produtores pesquisados, com

¹⁵ Para o produtor ter direito ao crédito não pode haver pendências em instituições financeiras e estar com a documentação da propriedade homologada pelo INCRA.

¹⁶ Com a ausência do Estado no Assentamento faz com que as famílias se organizem de outras formas, com alguns proprietários repassando o direito da propriedade para outra família.

valores correspondentes aos do ano de 2005.

Os principais investimentos foram usados para a compra de matrizes leiteiras (mestiço: girolanda), formação de pastagem, roda d'água e aquisição de arame liso para cercar a área de pastagem. Outros materiais adquiridos com recursos foram horas/máquinas para enleiramento, calcário para correção do solo, triturador, mudas de pupunha e pau-de-balsa.

Com os recursos aplicados, 42 produtores consideram que houve aumento da renda familiar e dois produtores não obtiveram retorno financeiro com os investimentos. A falta de qualidade das matrizes leiteiras foi um dos principais problemas enfrentados pelos produtores. Proprietários tiveram perdas dos animais por doenças, levando-os à morte.

Para 50% dos produtores com crédito liberado, as parcelas da dívida já estão quitadas; para 47,73%, os investimentos realizados em 2008 possuem carência de três anos para o início do pagamento da primeira parcela e, para 2,27%, as parcelas não estão quitadas. Um dos produtores negociou com o banco a prorrogação da dívida, vencida em 2009, referente ao investimento feito na compra de matrizes leiteiras.

Os produtores que tiveram perdas com a compra dos animais estão cumprindo com as obrigações do financiamento. Relataram que procuraram as instituições responsáveis pela fiscalização dos financiamentos, mas as respostas foram negativas quanto à extinção do crédito. Uma das parcelas vencida em 2009 foi prorrogada por esse produtor.

Os produtores relataram que, com a venda de dois bezerros anualmente, consegue-se pagar a prestação anual do financiamento. No caso de pagamento no vencimento, há um abatimento de 40% no valor da parcela. Os produtores de leite, no período de 2001 a 2007, vendiam queijo na cidade e, com o montante arrecadado, quitavam suas parcelas.

Das 23,64% propriedades que se utilizam de trabalho externo, possuem estrutura de produção que garante sua sobrevivência, principalmente a pecuária de corte. Das 73,36% das propriedades que se valem somente do trabalho familiar, considero que 7,27% das famílias com renda da propriedade (excluindo o autoconsumo) de até meio salário mínimo terão dificuldade de sobrevivência, mesmo suas propriedades sendo viáveis. As atividades externas, alternativas de ganhos, são necessárias para a manutenção do grupo familiar; muitos se dedicam aos trabalhos de professor, motorista, diarista e zeladora.

Esta seção demonstrou a vida no Assentamento sob vários aspectos, dentre eles, as condições das estradas, o acesso ao crédito, as condições de infraestrutura de moradia, a participação dos produtores nas associações e a representação das instituições que atuam nas comunidades. Os dados apontaram que as condições das estradas melhoraram nos últimos três anos e que a liberação do crédito foi importante para o incremento das condições de renda da propriedade.

5.5 A presença de associações e de instituições externas

Conforme o Gráfico 14, dentre os produtores pesquisados, 56,36% não são membros da associação ou de cooperativa e 43,64% participam desse modelo produtivo. Em relação às associações (posto que não se registraram casos de cooperativas), 66,67% dos produtores frequentam a maioria das reuniões e assembleias, 25% participam apenas ocasionalmente e 8,33% nunca fizeram parte desses encontros. O associativismo, ainda que modesto, atingindo apenas uma parcela das famílias, desenvolveu-se dentro do Assentamento. Um dos produtores participante de trabalho coletivo antes do Assentamento, ao chegar à sua propriedade, iniciou os trabalhos de constituição de atividades em grupo formando uma associação em 1999.

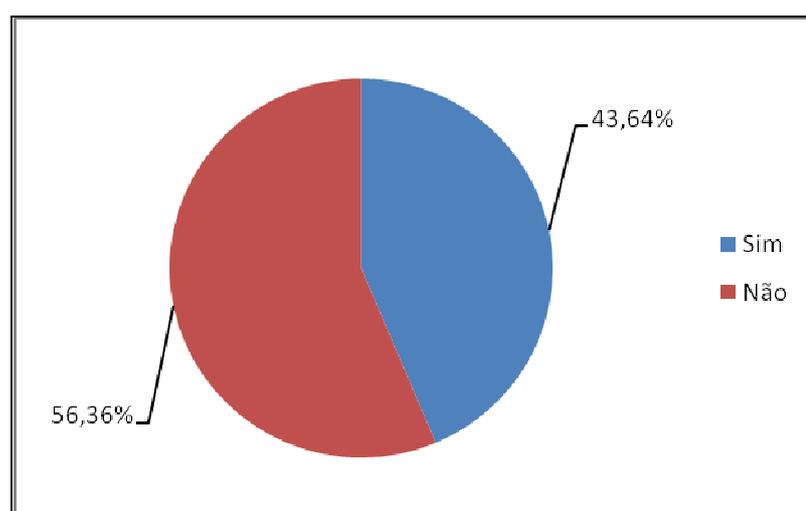


Gráfico 14: Participação em associação ou cooperativa

Quando questionados sobre o trabalho da associação, os produtores da comunidade Córrego Fundo demonstram interesse em trabalhar em benefício do grupo, procuram

participar ativamente das ações da comunidade. Por intermédio do trabalho em grupo, conseguem melhores estradas, compram equipamentos e insumo, como calcário para correção do solo, em conjunto, desenvolvem atividades de inseminação artificial.

A Associação Córrego Fundo, criada em 2005 com 18 membros, procura realizar seus trabalhos de forma coletiva, os produtores reúnem-se mensalmente para tratar de assuntos de interesse da comunidade. Com a formação do grupo conseguiram adquirir um resfriador com capacidade de 2000 litros de leite, equipamento de inseminação artificial, recebimento de um resfriador com capacidade de 2000 litros de leite do Estado em 2009, para ampliação da produção; cursos do SENAR, principalmente o de produção de frango caipira em 2009, a comunidade compra os animais a preços diferenciados e articula a comercialização; e compra de calcário em grupo em 2010. Em outubro de 2010, integraram-se à Rede Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária¹⁷ (REMSOL). Estão articulados com a rede, mas não possuem atividades produtivas para comercialização. O interesse é apoiar a comunidade de acordo com os objetivos da rede, buscando alternativas para os produtores da comunidade.

Na comunidade Agrovila, a Associação dos Produtores da Agrovila, com 80 membros, fundada em 1999, realiza atividades de apoio à comercialização da produção dos produtores de toda comunidade, contando com o resfriador de leite, com capacidade de 2000 litros. O caminhão foi recebido do Estado de Mato Grosso, em 1999, e os produtores associados e não associados podem utilizar o caminhão da Associação no transporte de seus produtos para comercialização, às terças e às sextas-feiras. Ao retornar da cidade, podem comprar as mercadorias para consumo das famílias e transporte via veículo da Associação. Os produtores associados pagam taxas de transporte menores que os produtores não associados. Dos recursos obtidos com transporte das mercadorias, são destinados 20% para pagamento do motorista e 80% para despesas do caminhão e manutenção da associação. Segundo a tesoureira da Associação, são feitos os balancetes mensais para apresentação à comunidade, mas as pessoas não percebem o esforço da diretoria em conduzir os trabalhos da comunidade.

¹⁷ A REMSOL surgiu em agosto de 2003 e foi fundada no Fórum Estadual de Socioeconomia Solidária em Cáceres, MT como um dos resultados do I EMESOL – Encontro Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária. Este encontro foi organizado pela UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso) em parceria com a FASE, MT (Federação de Órgãos para Assistência Social), ARPA (Associação Regional de Produtores Agroecológicos), STTR (Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais de Cáceres), SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública de Mato Grosso). Atua em vários municípios do Estado de Mato Grosso.

Houve observações pelos produtores não associados em relação à condução dos trabalhos da Associação. Para esses, as atividades não estão integradas ao modo de pensar dos assentados.

Conforme constatado em 2011, a Associação Agrovila cedeu o resfriador para dez produtores organizarem a produção da pecuária de leite e comercialização do produto. A Cooperativa Selene, que faz a coleta da produção, emite nota e desconta o imposto de renda dos produtores. Os produtores pesquisados estão procurando a Associação para serem sócios. A venda via organização formal não terá tributação.

Os produtores da comunidade Bela Vista são associados à comunidade Agrovila, onde desenvolvem suas atividades junto à Associação; a tesoureira reside nesta comunidade. Um dos entrevistados relatou que um grupo de produtores procurou a Associação para apoio à coleta de leite, em função das condições precárias das estradas. Não obtiveram resposta da diretoria e resolveram organizar a produção entre os produtores mais próximos da sua propriedade. Essa família não associada, como já tinha a produção de leite, adquiriu um resfriador com capacidade para 1000 litros de leite, por conta própria, e instalou-o em sua propriedade. Imaginou que os produtores também entregassem a sua produção. Dois produtores, depois de um ano com resfriador, começaram a entregar o leite. Destaca que terminou de pagar o financiamento do equipamento em 2010. Teve que trabalhar em outras atividades para honrar as parcelas do financiamento, mas hoje se dedica somente à propriedade. Em fevereiro de 2011, foi convidado para ser sócio da Cooperativa Selene, está na fase de confirmação de sua adesão.

As duas Associações da comunidade Campos Novos, Associação Teles Pires e Associação Campos Novos, estão em fase de junção. A Associação Teles Pires, criada em 1999, possui uma farinheira, um resfriador com capacidade de 2000 litros de leite, doado pelo Estado, e o barracão que serve de sede da Escola Campos Novos. Foi instalado, em 2009, um forno para pizza e foi criada uma pista de prova de laço para uso da comunidade. Essa Associação atende aos produtores associados e não associados.

Todas as famílias podem utilizar a farinheira e entregar o leite ao resfriador. Durante a pesquisa, um dos produtores não associados informou que faz a entrega da produção de leite na comunidade, mas que não tem interesse em ser membro da Associação. A farinheira pode ser utilizada por todas as famílias da comunidade, as quais, se usarem, devem manter as

instalações limpas. Os produtores devem programar sua produção com os membros da diretoria. O forno de pizza pode ser utilizado por toda comunidade. Quando da programação do “dia da pizza” toda a comunidade participa. O resfriador atende todas as famílias da comunidade e a coleta é feita pela cooperativa da comunidade Selene de Sinop na mesma programação das outras comunidade. Por intermédio de negociação com Prefeitura, a Associação, em 2009, conseguiu uma enfermeira para atendimento semanal e, em 2010, um médico para atendimento às famílias da comunidade.

Os produtores da comunidade São João associados entregam a produção de leite em resfriador particular. As famílias que não participam da Associação têm dificuldades em participar das reuniões pelas condições precárias das estradas. No período das chuvas na região, alguns setores da comunidade ficam isolados, conforme constatação durante a pesquisa.

As famílias associadas à comunidade Boa Esperança entregam a produção da pecuária de leite na comunidade Agrovila. Um dos produtores de leite faz queijo e vende no comércio da cidade. Receberam um resfriador do Estado, mas não possuem estrutura física para instalação e também, falta instalação de água na sede da comunidade. Os produtores não associados residem em setor distante da Agrovila, têm preferência na produção pecuária de corte e através da produção da pecuária de leite fazem queijo para revenda na cidade. Verifica-se que a Associação tem dificuldades na organização, estruturação da produção e comercialização dos produtos da comunidade.

As atividades produtivas de produção e comercialização de forma coletiva (via associação ou grupo de produtores) no Assentamento não tiveram respostas positivas. As formas coletivas de produção e comercialização não predominam nas ações dos produtores. As principais atividades coletivas desenvolvidas pelas famílias são a participação nas atividades da comunidade (festas e eventos comunitários) com 52 respostas e a compra de equipamentos e materiais em comum com dez respostas. Para os produtores, a compra de equipamentos e materiais em comum traz benefícios para todas as famílias da comunidade. Foi verificado durante a pesquisa um ambiente de cooperação entre os membros da comunidade com interesse no grupo de produtores em duas comunidades. Na comunidade Córrego Fundo, a Associação procura atender os interesses da comunidade, conforme verificado neste capítulo. Na comunidade Campos Novos, a Associação estimula as pessoas a

participarem mais das atividades da comunidade, conforme descrito neste capítulo.

Uma das questões levantadas versou sobre os motivos pelos quais os produtores não se agremiavam a uma associação ou cooperativa. Dentre as respostas obtidas, oito deles disseram que não gostam de participar de reuniões ou assembleias; um nunca foi procurado para participar; 15 sempre trabalharam de forma individual para manutenção da família e dois alegaram outros motivos (um trabalha em uma fazenda e outro gostaria de associar-se).

Outro questionamento examinou o que os produtores não associados esperam das associações. As respostas dadas foram as seguintes: a) gostaria que a associação atendesse ao interesse de todas as pessoas da comunidade; b) é necessário o apoio para melhorar a produção pecuária de leite; c) gostaria que a comunidade tivesse uma agroindústria de leite e d) gostaria de organizar a produção em grupo na comunidade.

No cruzamento das informações do grupo de produtores não associados com o grupo de associados os resultados da pesquisa apresentaram as seguintes características: para os produtores não associados, 41,94% compraram a propriedade após 2003; 29,03% apresentou trabalho familiar, mais contratação de trabalhador; 39,17% optaram pela produção pecuária de leite; 45,65% dedicaram-se à produção pecuária de corte e 22,58% possui renda média mensal da propriedade (excluindo o autoconsumo) acima de dois salários mínimos vigentes; para os produtores associados, 29,17% compraram os lotes após 2003; 16,67% das propriedades operam com trabalho familiar, mais contratação de trabalhador; 43,59% dedicam-se à produção pecuária de leite e 30,77% à produção pecuária de corte; 8,33% obtêm renda média mensal da propriedade (excluindo o autoconsumo) acima de dois salários mínimos vigentes. Os resultados dos índices dos produtores associados apresentaram um perfil de famílias com percentuais menores na compra de lotes, o predomínio do trabalho familiar, predileção à produção pecuária de leite e estrutura de renda menor.

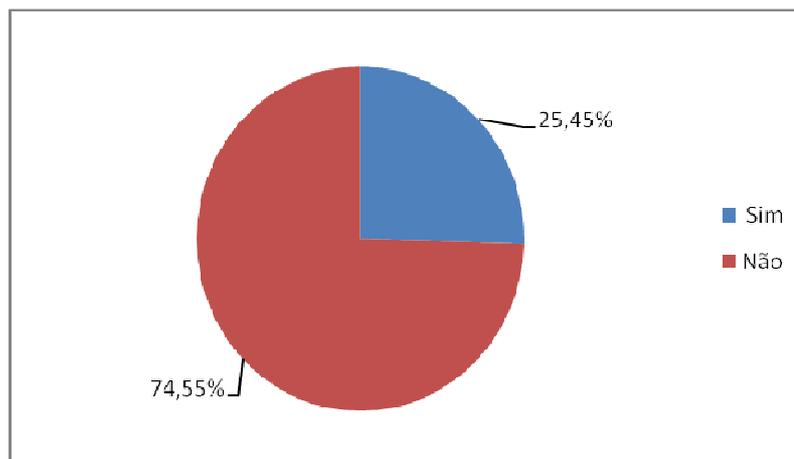


Gráfico 15: Apoio das instituições no fortalecimento da organização do assentamento

Quanto questionados acerca da atuação efetiva das instituições de representação dos produtores para o fortalecimento da organização social do Assentamento, 25,45% responderam afirmativamente e 74,55% responderam que não atuam no Assentamento. As instituições, pelo que se percebeu pelas conversas informais, não respondem às necessidades dos produtores.

Sobre as organizações arroladas pelos produtores, o INCRA foi citado duas vezes; a prefeitura municipal, 17 vezes; seis vezes, a Empaer, MT e 14 foram as respostas para o quesito 'outros' (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop). A Unemat, MT e ONG's não foram relacionadas. Salienta-se que a prefeitura municipal melhorou as condições das estradas nos últimos quatro anos. A Empaer, MT atuou na elaboração e fiscalização dos projetos do PRONAF e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop auxiliou quando da regularização da documentação dos lotes e do apoio aos benefícios sociais (aposentadoria rural, auxílio maternidade, e outros documentos).

Os produtores consideram importante a participação das organizações na vida da comunidade. Todos responderam que gostariam de uma presença mais constante do INCRA, da prefeitura municipal, da Empaer, MT, do sindicato e de outras organizações no Assentamento. Percebe-se que reconhecem a necessidade de apoio das instituições nas atividades dos produtores no Assentamento e sentem que essa assistência impulsionaria o crescimento da comunidade.

Na percepção dos assentados, as organizações externas, atuantes na vida do Assentamento, proporcionaram melhoria das condições de vida para dez famílias. Para 45

famílias, entretanto, não houve modificação significativa, pois consideram que as benfeitorias ocorreram por esforço individual das famílias do Assentamento. Com o apoio das instituições, oito famílias consideram que a geração de renda melhorou nos últimos quatro anos; para três, melhorou nos últimos dois anos e 44 famílias esperam que o Assentamento progrida nos próximos anos.

Quanto às práticas de apoio à produção diferenciada, quatro famílias consideram que as instituições incentivam a produção, uma família não considera e 50 famílias não têm conhecimento sobre essas práticas de produção. Para quatro famílias, as práticas de produção diferenciada irão proporcionar sustentabilidade para elas nos próximos anos. Consideram ainda que a preservação de córregos e nascentes d'água são importantes para a vida das famílias nos Assentamento.

Os produtores manifestam interesse em continuar suas atividades no Assentamento. Nos últimos anos o Assentamento obteve alguns benefícios oriundos de suas reivindicações como a instalação de energia elétrica em 2007, que os estimulou a investirem e a dedicarem-se mais à propriedade. Para os assentados a energia elétrica trouxe qualidade de vida uma vez que lhes oportunizou maior conforto e comodidade.

5.6 Fatores e consequências do associativismo

Constatou-se, pelas respostas obtidas e pelo trabalho de campo, a importância do associativismo, em particular à compra de equipamentos em comum e ao apoio à comercialização da produção agropecuária das famílias, à medida que as associações incrementam as estruturas de transporte e aportam outras facilidades e benefícios. Para aprofundar esses aspectos, convém analisar em mais detalhes as características do grupo de famílias que participam das associações do Assentamento.

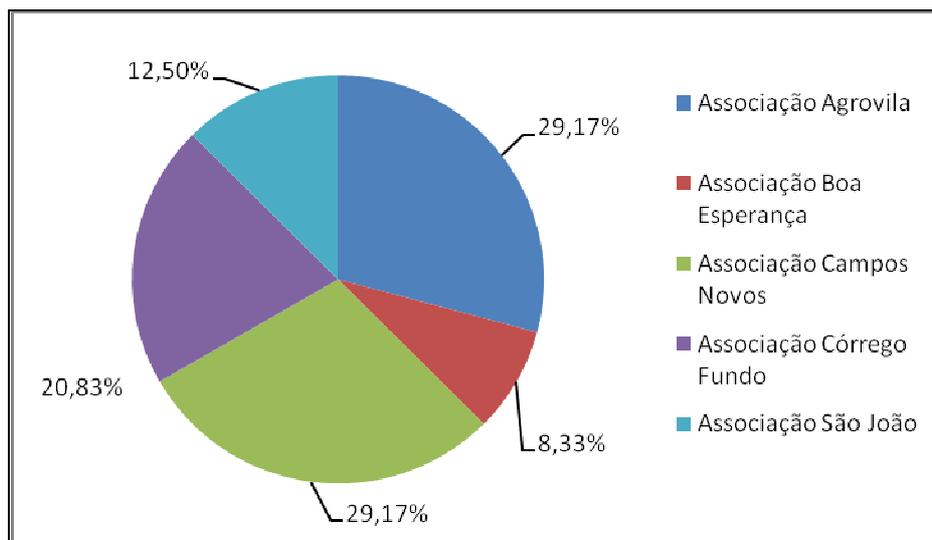


Gráfico 16: Percentuais de participação por Associação

O Gráfico 14 indica que 43,64% dos produtores assentados participam de práticas associativas. Desse total, 29,17% são membros da Associação Agrovila; 29,17%, da Associação Campos Novos; 20,83%, da Associação Córrego Fundo; 12,5% da Associação São João e, por fim, 8,33%, da Associação Boa Esperança. Proporcionalmente ao número de produtores pesquisados em cada comunidade, a Associação Córrego Fundo representou 62,5% de adesão ao associativismo e a Associação Boa Esperança, 22,22%.

Os dados revelam que 25% dos produtores associados participam ativamente em todas as etapas das atividades coletivas da comunidade; 12,5%, em algumas atividades da comunidade e 62,5%, quando convidados. As atividades coletivas realizadas pelas Associações são: 37,5% das associações realizam compra de equipamentos e materiais em comum e 62,5% na participação em festas e eventos da comunidade.

Os produtores associados que participam ativamente das atividades coletivas em determinadas comunidades compram equipamentos e materiais em comum de interesse das famílias. As principais aquisições apresentadas foram: compra de refrigerador, equipamento para inseminação artificial, forno de pizza e corretivo de solo.

Uma das associações atende às necessidades dos produtores – transporte da produção agropecuária – por intermédio de um caminhão. As famílias são atendidas às terças e sextas-feiras com o transporte de produtos da comunidade para venda no comércio da cidade. Os produtores não associados podem também se beneficiar desse veículo. Outra associação

também oferece meios para transporte de produtos, mas depende da programação de deslocamento do veículo, sem data pré-definida.

Dos produtores associados, 33,33% correspondem a famílias que estão no Assentamento desde a abertura e entrada nos lotes; 20,83% são famílias que ingressaram no período de 2000 e 2001; 12,5% são famílias no período de 2002 e 2003; 25% são famílias assentadas no período de 2004 e 2005, enquanto 8,33% deles se instalaram no período de 2006 até 2010. Os produtores associados representam 54,16% das famílias que tiveram acesso aos lotes até o ano de 2001. As principais ocupações dos associados antes do Assentamento compreendem: trabalhadores assalariados, trabalhadores arrendatários, mecânico, motorista, vendedor, pedreiro, servente de pedreiro, e outras ocupações. As experiências com o associativismo são recentes para as famílias e ocorreram dentro do Assentamento.

Isto não significa que os associados sejam mais antigos do que os demais, tampouco constituindo um grupo de assentados mais recente: 25,81% dos produtores não associados estão desde a abertura e entrada nos lotes e 29,03% são famílias que ingressaram no período de 2000 e 2001. Assim, no referente a esses dois períodos, o percentual total de produtores associados é de 54,16%, enquanto aquele dos produtores não associados alcança 54,84%.

Segundo os dados, 83,33% das famílias associadas utilizam o trabalho familiar. Os principais sistemas produtivos das famílias correspondem à produção pecuária de leite e de corte.

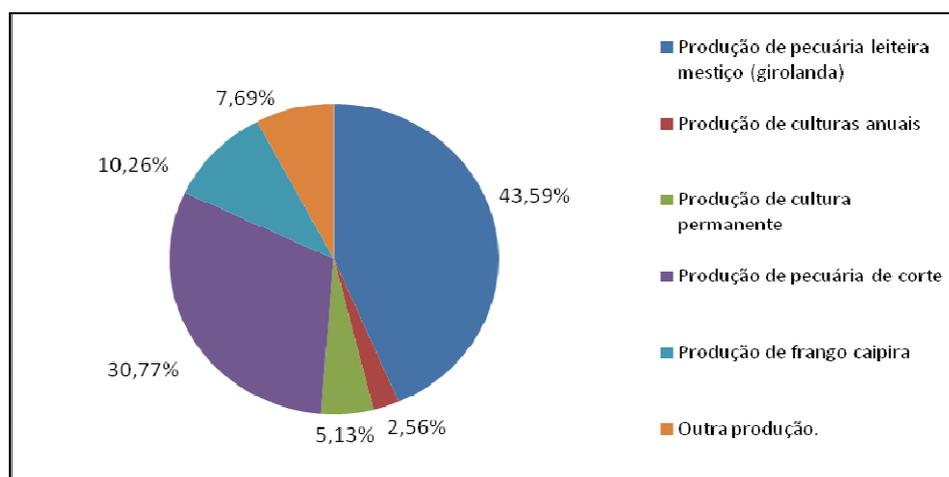


Gráfico 17: Sistema de produção das famílias associadas

Quanto aos sistemas de produção das famílias associadas, a pesquisa detectou que: 43,59% dedicam-se à produção pecuária de leite; 2,56% às culturas anuais (arroz); 5,13% à cultura permanente (banana, maçã e farinha de mandioca); 30,77% à pecuária de corte; 10,26% à produção de frango caipira e 7,69% dedicam-se a outras produções (suínos e caprinos). As atividades produtivas de pecuária de leite, cultura permanente, frango caipira e produção de suínos e caprinos são realizadas pelo núcleo familiar. Pelas informações dos pesquisados, essas atividades têm contribuído para atrair novas pessoas para o associativismo. Na produção de frango caipira, detecta-se o apoio do grupo, quando da compra de materiais e da comercialização; na produção de banana e farinha de mandioca, na ocasião do transporte dos produtos; na produção pecuária de leite, pela organização dos pontos de coleta do produto pela Cooperativa Selene e pelas condições de melhoramento genético da produção.

A produção pecuária de leite é realizada em pequenas unidades, com média de 20 a 60 litros por dia. Os produtores necessitam de pontos de coleta mais próximos às propriedades, incentivando a organização formal ou informal das famílias; formal por meio das associações constituídas no Assentamento e informais por intermédio das unidades familiares que organizam sua coleta. A necessidade de formação de silagem para o período de seis meses sem chuvas é um fator importante para mobilização dos produtores na compra de patrulha mecanizada para a comunidade. Existem programas estaduais e federais que liberam recursos para associações formais nos Assentamentos.

O fortalecimento da agricultura familiar é fomentado pelo governo federal por intermédio de políticas que organizam a produção para compra de alimentos destinados à merenda escolar, com o Programa de Aquisição de Alimentos. A Prefeitura de Sinop adquire os alimentos para merenda escolar somente de organizações formais.

A organização da produção de frango caipira nas comunidades é uma necessidade imperiosa, pois as famílias não conseguem atender a demanda do comércio municipal. Todas as famílias fazem a entrega do frango individualmente, não há formação de grupos para entrega do produto. Quanto à farinha de mandioca, os produtores precisam de transporte para o escoamento de sua produção, há necessidade de formar uma logomarca que identifique a produção dos assentados.

Os proprietários associados, quando questionados acerca de salário oriundo de atividades exercidas fora da propriedade ou outras fontes, relataram que: 37,50% não

possuem renda de outras atividades fora da propriedade; 25% trabalham como diarista; 4,17%, como carpinteiros; 12,5% recebem vencimentos de aposentadoria rural e 20,83% percebem outras remunerações (rendimento originário de aluguel casa ou ainda exercem outras profissões como motorista, professora, enfermeira e vendedor).

Os produtores não associados, por sua vez, quando perguntados se possuíam rendimentos provenientes de atividades fora da propriedade ou outras rendas, apresentaram as seguintes respostas: 28,13% deles não possuem renda de outras atividades; 34,37% relataram receber proventos de aposentadoria e 37,5% citaram outras remunerações provenientes de serviços executados como diarista, atividades do comércio, professora, zeladora, vendedor e pedreiro. A renda de aposentadoria rural representou um aspecto a ser observado. Os produtores aposentados não associados, ao responderem às questões referentes ao associativismo, descreveram que já passaram da época de trabalharem em conjunto com toda a comunidade, deixando para os mais jovens realizarem essa modalidade de produção.

O perfil etário dos produtores associados indica 48 anos como idade na média, ao passo que os não associados possuem em média 55 anos. Os dados indicam que as famílias relativamente mais jovens estariam procurando novas opções de sobrevivência dentro do Assentamento, entre elas, a adesão ao associativismo.

Da mesma forma, as famílias dos produtores associados são compostas de pessoas em média mais jovens que as dos produtores não associados. Os filhos em idade escolar, de sete a dezesseis anos, representaram 67,86% do total de pessoas em idade escolar. As duas escolas das comunidades têm horta escolar onde os alunos realizam atividades semanais de produção de alimentos para a escola e, quando há produção excedente, os alunos podem levar esses produtos para suas casas. Os professores das escolas participam do projeto Educação do Campo em parceria com as universidades. Nesse projeto são inseridas palestras sobre associativismo ou cooperativismo e o desenvolvimento da economia solidária no Brasil. Há, portanto, espaços de incentivo aos mais jovens para adesão ao trabalho associativo e solidário. Participei, durante o ano de 2010, de três seminários, como palestrante, sobre práticas solidárias na Educação do Campo.

Sobre o perfil dos produtores associados a pesquisa demonstrou que são pessoas mais jovens, com escolaridade semelhante à dos produtores não associados e apresentam características familiares de produção agropecuária. Segundo as percepções propiciadas pela

pesquisa sobre os produtores associados, seriam pessoas que demonstram mais interesse no desenvolvimento da comunidade, não reclamam das críticas realizadas pelos não associados e procuram as instituições para que os acompanhem e os ajudem a desenvolver o Assentamento.

Os produtores, associados e não associados, não apresentaram formas modernas de gestão da propriedade. Todas as famílias pesquisadas adotam sistemas tradicionais de controle da produção agropecuária. Como indicador, o caderno de anotações representa o controle das atividades para 41,82% dos produtores.

Para finalizar, considerando a última pergunta do questionário, referente às expectativas dos produtores para os próximos anos no assentamento, tem-se novos elementos. As expectativas dos produtores, a curto, médio e longo prazo, em relação aos fatores positivos do associativismo, são assim destacadas: organização da produção pecuária de leite, com implantação de resfriadores em outras localidades, formação de capineira (silagem), melhoramento genético do rebanho leiteiro, implantação de sistemas produtivos para bacia leiteira (manejo de pastagem); organização da produção de frango caipira, com determinação de ciclos contínuos de produção, comercialização via grupo de produtores organizados pela associação; produção de banana e farinha de mandioca, com organização do transporte e formas alternativas de venda da produção. Foram destacados, portanto, objetivos econômicos, ligados ao desenvolvimento da produção agropecuária.

A pesquisa demonstrou que a condição de vida melhorou desde o início das atividades no Assentamento para todos os produtores associados e que a renda média mensal das propriedades (excluindo o autoconsumo) melhorou para 23 famílias e para uma propriedade a compra de pecuária leiteira não gerou renda, mas por meio de outras atividades esse grupo familiar conseguiu permanecer no local.

Para os associados, as organizações que atuam no Assentamento proporcionaram avanço nas condições de vida para 37,5% das famílias e para 62,5% as instituições poderão proporcionar melhorias para os próximos anos, com presença efetiva nas atividades da comunidade. Os produtores pesquisados relataram que as instituições devem atuar constantemente no Assentamento, não somente fiscalizar os projetos do PRONAF, no caso da EMPAER, MT. Necessitam, portanto, do apoio do Estado para fortalecimento das atividades produtivas.

Assim, ficam demonstrados os fatores positivos do associativismo e as características dos produtores membros de associação. Os fatores positivos compreendem a organização da produção pecuária de leite, o fortalecimento da produção de banana e farinha de mandioca, a compra de equipamentos e materiais em comum. As principais características verificadas foram que, na média de idade, são produtores mais jovens, operam em sua maioria com mão de obra familiar, trabalham em prol da comunidade e buscam a presença constante do setor público no Assentamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura da dissertação foi desenvolvida em dois capítulos de revisão bibliográfica, um capítulo sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa e um capítulo com a análise dos dados. No Capítulo II, foram abordados os aspectos da colonização de Mato Grosso com a implantação de projetos públicos e privados de ocupação. Apresentou as dificuldades encontradas pelas famílias assentadas em relação aos serviços básicos de saúde e educação e a falta de infraestrutura das estradas. Os projetos privados tiveram em sua maioria sucesso com os investimentos públicos iniciais de financiamento.

Foram apresentados também os conceitos de agricultura familiar, bem como as novas formas de produção, com a diversificação das atividades produtivas a fim de ampliar a geração de renda. Os agricultores familiares precisam produzir de forma sustentável, que garanta a sua produção e a das gerações futuras, valorizando o trabalho e o bem-estar das populações do campo. Nas questões pertinentes ao associativismo e cooperativismo foram abordados os aspectos da organização de iniciativas que comecem a materializar a existência de uma dinâmica territorial com valorização do potencial de geração de renda do meio rural. A organização das comunidades, que desenvolvam a cooperação, é um fator importante para a permanência das famílias nas propriedades.

No Capítulo III, foram abordados os aspectos da questão social no Brasil, a economia solidária e a geração de renda. Apresentou-se a questão de desemprego, contrapondo-se ao desenvolvimento tecnológico das indústrias; há uma grande quantidade de trabalhadores ociosos, mas com nível de escolaridade baixa e sem qualificação profissional para inserirem-se nesses espaços que exigem profissionais mais especializados. Surge então a economia solidária para organizar essas pessoas em empreendimentos econômicos que utilizem práticas solidárias de produção, cooperação, autogestão e distribuição de renda entre as famílias. A economia solidária tem procurado articular programas de inclusão de trabalhadores, da cidade e do meio rural, em sistemas produtivos e de geração de renda com organização da comercialização dos produtos.

As hipóteses levantadas para a pesquisa foram verificadas durante os trabalhos realizados com as considerações de como as organizações econômicas associativas cumprem funções de apoio à geração de renda para os agricultores assentados; se demonstram ser

fatores de *eficiência*, a curto e médio prazo, e de *sustentabilidade*, a longo prazo, das economias familiares.

As ações de eficiência foram verificadas em relação às questões sobre a melhoria das condições de vida das famílias, à existência de estratégias de produção e de comercialização e ao uso de controles contábeis básicos.

Sobre as condições de vida das famílias, para 98,18% dos pesquisados, houve melhoria, e, para 1,82%, não houve qualquer tipo de melhora. Todavia, a pesquisa aponta que a geração de renda aumentou para 94,55% dos pesquisados e para 5,45% não houve incremento no nível de ganhos e renda familiar.

As estratégias de produção apontaram que todas as propriedades pesquisadas trabalham de forma individual e não houve atividades produtivas coletivas realizadas por associação. As principais atividades desenvolvidas pelas associações são de apoio quando da compra de materiais e equipamentos em comum e do transporte dos produtos gerados pela produção familiar até o centro consumidor. Algumas associações ainda não possuem estrutura de apoio ao transporte dos produtos agropecuários, mas estão procurando o setor público para viabilizarem a produção das famílias.

As estratégias de comercialização do leite são coordenadas por três associações que possuem resfriadores para armazenamento desse produto, produzido pela pecuária leiteira das famílias assentadas, e entregue à Cooperativa Agrícola da Comunidade Selene do município de Sinop, MT; a cada três dias, são feitas as coletas do leite. Os produtores fazem a entrega individualmente no resfriador mais próximo de sua propriedade e recebem mensalmente pela quantidade de leite entregue. Alguns produtores pesquisados repassam a produção para resfriadores de proprietários particulares, por serem mais próximos de suas propriedades. Outro grupo de produtores se organizou para entrega do leite direto para a Cooperativa, mas está procurando a associação para gestão da comercialização.

Os procedimentos básicos contábeis não são utilizados pelos produtores assentados, tendo em vista que 58,18% dos produtores não utilizam controle de receitas e despesas das atividades desenvolvidas; 41,82% deles fazem uso de caderno de anotações das receitas e despesas. A pesquisa não apontou formas modernas de gestão da propriedade.

Nas ações de sustentabilidade das famílias, que geram condições de viabilidade e

funcionamento a médio e longo prazo, foram considerados os seguintes pontos na pesquisa: como se processou a formação educacional dos agricultores familiares; treinamento e cursos realizados pelas famílias; parcerias estratégicas de preservação ambiental do assentamento e emprego de tecnologias de produção sustentáveis.

Os treinamentos e cursos foram realizados por 43,64% das famílias e 56,36% delas não realizaram atividade alguma de treinamento. Para as famílias que obtiveram essas qualificações, percebeu-se que foram importantes para o aprimoramento pessoal das técnicas de produção e algumas delas ajudaram no aumento da renda familiar. A necessidade premente de qualificação profissional que garante resultados mais satisfatórios, conseqüentemente incremento na renda e, inclusive, possibilidade de atração para os jovens permanecerem nas propriedades, exercendo trabalhos qualificados. As Associações do Assentamento cumprem um papel fundamental na organização dos produtores, pois são responsáveis por todo o processo de inscrição nos cursos.

As parcerias estratégicas de preservação do Assentamento precisam ser articuladas pelo Estado. As tecnologias de produção sustentáveis, utilizadas pelos produtores, mostraram que 9,09% dos produtores pesquisados utilizam técnicas diferenciadas de produção que permitem a sobrevivência das atividades no presente e não a comprometem no futuro e 90,91% dos produtores não utilizam técnicas diferenciadas de produção. Os produtores associados estão procurando as instituições que atuam no Assentamento para implantação de patrulha mecanizada, para dar suporte aos produtores no uso de silagem para a produção pecuária de leite.

A primeira hipótese levantada subentendia que as organizações econômicas associativas cumpririam funções de apoio à geração de renda para os agricultores assentados se demonstrassem ser fatores de eficiência, a curto e médio prazo, e de sustentabilidade, a longo prazo, das economias familiares.

Essa suposição foi parcialmente atendida quando se mensura a melhoria das condições de vida das famílias, nos aspectos que se referem às parcerias estratégicas de produção e comercialização e na capacitação dos produtores; em relação às ações de sustentabilidade, as instituições que atuam no Assentamento precisam implantar sistemas produtivos que gerem condições de viabilidade e funcionamento a médio e longo prazo para as famílias.

A segunda hipótese defendia que o ambiente de cooperação, enquanto tal, entre as pessoas e as organizações, favoreceria o fortalecimento das condições produtivas, socioeconômicas e socioculturais do Assentamento. De acordo com esse pressuposto, foram observadas neste trabalho a infraestrutura organizativa da produção e a qualidade de vidas das comunidades.

As organizações associativas no Assentamento procuram o fortalecimento das condições produtivas dos produtores com apoio ao transporte dos produtos e à compra de materiais e equipamentos em comum. Mesmo sem adesão ao associativismo pela maioria dos produtores assentados, as organizações associativas existentes no Assentamento cumprem seu papel de articular as condições produtivas, socioeconômicas e respeitam a diversidade cultural das famílias. Considero que há um ambiente de cooperação entre o grupo de associados no Assentamento, percebe-se que os dirigentes das Associações procuram fortalecer as comunidades. Entre as pessoas não associadas também acontece ambiente de cooperação em grupo de produtores, que favorecem o fortalecimento das atividades produtivas para o bem-estar das famílias.

Ao responderem a questão sobre a energia elétrica em suas propriedades, os agricultores familiares mostravam a satisfação por conseguirem comprar os eletrodomésticos para suas residências. Com essa questão básica resolvida, os agricultores comentaram que não precisam mais abandonar a propriedade, a família está satisfeita com as novas condições de moradia.

A segunda hipótese foi atendida nos aspectos que condizem ao ambiente de cooperação, fortalecendo as condições produtivas das famílias e pela constatação da melhoria da qualidade de vida das comunidades.

A terceira hipótese considerava que as experiências prévias e contínuas dos assentados em atividade coletivas favoreceriam o fortalecimento do sistema econômico da comunidade, com a abertura de novas oportunidades para as organizações do Assentamento. Por intermédio do associativismo, de modo geral, o assentado pode suprir a sua estrutura de produção irregular durante o ano e estabelecer uma produção contínua para comercialização.

As experiências prévias em atividades coletivas foram detectadas em dois produtores assentados. São experiências de atividades na geração de renda para as famílias por

intermédio da produção coletiva dos produtos agropecuários. A geração de receitas da comercialização efetuada pelo grupo era dividida entre as famílias. No Assentamento somente um dos produtores atualmente pratica o associativismo em suas atividades na comunidade. Considero que os produtores que começaram sua experiência em associativismo depois do início de suas atividades no Assentamento que, há uma prática crescente entre os associados no fortalecimento das atividades coletivas do sistema econômico da comunidade.

Mediante a participação em associação, o assentado pode suprir a sua estrutura irregular de produção durante o ano e estabelecer uma produção contínua para comercialização. As organizações associativas do Assentamento, conforme verificado no Capítulo V, têm procurado dar respaldo às famílias no momento da comercialização dos produtos e procuram desenvolver atividades de suporte para estabelecer uma produção contínua.

A participação das famílias em outras organizações sociais no Assentamento acontece com a participação das pessoas na vida da comunidade. Todos os produtores pesquisados participam das festividades comunitárias.

A terceira hipótese foi aceita em função do nível de participação coletiva dos produtores nas ações que favorecem o fortalecimento do sistema econômico da comunidade. Por intermédio do associativismo podem ser estabelecidas estruturas de produção contínua de comercialização com organização da produção e com a participação dos produtores nas organizações sociais do Assentamento.

A quarta hipótese inferia que os recursos externos, sobretudo quando relacionados a políticas continuadas e bem focalizadas, fortalecem a organização social dos agricultores familiares do Assentamento e estimulam as instituições de representação dos produtores, repercutindo positivamente sobre as práticas coletivas.

Os resultados da pesquisa demonstraram que os recursos do PRONAF tem o fortalecido a organização social dos agricultores familiares, que as famílias foram atendidas, os recursos financeiros foram disponibilizados. Os produtores atendidos com recursos somam 80% das famílias pesquisadas e os 20% restantes são de famílias que não têm acesso ao crédito, portanto não conseguiram liberação dos recursos. A primeira fase de liberação de recursos foi no ano de 2001, a segunda fase em 2005 e a terceira em 2008.

Do montante de créditos liberados, 45,45% foram disponibilizados em 2001; 6,82% em 2005 e 47,73% em 2008. Os investimentos totalizaram R\$ 190.000,00 em 2001; R\$ 48.000,00 em 2005 e R\$ 336.000,00 em 2008. Com os investimentos realizados, 95,35% dos produtores consideram que houve aumento de renda familiar e 4,65% dos produtores afirmam que não obtiveram incremento em seus resultados financeiros com os investimentos na propriedade. Houve resultados positivos na liberação dos recursos, com a produção pecuária de leite no Assentamento, os produtores estão organizando a produção através do grupo de produtores e também através das Associações atuantes no Assentamento, estimulando as práticas coletivas de organização da produção e fortalecendo a organização social das famílias.

Os recursos de infraestrutura habitacional são de responsabilidade do INCRA, que é responsável pela liberação dos recursos para os assentados. Na pesquisa realizada, 32,73% das propriedades tiveram a liberação do recurso habitacional e 67,27% não conseguiram esse benefício.

O novo enfoque do PRONAF, para estimular a organização social dos agricultores familiares e fomentar também a participação das instituições de representação dos produtores, não está sendo direcionado para o Assentamento pesquisado. Na pesquisa realizada com produtores e no registro de diário de campo com dirigentes das associações, foi possível perceber que os recursos não foram direcionados para atingir aquela área.

A quarta hipótese, portanto, foi atendida, pois houve a liberação de recursos para as famílias assentadas, o fornecimento de energia elétrica e o estímulo à organização social dos agricultores familiares. Os recursos liberados do PRONAF estimulam o fortalecimento do grupo de produtores e das Associações. Nos aspectos de recursos de infraestrutura habitacional, os produtores não foram atendidos pelo INCRA até a presente pesquisa. São reivindicações que as Associações e Sindicato Rural de Sinop fazem constantemente ao INCRA.

A quinta hipótese subentendia que se existisse um estímulo aos jovens, poderia existir a perenidade das famílias na propriedade rural, por meio de projetos produtivos e de outros estímulos para as famílias, que garantissem a produção familiar e das estruturas coletivas.

A pesquisa realizada no Assentamento verificou que os jovens (acima dos 17 anos de

idade) exercem outra atividade e muitos trabalham na cidade. Das propriedades pesquisadas, três jovens trabalham em outra propriedade, que não a sua, e durante o fim de semana retornam à casa dos pais; oito trabalham como diaristas; quatro estudam na cidade e, durante o período de férias, ficam na casa dos pais; e uma jovem mora com os pais e trabalha na escola do Assentamento. Nas famílias pesquisadas, 59 jovens estão morando na cidade, por falta de oportunidade de trabalho no Assentamento. Os recursos do PRONAF foram liberados para os proprietários dos lotes, mas não possibilitaram ganhos econômicos que pudessem gerar renda para os demais membros da família. O PRONAF Jovem, crédito específico para jovens de 16 a 25 anos, cursando escola técnica ou curso de formação profissional, não foram liberados ao Assentamento pesquisado.

A Associação Campos Novos está procurando implantar uma Escola Agrícola para permanência dos jovens no campo. Estão negociando junto ao Estado a implantação da Escola. A regularização ambiental do Assentamento será um fator de estímulo aos projetos de pequenas indústrias nas comunidades. Até a presente pesquisa a questão ambiental não foi regularizada no Assentamento e um dos requisitos para agroindústria é o laudo ambiental.

A quinta hipótese, portanto, não foi atendida nos aspectos de estímulo das organizações externas para permanência dos jovens no campo. Os pais gostariam de permanecer com os filhos, trabalhando no Assentamento, mas o estímulo das instituições externas para projetos produtivos aos jovens não foram verificados nos resultados da pesquisa.

As atividades econômicas, organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática, precisam ser fortalecidas. A capacitação dos produtores, pelas instituições que atuam no Assentamento, deve ser focada no sentido de formação de grupamentos coletivos de geração de renda, comunidades produtivas, associações ou cooperativas de produção e comercialização.

Acredita-se que o Estado precisa produzir mudanças de modo a legislar sobre normas redistributivas em favor da equidade. É possível que, com a capacitação dos produtores e atuação do Estado, as organizações coletivas poderão ser fortalecidas para o desenvolvimento da economia solidária no Assentamento.

As diferentes atividades desenvolvidas no Assentamento geram renda para as famílias

dos assentados, portanto, a sobrevivência econômica foi atingida; trabalhando na propriedade ou fora dela, os assentados conseguem manter sua família. O desenvolvimento social do Assentamento, porém, será atingido em longo prazo quando os produtores se organizarem em agremiações na busca por soluções para a comunidade.

Acredita-se também que, em curto espaço de tempo, não serão possíveis ações que tornem as comunidades grupamentos coletivos. O investimento na educação dos agricultores familiares é um dos caminhos para que as iniciativas comunitárias surjam no Assentamento. Uma das soluções talvez fosse a de que o Estado fortalecesse as associações existentes no Assentamento, buscando novas formas de produção sustentáveis e formas de comercialização.

As pessoas conseguem sobreviver por intermédio do trabalho que realizam no Assentamento, mas as possibilidades de práticas solidárias, que aumentariam a qualidade de vida de todos, precisam ser fortalecidas em benefício dos agricultores.

- * - * - * -

Alguns aspectos foram observados pela Banca da Dissertação e poderão compor estudos futuros. A primeira observação diz respeito às políticas de Estado para os agricultores familiares. Seria interessante pesquisar sobre as formas de apoio existentes para a agricultura familiar, as leis específicas para a pequena produção e os incentivos para produção e comercialização de seus produtos. Urge que sejam implantados projetos de desenvolvimento territorial, segundo Silva e Marques (2009), capazes de sustentar a implantação de infraestrutura e serviços de qualidade para o fortalecimento de grupos sociais descuidados nos processos políticos antecedentes.

O segundo aspecto trata da questão da terra para os migrantes. Cabe aprofundar os estudos, analisando como as famílias entendem a questão da terra, os respectivos valores culturais das famílias, quais suas percepções sobre a reforma agrária; em suma, entender o processo de reforma agrária no Brasil. De acordo com Jovchelovitch (2008), a fenomenologia da vida cotidiana se expressa pela legitimidade dos saberes e das dimensões das identidades, práticas, relações, tradições culturais e a história de uma comunidade.

A terceira sugestão versa sobre a dimensão ambiental dos projetos de assentamentos e o conseqüente papel do Estado nas questões ambientais. Implantar projetos de acordo com as normas ambientais vigentes, sem agredir o ambiente atual e preservá-lo para as gerações

futuras é dever da sociedade organizada. Segundo Jacobi (2005), a importância da compreensão do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um em construir uma sociedade mais equitativa e ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**: v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm>. Acesso em: 18 de dez. 2009

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**: v. 28, n. 1, 2, 3 e 29, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm>. Acesso em: 18 dez. 2009

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**: São Paulo, v. IV, p. 379-397, 2000. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/ivcongresso71.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

ALMEIDA, L. M. de *et al.* Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ): v. 14, p. 205-235, 2006. Disponível em: <<http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S141305802007000100001&script=scia>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

ANJOS, Eliene Gomes dos. **COPRASUL: entre o idealizado e o vivido**. Uma análise da prática cooperativista no MST. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2005.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antônio David (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clasco, 2007. p. 195-209.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação: referências: elaboração**: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação**. NBR 14724: 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel Simões de Oliveira ; SILVA, Mirela de Carvalho Pereira da. **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. Texto para Discussão (Campinas). Rio de Janeiro: IPEA, v. 986/03, 2003.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRUYNE, Paul. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAUME, David J. Reforma agrária na contemporaneidade brasileira: novos tempos para um velho debate. **Revista da Universidade Federal de Goiás**: v. 7, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/D07_reforma.html>. Acesso em: 21 dez. 2009.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990

COLOGNESE, Silvio Antonio e MÉLO, José Luiz Bica de. A Técnica de entrevista na pesquisa social. In: Cadernos de Sociologia. **Pesquisa Social Empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UFRGS. v. 9, 1998. p. 143-159.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, Marcelo Miná. Agricultura familiar, desenvolvimento e os desafios para o ensino agrícola no Brasil de hoje. **Revista Educação Agrícola Superior**: Associação Brasileira de Educação Superior – ABEAS. v. 21 n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.abeas.com.br/wt/files/04_2006.1.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2009.

DERKOSKI, João Luiz. Agricultura familiar: paradigma para o desenvolvimento sustentável. In: ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e socioeconomia solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade**. Cáceres, MT: Unemat, 2004. p. 310-331.

FERRANTE, V. L. S. B. ; BARONE, L. A. ; FERREIRA, M. A.. Reforma Agrária e Desenvolvimento: bloqueios, tensões e perspectivas. In: **Associação Latino Americana de Sociologia Rural**, 2006, Quito, Equador. Anais da ALASRU, 2006. Disponível em: <<http://www.baseportal.com/cgi-bin/baseportal.pl?htx=/HdeBarros/VIICongresoALASRU&db=VIICongresoALASRU&cmd=list&range=160,40&cmd=all&Id=152>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

FIGUEIREDO, Margarida Garcia de. **Agricultura e estrutura produtiva do estado do Mato Grosso: uma análise insumo-produto**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, SP, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Revista quadrimestral de Ciências Sociais edificada pelo Centro Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia** (Caderno CRH). Salvador: n. 39, jul/dez, 2003. p. 181-211. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php>. Acesso em: 07 dez. 2009.

_____. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**: Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-544, maio/ago. 2006.

_____. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Portugal: v. 79, p. 57-77, 2007.

_____. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra Economia** (Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria): v. II, n. 3, 2º semestre/2008. Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

_____. Empreendimento Econômico Solidário. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 181-187.

GUANZIROLLI, Carlos *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra:

Almedina, 2009.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. **Teorias da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2008. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_devida/indicadores_minimos/sinteseindicsoais2008/indic_sociais2008.pdf>. Acesso em: 05 out. 2009.

INCRA. **Número de famílias beneficiadas e ano de criação dos projetos de assentamentos**. Superintendência de Mato Grosso, 2000. Disponível em:

<<http://www.anuario.seplan.mt.gov.br/2000/TABELAS/Plan85.htm>>. Acesso em: 07 dez. de 2009.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: fev. 2000. Disponível em:

<www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman...doc>. Acesso em: 07 dez. 2009.

INTERMAT. Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso. **O que é o Intermat**. Disponível em: <<http://www.intermat.mt.gov.br>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

JACOBI, Pedro. Educar para a Sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios.

Revista Educação e Pesquisa. v. 31/2 – maio-ago. p. 31-48, 2005, FEUSP. Disponível em: <http://www.ufmt.br/gpea/pub/jacobi_art.re.fev.2005>. Acesso em: 20 jun. 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 80-85.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

KAISER, Beno. **Rotatividade dos assentados no projeto de assentamento Wesley Manoel dos Santos, Mercedes V, no município de Sinop, no desenvolvimento sustentável.**

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, MT, 2007.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio Germany. Economia Solidária. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009. p. 162-168.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In: HESPANHA, Pedro *et al.* **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009. p. 310-314.

LAVINAS, Lena *et al.* **Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), p. 1-35, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0748.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2010.

LAVINAS, Lena. Inclusão e progressividade: os desafios da seguridade social brasileira. In: TONELLI Vaz F.; Musse J.; SANTOS, R. F. (Org.). **20 anos de constituição cidadã: avaliação e desafios da seguridade social.** Brasília: ANFIP, v. 1, p. 89-96, 2008. Disponível em: <<http://www.nuso.org/upload/opinion/Lavinas.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

_____. Crise: ocasião para ajustes inclusivos e progressivos. In: BISPO, Carlos Roberto *et al.* **Crise financeira: impactos sociais e no mercado de trabalho.** Brasília: Fundação ANFIP e ANFIP, v. 1, p. 185-196, 2009. Disponível em: <http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/arqs-pdfs/crise_financeira_mundial.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2010.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de; SILVA, Márcio Luiz Monteiro da; PINTO, Rosenira Siqueira. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. **Nova Economia.** vol. 19 nº. 1. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000100007>. Acesso em: 27 abr. 2011

LISBOA, Armando de Melo. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 55-89.

_____. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia.** Porto Alegre:

Veraz, 2003. p. 242-250.

MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pls/docs/page/mapa/estatisticas>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 26 set. 2009.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cidadania: o principal ingrediente do Fome Zero**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 05 out. 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina. Representação agroindustrial e reforma agrária: o Plano Nacional de Reforma Agrária (I – PNRA 1985). In: MENDONÇA, Sonia Regina; STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-115.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Programa luz para todos**. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp>. Acesso em: 20 set. 2009.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da economia solidária no Brasil 2007**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

MURILLO, Susana. Produção de pobreza e construção de subjetividade. In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antônio David (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. p. 39-78

NAASE, Karin Marita. Recursos naturais, espaço social e estratégias de vida em assentamentos da reforma agrária na Amazônia brasileira (Sudeste Paraense). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**: v. 5, p. 79-102, 2010. Disponível em: <[http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv5n1_2010/dossie_recursos\(naase\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv5n1_2010/dossie_recursos(naase).pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2010.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. v. 15. n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos). p. 189-232.

_____. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p. 261-281. (Coleção Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos).

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia**: do mel ao sangue, os extremos da expansão capitalista. Sinop, MT: Edição do autor, 2004a.

_____. **Amazônia**: pegadas na floresta, uma abordagem da superexploração no trabalho. Sinop, MT: Edição do autor, 2004b.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2009. p. 15-56.

POCHMANN, Márcio. Nova política de inclusão socioeconômica. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: Unesco, 2004. p. 75-85.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta; do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. RBCS: v. 18 n. 51, p. 99-118, fev. 2003.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995-2003). In: **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 21-49.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, Fábio Gelape; FARIAS NETO, Austecínio Lopes de (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, Brasília – DF: 2008. Disponível em: <http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/palestras/capitulo_32.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

SCOPINHO, R. A. Controle do trabalho e condições de vida em assentamentos rurais: possibilidades e limites da cooperação autogestionária. In: **VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, 2006, Quito, Equador. VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Quito, Equador : ALASRU, 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdalasru2006/09%20GT%20Rosemeire%20Aparecida%20Scopinho.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

_____. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia e Sociedade**: v. 19, p. 84-94, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspe12.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

_____. Trabalho, cooperação e condições de vida em assentamentos rurais. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 21, p. 119-141, 2009. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3019154>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

SCOPINHO, R. A. *et al.* Trajetórias e expectativas de famílias do Assentamento Sepé Tiaraju. In: **Reforma agrária: balanço crítico e perspectivas**, 2006, Uberlândia, MG. Reforma agrária: balanço crítico e perspectivas. Uberlândia, MG: UFU, 2006. Disponível em: <<http://www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br/trabalhos/grupo3/2.doc>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

SEPLAN – MT. **Denominação dos imóveis, área (ha), número de famílias beneficiadas e ano de criação dos projetos de assentamentos criados pelo INCRA, por ordem cronológica de 1986 até setembro/2000.** Disponível em: <<http://www.anuario.seplan.mt.gov.br/2000/TABELAS/Plan85.htm>>. Acesso em: 26 out. 2009.

SILVA, Alex Pizzio da. **A economia solidária e a qualificação social dos trabalhadores empobrecidos.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2007.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** CAZELLA, Ademir Antonio *et al.* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 9-20.

SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Instituições, associações e grupos informais nos assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara, Pontal do Paranapanema, SP.** Informações Econômicas (Impresso), v. 39, p. 36-44, 2009. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2009/tec4-0209.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

TRIOLA, Mário T. **Introdução à estatística.** 7. ed. São Paulo: LTC, 1998.

VICTORA, Ceres; KNAUTH, Daniela; HASSEN, Maria Nazareth. **Pesquisa qualitativa em saúde.** Porto Alegre: Tomo, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Desigualdade e a questão social.** 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008. p. 55-166.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004. Disponível em : <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agrícolas** (Impresso), v. espec., p. 33-46, 2009. Disponível em: <http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=238382&a_id=211&a_seq=0>. Acesso em: 12 ago. 2010.

ANEXO A – Mapa do Assentamento

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa

Nº Questionário: _____

CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

1. Identificação do Lote Rural: nº: _____

2. Comunidade

Nome: _____

3. Sexo

1 () Masculino

2 () Feminino

4. Idade:

5. Grau de escolaridade

1 () Analfabeto

2 () Ensino Fundamental incompleto até 2 anos de estudo

3 () Ensino Fundamental incompleto – de 3 a 4 anos de estudo

4 () Ensino Fundamental incompleto – de 5 a 7 anos de estudo

5 () Ensino Fundamental completo

6 () Ensino médio incompleto

7 () Ensino médio completo

8 () Superior incompleto

9 () Superior Completo

6 Quantas pessoas moram na propriedade?

1 () 1

2 () 2

3 () 3

4 () 4

5 () 5

6 () mais de 5

7 () residem na cidade

8 () Não residem na propriedade

7. Número de filhos

1 () Sem filhos (ir para questão nº 13)

2 () 1 filho

3 () 2 filhos

4 () 3 filhos

5 () mais de 4 filhos

6 () residem na cidade

8. Número de filhos que moram na cidade ou fazenda

- 1 () 1 filho
- 2 () 2 filhos
- 3 () 3 filhos
- 4 () mais de 4 filhos
- 5 () Todos residem na propriedade (ir para questão 12)

9. Número de filhos que trabalham na cidade ou fazenda

- 1 () 1 filho
- 2 () 2 filhos
- 2 () 3 filhos
- 4 () mais de 4 filhos

10. Algum filho que reside na cidade estuda

- 1 () Sim
- 2 () Não

11. Qual o seu estudo atual (Cursando)

- 1 () Ensino Fundamental
- 2 () Ensino Médio
- 3 () Ensino Superior
- 4 () Outro. Especificar: _____

12. Composição da família (Pessoas que residem na propriedade: filhos, agregados, e outros)
Será anexada uma ficha da questão 12.1 à 12.6 para cada pessoa da família

12. 1. Idade

12.2. Sexo

- 1 () Masculino
- 2 () Feminino

12.3 Grau de escolaridade

- 1 () Analfabeto
- 2 () Ensino Fundamental incompleto até 02 anos de estudo
- 3 () Ensino Fundamental incompleto – de 03 a 04 anos de estudo
- 4 () Ensino Fundamental incompleto – de 05 a 07 anos de estudo
- 5 () Ensino Fundamental completo
- 6 () Ensino médio incompleto
- 7 () Ensino médio completo
- 8 () Superior incompleto
- 9 () Superior Completo

12.4 Possui renda própria (renda da propriedade rural) (se maior de 16 anos)

- 1 () Sim
- 2 () Não (ir para questão nº 12.6)

12.5 Qual sua renda média mensal (atividades na propriedade da família) (Salário mínimo à partir de Janeiro/2010: R\$ 510,00)

- 1 () Até R\$ 100
- 2 () Mais R\$ 100,00 e menos de R\$ 200,00
- 3 () Mais de R\$ 200 e menos de R\$ 400,00
- 4 () De 01 a 02 salários mínimos
- 5 () Mais de 02 salários mínimos

12.6 Possui outras rendas (atividades fora da propriedade familiar)

- 1 () Sim
- 2 () Não (ir para questão nº 13)

12.7 Quais são essas atividades que geram renda

- 1 () Trabalhador Diarista
- 2 () Servidor público
- 3 () Tratorista
- 4 () Carpinteiro
- 5 () Empreitada
- 6 () Outras funções. Especificar. _____

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR

13. Ano de ocupação da área no assentamento

- 1 () Entre 1997 e 1998 (fase inicial do assentamento)
- 2 () Entre 1999 e 2004 (desistência de outra família e há pelo menos 6 anos no lote)
- 3 () Entre 2005 e 2010 (idem, há menos de 5 anos no lote)

14. Como foi a ocupação do assentamento?

- 1 () O INCRA acompanhou a família
- 2 () Foi indicado o local da propriedade
- 3 () Compra da propriedade de outra família
- 4 () Outra situação. Especificar. _____

15. Caracterização da propriedade

- 1 () Somente trabalho familiar
- 2 () Trabalho familiar, mais contratação de trabalhador

16. Considera que suas condições de vida melhoraram? (desde inicio das atividades no assentamento)

- 1 () Sim
- 2 () Não

17. Sua renda aumentou durante esse período no assentamento?

- 1 () Sim
- 2 () Não

18. Qual a renda média mensal da propriedade? (Somente renda das atividades agropecuária da propriedade, não incluído o autoconsumo)

- 1 () Até meio salário mínimo
- 2 () De meio a 01 salário mínimo

- 3 () Mais 01 e menos 02 salários mínimos
- 4 () Mais 02 e menos 03 salários mínimos
- 5 () Mais de 03 salários mínimos
- 6 () Sem renda da propriedade

19. Quais suas estratégias de produção

- 1 () Produção individual (produção das atividades agropecuárias da propriedade) (responder questões 20 a 23)
- 2 () Produção coletiva.(Produção de atividades realizadas pela associação e ou cooperativa (pular para a questão 26)
- 3 () Outras. Especificar

20. A renda mensal é proveniente da (Múltipla escolha)

- 1 () Produção de pecuária leiteira mestiço (girolanda)
- 2 () Produção extrativista
- 3 () Produção de culturas anuais
- 4 () Produção de cultura permanente
- 5 () Produção de pecuária de corte
- 6 () Produção de artesanato
- 7 () Produção de produtos caseiros
- 8 () Produção de frango caipira
- 9 () Outra produção. Especificar. _____

21. Quais os produtos (culturas) utilizados para autoconsumo da família (Múltipla escolha)

- 1 () Mandioca
- 2 () Banana
- 3 () Horta doméstica
- 4 () Pecuária leiteira
- 5 () Frango caipira
- 6 () Ovos
- 7 () Outros. Especificar: _____

22. Considera alguma forma de produção diferenciada dos demais produtores? (Alguma técnica de produção que outras propriedades ou poucas possuem. Ex: Produção com irrigação, manejo de pastagens, produção de hortaliças)

- 1 () Sim.
- 2 () Não (ir para questão 26)

23. Quais os produtos (culturas) de produção diferenciada dos demais produtores. (Múltipla escolha)

- 1 () Produção de melancia
- 2 () Produção de pepino
- 3 () Produção de banana
- 4 () Produção de pupunha
- 5 () Outra Cultura. Especificar: _____

24. Possui alguma técnica de produção orientada para a preservação da propriedade (sustentabilidade – Ex: pupunha, manejo de gado leiteiro)

- 1 () Sim. (responder questão 25)

2 () Não. (ir para questão 26)

25. Qual a técnica utilizada? (Múltipla escolha).

- 1 () Produção sem derrubada da mata
- 2 () Produção em consórcio com outras culturas
- 3 () Manejo de pastagem
- 4 () Reflorestamento dos córregos e nascentes
- 5 () Outras. Especificar: _____

26. Como é feita a comercialização de produtos da propriedade? (resposta múltipla)

- 1 () Venda direta ao consumidor final
- 2 () Venda para empresa(s) privada(s).
- 3 () Venda à outras comunidades
- 4 () Outra. Especificar. _____

27. A venda ou troca de produtos realiza-se principalmente no: (resposta múltipla)

- 1.() Mercado/comércio local ou comunitário
- 2.() Mercado/comércio municipal
- 3.() Mercado/comércio estadual
- 4.() Outro. Especificar. _____

28. Quais os principais espaços de comercialização? (resposta múltipla)

- 1 () Feiras livres
- 2 () Feiras e exposições estaduais
- 3 () Entrega direta a clientes
- 4 () Outro. Especificar. _____

29. Quais as principais dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos? (resposta múltipla)

- 1 () Os preços praticados são inadequados
- 2 () Os compradores só compram em grande quantidade
- 3 () Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
- 4 () Falta de recursos financeiros
- 5 () Dificuldade no transporte dos produtos
- 6 () Precariedade das estradas para escoamento da produção
- 7 () Outra dificuldade. Especificar. _____

30. Possui outras rendas (Rendas de outras atividades, não provenientes da propriedade). (Múltipla escolha)

- 1 () Não possui outras rendas (ir para questão 32)
- 2 () Trabalhador diarista
- 3 () Servidor público
- 4 () Tratorista
- 5 () Carpinteiro
- 6 () Renda de aposentadoria rural
- 7 () Renda de aposentadoria urbana
- 8 () Outras funções. Especificar. _____

31. Qual a renda média mensal de outras atividades, não provenientes da propriedade

- 1 () Até meio salário mínimo
- 2 () De meio a 01 salário mínimo
- 3 () Mais 01 e menos 02 salários mínimos
- 4 () Mais 02 e menos 03 salários mínimos
- 5 () Mais de 03 salários mínimos

TRAJETÓRIA ANTERIOR AO ASSENTAMENTO

32. Sua principal atividade mais longa e que proporcionou maior renda para a família anterior ao assentamento.

- 1 () Trabalhador assalariado
- 2 () Trabalhador rural arrendatário
- 3 () Trabalhador rural posseiro
- 4 () Empreitada (construção de cerca, roçada)
- 5 () Outros. Especificar: _____

33. Participação em associação ou cooperativa antes do assentamento

- 1 () Sim. (Responder questões 34 a 39)
- 2 () Não (Ir para questão 40)

34. Participou de cargos da diretoria?

- 1 () Sim
- 2 () Não

35. Quanto tempo participou da diretoria?

- 1 () até ano
- 2 () de 01 ano a 02 anos
- 3 () de 02 anos a 04 anos
- 4 () mais de quatro anos

36. Havia atividade coletiva no trabalho da associação ou cooperativa?

- 1 () Sim.
- 2 () Não. (ir para questão 40)

37. As atividades coletivas geravam renda para as famílias participantes.

- 1 () Sim.
- 2 () Não

38. Quais as atividades coletivas realizadas.

- 1 () Produção de hortifrutigranjeiros
- 2 () Produção de culturas anuais (arroz, milho, feijão)
- 3 () Produção de pecuária leiteira
- 4 () Outras. Especificar: _____

39. Qual a renda média mensal proporcionada pelas atividades coletivas.

- 1 () menos de 1 salário mínimo
- 2 () 1 salário mínimo
- 3 () de 1 a 3 salários mínimos
- 4 () mais de 3 salários mínimos

40. Na principal atividade desempenhada no período anterior ao assentamento, quais as dificuldades enfrentadas. (Resposta múltipla)

- 1 () Escoamento da produção
- 2 () Educação dos filhos
- 3 () Distância do centro consumidor
- 4 () Condições salariais para manutenção da família
- 5 () Não gostava da atividade realizada.
- 4 () Outras. Especificar. _____

A VIDA NO ASSENTAMENTO

41. Ao chegar à propriedade do assentamento, quais as condições das estradas encontradas?

- 1 () não havia estrada para chegar ao local da propriedade
- 2 () fácil acesso à propriedade
- 3 () estrada em condições precárias de acesso
- 4 () Outras. Especificar: _____

42. Condições da moradia (ao chegar na propriedade)

- 1 () Sem residência
- 2 () Com residência. (Responder questão 43)

43. Tipo de residência encontrada

- 1 () Barraco coberto de lona
- 2 () Casa de Madeira
- 3 () Casa de Barro
- 4 () Sem residência
- 5 () Outro tipo. Especificar. _____

44. Houve liberação do crédito habitacional do INCRA

- 1 () Sim. (responder questão 45)
- 2 () Não

45. Ano de liberação da construção da casa.

Especificar: _____

46. Residência atual

- 1 () Barraco coberto de lona
- 2 () Casa de Madeira
- 3 () Casa de Barro.
- 4 () Casa de Alvenaria
- 4 () Outro tipo. Especificar. _____

47. Tamanho da residência.

- 1 () até 20 metros quadrados
- 2 () até 40 metros quadrados
- 3 () até 60 metros quadrados
- 4 () até 80 metros quadrados
- 5 () mais de 80 metros quadrados

48. Energia elétrica na propriedade

- 1 () Sim.
- 2 () Não. (ir para questão 50)

49. Eletrodomésticos existentes na propriedade (múltipla escolha)

- 1. () Geladeira
- 2. () Televisão
- 3. () Máquina de lavar roupas
- 4. () Antena parabólica
- 5. () Rádio
- 6. () Chuveiro elétrico
- 7. () Outros. Especificar: _____

50. Possui água encanada

- 1 () Sim.
- 2 () Não.

51. Possui filtro de água

- 1 () Sim.
- 2 () Não.

52. Possui fossa séptica

- 1 () Sim.
- 2 () Não.

53. Destino do lixo doméstico.

- 1. () Queimado
- 2. () Enterrado
- 3. () Céu aberto
- 4. () Outro. Especificar: _____

54. (Se tiver filhos- Responder questões 55 a 58) Seus filhos estudavam quando de sua chegada ao assentamento

- 1 () Sim.
- 2 () Não. (ir para questão 56)
- 3 () Os filhos ficaram na cidade (ir para questão 59)

55. Havia escola no assentamento no período de ocupação

- 1 () Sim. (pular para questão 57)
- 2 () Não.

56. No assentamento há escola

1 () Sim.

2 () Não

57. A escola fica na mesma comunidade

1 () Sim.

2 () Não

58. Distância da propriedade até a escola.

1 () De 1 a 5 km da propriedade

2 () De 5 a 10 km da propriedade

3 () De 10 a 20 km da propriedade

4 () Mais de 20 km da propriedade.

5 () Os filhos não estudam

59. Acesso ao crédito rural

1 () não possui acesso ao crédito rural (Ir para questão n°: 64)

2 () não houve liberação do crédito do Pronaf (ir para questão n°: 64)

3 () crédito já liberado. (responder questões 60 e 63). Especificar ano de liberação:

60. Investimento dos recursos (Múltipla escolha)

1 () compra de matrizes leiteiras (Mestiço)

2 () compra de matrizes leiteiras (Holandesas)

3 () irrigação

4 () formação de pastagem

5 () outros equipamentos ou materiais. Especificar. _____

61. Com os recursos aplicados

1 () houve aumento da renda familiar

2 () não houve aumento da renda familiar

62. As parcelas dos investimentos estão quitadas

1 () Sim

2 () Não (Responder questão 63)

3 () À vencer (período de carência do investimento – 03 anos). (ir p/ questão 64)

63. Quais as dificuldades no pagamento das parcelas dos investimentos.

1 () As atividades financiadas não proporcionaram renda para a família

2 () Despesas da família dificultam o pagamento das prestações

3 () Outras. Especificar: _____

64. Você é sócio de associação/cooperativa

1 () Sim

2 () Não (ir para questão n°: 67)

65. Em relação à participação na associação/cooperativa, você:

1 () participa da maioria das reuniões e assembléias

2 () participa apenas ocasionalmente das reuniões e assembléias

3 () nunca participa das reuniões e assembléias

66. Você participa das discussões (falar/intervir):

- 1 () sempre
- 2 () freqüentemente
- 3 () de vez em quando
- 4 () raramente

67. Você participa das atividades coletivas da comunidade, associação e ou cooperativa?

- 1 () sim, ativamente em todas as etapas
- 2 () participa em algumas atividades
- 3 () participa quando convidado
- 4 () Outra participação. Especificar: _____

68. As atividades coletivas são: (Múltipla escolha)

- 1 () Produção de Horta comunitária
- 2 () Produção de Pecuária de leite
- 3 () Produção de artesanato
- 4 () Produção de bolachas, pães e doces
- 5 () Comercialização dos produtos (ir para questão 70)
- 6 () Compra de equipamentos e materiais em comum (ir para questão 71)
- 7 () Atividades da comunidade (festas e eventos comunitários) (ir para questão nº 73)
- 8 () Outras atividades. Especificar. _____

69. A renda da produção coletiva é:

- 1 () dividida com todo o coletivo
- 2 () dividida proporcionalmente ao trabalho da família
- 3 () Fica para a associação/cooperativa
- 4 () Outros. Especificar. _____

70. A comercialização dos produtos de forma coletiva

- 1 () traz benefícios para todas as famílias
- 2 () atende somente interesses de algumas famílias
- 3 () não traz benefícios para as famílias

71. A compra de equipamentos e materiais em comum. (equipamentos e materiais comprados pela associação/cooperativa e uso comum).

- 1 () traz benefícios para todas as famílias da comunidade
- 2 () atende somente interesses de algumas famílias da comunidade
- 3 () não traz benefícios para as famílias
- 4 () atende os interesses dos associados

72. A associação/cooperativa apóia (Múltipla escolha):

- 1 () as atividades produtivas da comunidade
- 2 () oferece veículo para transporte dos produtos
- 3 () não possui estrutura de apoio aos produtores
- 4 () Outro. Especificar. _____

73. As instituições de representação atuam no fortalecimento da organização social dos assentados.

- 1 () Sim. (responder questão 74)
- 2 () Não

74. Quais organizações que atuam no assentamento (Múltipla escolha)

- 1 () INCRA
- 2 () Prefeitura Municipal
- 3 () EMPAER – MT
- 4 () Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – MT
- 5 () ONG's.
- 6 () Outras. Especificar: _____

75. Você considera importante a participação das organizações na vida da comunidade.

- 1 () Sim.
- 2 () Não. (ir para questão 78)

76. Essas organizações proporcionaram melhoria das condições de vida da sua família.

- 1 () Sim.
- 2 () Não

77. Com o apoio das instituições você considera que a geração de renda para sua família.

- 1 () Melhorou nos últimos 10 anos
- 2 () Melhorou nos últimos 08 anos
- 3 () Melhorou nos últimos 06 anos
- 4 () Melhorou nos últimos 04 anos
- 5 () Melhorou nos últimos 02 anos
- 6 () Pode melhorar nos próximos anos
- 7 () Outros. Especificar: _____

78. As instituições de apoio à produção incentivam práticas de produção diferenciada.

- 1 () Sim.
- 2 () Não (ir para questão 81)
- 3 () Não tem conhecimento (ir para questão 81)

79. Considera que essas práticas irão proporcionar sustentabilidade para sua família nos próximos anos

- 1 () Sim.
- 2 () Não

80. Principais ações desenvolvidas pelas instituições: (Múltipla escolha)

- 1 () Produção de Artesanato regional
- 2 () Utilização de técnicas diferenciadas de produção
- 3 () Preservação de córregos e nascentes de água
- 4 () Outras. Especificar: _____

GESTÃO DA PROPRIEDADE FAMILIAR

81. Cursos e treinamentos realizados pela família nos últimos três anos.

- 1 () Um
- 2 () Dois
- 3 () Três
- 4 () Quatro ou mais
- 5 () Não fez cursos e treinamento no período

82. Nome dos cursos e treinamentos realizados.

1. Especificar: _____

83. Com relação à sua propriedade. Possui inscrição de produtor rural.

- 1 () Sim
- 2 () Não

84. Possui contabilidade da propriedade.

- 1 () Sim
- 2 () Não

85. Utiliza algum controle (receitas e despesas) das atividades da propriedade.

- 1 () Sim
- 2 () Não. (ir para questão 87)

86. Quais são os controles.

- 1 () Livro caixa
- 2 () Caderno de anotações
- 3 () Ficha de controle por atividade
- 4 () Outros. Especificar: _____

87. (Para produtores não associados em associações e ou cooperativas). Quais as questões que levam a não associar-se uma associação e ou cooperativa. (Múltipla escolha)

- 1 () Não gosta de participar de reuniões ou assembléias
- 2 () Nunca foi procurado para participar
- 3 () As associações e ou cooperativas não apóiam as atividades dos produtores
- 4 () Sempre trabalhou de forma individual para manutenção da família
- 5 () Outras questões. Especificar: _____

88. (Para produtores não associados em associações e ou cooperativas). Qual sua avaliação sobre as associações e ou cooperativas.

1. Descrever.

89. Quais são suas expectativas no assentamento para os próximos anos. (a curto, médio e longo prazo).

1. Descrever. _____

APÊNDICE B – Composição do Núcleo Familiar

Nº Questionário: _____

CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

12. Composição da família (Pessoas que residem na propriedade: filhos, agregados, e outros).
Será anexada uma ficha para cada pessoa da família

12. 1. Idade

12.2. Sexo

1 () Masculino

2 () Feminino

12.3 Grau de escolaridade

1 () Analfabeto

2 () Ensino Fundamental incompleto até 02 anos de estudo

3 () Ensino Fundamental incompleto – de 03 a 05 anos de estudo

4 () Ensino Fundamental incompleto – de 05 a 07 anos de estudo

5 () Ensino Fundamental completo

6 () Ensino médio incompleto

7 () Ensino médio completo

8 () Superior incompleto

9 () Superior Completo

12.4 Possui renda própria (renda da propriedade rural) (se maior de 16 anos)

1 () Sim

2 () Não (ir para questão nº 12.6)

12.5 Qual sua renda média mensal (atividades na propriedade da família) (Salário mínimo à partir de Janeiro/2010: R\$ 510,00)

1 () Até R\$ 100

2 () Mais R\$ 100,00 e menos de R\$ 200,00

3 () Mais de R\$ 200 e menos de R\$ 400,00

4 () De 01 a 02 salários mínimos

5 () Mais de 02 salários mínimos

12.6 Possui outras rendas (atividades fora da propriedade familiar)

1 () Sim

2 () Não (ir para questão nº 13)

12.7 Quais são essas atividades que geram renda

1 () Trabalhador Diarista

2 () Servidor público

3 () Tratorista

4 () Carpinteiro

5 () Empreitada

6 () Outras funções. Especificar. _____

APÊNDICE C – Diário de Campo

Questionário 01, lote 45

O proprietário trabalhou no início do Assentamento na construção de cerca para manutenção da família. Depois que foi instalada a energia elétrica, a esposa não pensa mais em ir para a cidade. No dia da pesquisa, comprou um televisor para a esposa. Morou em uma região da Bahia onde não chovia o ano todo. Relatou que foi um período muito difícil para a manutenção da família. Uma das filhas do casal estuda Administração na Unemat. Todos os filhos moram e trabalham na cidade.

Questionário 02, lote 408

A família forma um núcleo familiar e possui uma casa no Bairro Maria Vintelina na cidade de Sinop. Os filhos não gostam da cidade. Desde o início no Assentamento, o produtor teve muita dificuldade para manter a família, cujos membros trabalham como diaristas – tiram lasca de madeira e fazem cerca. Possuem motocicleta para deslocamento. Para o escoamento da produção paga frete particular para transportar a mandioca produzida para a farinheira. O dinheiro da produção é dividido com os filhos. Para cada 1.000 kg de mandioca, produz 200 kg de farinha, que é vendida na cidade.

Questionário 03, lote 250

Proprietário do lote é o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agrovila Nova. Forneceu detalhes importantes de como funciona a Associação. Há disponível um caminhão do Padic, ano 1998, para transporte de mercadorias para a cidade e da cidade para a propriedade, e um resfriador com capacidade para 3.000 litros. A associação entrega leite duas vezes por semana, perfazendo uma média de 1.400 l semanais. São atendidas 100 famílias da comunidade e atualmente a Associação conta com 35 sócios participantes. O pagamento do frete serve para manter as despesas do caminhão e 20% do que é arrecadado é destinado para o motorista. É feita a contabilidade anual da Associação, totalizando R\$ 800,00 anuais. Os membros gostariam que houvesse projetos de agroindústria que ampliassem o manejo dos derivados de leite e de que fosse adquirida uma farinheira. A dificuldade de trabalhar no formato coletivo vem da cultura das pessoas, pois é difícil convencê-las da importância do modelo associativo tanto que não participam da Associação.

No momento da coleta das informações, começou um princípio de incêndio na propriedade onde o proprietário estava alugando o pasto (ao lado da sua). O vizinho já estava tentando apagar o fogo desde o dia anterior e conseguiu proteger sua propriedade, mas o fogo espalhou-se a outras propriedades. O maior entrave do Assentamento é a questão ambiental.

Questionário 04, lote 99

Proprietário é o motorista da Associação Agrovila e por sua atividade recebe 20% do frete. Faz uma a duas viagens na semana para a cidade. Estruturou a propriedade com trabalho de motorista na cidade. Agora reside na propriedade e pretende ampliar a produção.

Questionário 05, lote 402

Proprietária é zeladora da escola. É viúva e cuida de quatro netos, que mantêm com dificuldade. Um deles estuda na escola agrícola. Paga um salário anual para escola agrícola, mais algumas despesas que surgem no decorrer do semestre. Os pais de dois dos netos já faleceram. As condições de moradia são precárias.

Questionário 06, lote 294

Propriedade se ocupa da produção pecuária de leite. Não tem silagem. Proprietário gostaria que houvesse uma indústria de leite na comunidade. Precisa melhorar a estrutura de pastagem e fazer silagem.

Questionário 07, lote 288

Proprietário foi gerente de fazenda por dez anos. Abandonou essa profissão, pois queria trabalhar por conta própria. Sempre conseguiu se manter dos lucros que provêm da propriedade. Relatou que os vizinhos sempre ajudam quando precisa.

Questionário 08, lote 289

Nesta propriedade, a esposa é professora Escola Campos Novos e o proprietário é o tesoureiro da Associação Córrego Fundo. Percebeu-se uma estrutura melhor que de outras famílias (possuem renda oriunda de aluguel na cidade). O proprietário sempre procura trabalhar em benefício da comunidade, visando ao crescimento de todos. Ajudou na organização do resfriador, do botijão de sêmen e incentivou a comunidade a produzir frango caipira. Atualmente, estão trabalhando na busca por uma patrulha mecanizada para comunidade.

Questionário 09, lote 325

A esposa é professora da Escola Campos Novos. Relata que gosta da propriedade e fica até cinco meses sem ir para a cidade. Proprietário está guardando o esterco para adubação da cana. Sofreu acidente de trabalho há 12 anos (perda de dois dedos), mas não conseguiu benefício social na época do acidente. Mantém a propriedade com produção de leite.

Questionário 10, lote 490

Propriedade dedica-se à produção pecuária de leite. Proprietário relata que não havia estrada nos primeiros anos no Assentamento e naquela época caminhavam oito quilômetros até o ponto do ônibus (situação perdurou por três anos). Produz queijo e uma empresa de Sinop vai buscar toda semana a sua produção. Casal vive da aposentadoria rural e da produção de queijo. Gostam do sítio.

Questionário 11, lote 382

Proprietário, anteriormente, trabalhava como pedreiro para manter a propriedade. Hoje vive dos proventos da aposentadoria e da produção de leite. Relata que hoje está bem melhor morar no sítio. Em 2009, a esposa ficou oito meses internada no hospital, mas atualmente está recuperada.

Questionário 12, lote 142

Proprietário trabalha como pedreiro para manter as despesas da propriedade. Existe a produção pecuária de leite (20 l por dia) entregue no resfriador do lote 138. Relata que a vida no início do Assentamento foi muito difícil. Até o ano de 2009, não havia estrada; locomoviam-se somente por intermédio de motocicleta. Conta que entregou leite nas costas durante oito meses pelo percurso de dois quilômetros. No dia da pesquisa, estava trabalhando no lote 249, construindo uma casa. Fui até esse local para realizar a pesquisa.

Questionário 13, lote 363

A proprietária, de origem japonesa, vive com sua mãe no local. Seu esposo faleceu há três anos, mesmo assim resolveu permanecer na propriedade. O filho possui o lote 364, ao lado. Possui 90 cabeças de gado de corte nos dois lotes. Maneja os bezerros e paga para vacinar o gado. Vive da aposentadoria e da venda de animais quando há necessidade. Gostou muito da visita, pois ninguém vai até sua propriedade.

Questionário 14, lote 367

Proprietário reside há três anos na propriedade. Comprou-a, com a casa já construída, com recurso do crédito habitação do INCRA. Está regularizando a documentação de transferência. Trabalhou oito anos em Tapurah com produção de suínos, mas, pelo desentendimento com o sócio, procurou outro local para produção. Dedicar-se à mesma atividade (cria, cria e engorda 18 matrizes). Atualmente entrega 20 suínos aos compradores que vão buscar os animais na propriedade, mas pretende ampliar sua produção para entrega de 50 suínos por mês para abate. Utiliza o núcleo para alimentação dos suínos, que é complementada com farelo de soja, milho e núcleo, comprados na compra na cidade. O preço de venda suínos é R\$ 2,55 por quilo. Os dois filhos estudam Zootecnia na UFMT (sétimo e segundo semestres, respectivamente).

Questionário 15, lote 472

Sítio localiza-se na estrada da ponte, é um dos primeiros lotes. Proprietário dedica-se ao cultivo de mandioca para manter as despesas de propriedade. Incrementa a renda com aluguel para pesca.

Questionário 16, lote 177

Propriedade produz pecuária de leite em pequena escala. Proprietário é o presidente da Associação dos Produtores Boa Esperança. Procura se dedicar aos trabalhos da Associação, mas recebe pouco apoio da comunidade. Atualmente, totalizam 17 sócios. A comunidade precisa do resfriador de leite e não tem recurso para fazer um poço artesiano no núcleo da Associação. Relata que a prefeitura não tem dado apoio à comunidade. Está com dificuldade para cumprir com o pagamento da parcela do Pronaf. Um filho trabalha na cidade.

Questionário 17, lote 457

Propriedade cultiva mandioca e melancia, sendo que o proprietário já trabalha há mais de dez anos com produção de melancia. Está com dificuldade de manter a renda com produção de melancia, por isso pretende vender o lote. O filho cursa Agronomia na UFMT.

Questionário 18, lote 459

Propriedade dedica-se à produção pecuária de corte. Os filhos estão na cidade, são comerciantes, mas proprietário trabalha como diarista para complementar renda.

Questionário 19, lote 195

Propriedade ocupa-se da produção pecuária de leite, perfazendo uma média de 45 l dia, que é entregue na Agrovila; dessa matéria-prima, é fabricado queijo para revenda. Proprietário é morador desde o início do Assentamento, mas já saiu duas vezes da propriedade para outras atividades; retornou dois anos atrás. Sua esposa está em tratamento contra câncer de mama, entretanto, INSS cancelou o benefício do auxílio-doença. Uma filha estuda e trabalha na cidade.

Questionário 20, lote 481

Proprietário é atualmente membro do conselho fiscal da Associação dos Produtores Boa Esperança e dedica-se, na propriedade, à produção de queijo. Relata que a quantidade de água no loteamento é insuficiente; necessitam, portanto, de poço artesiano com urgência. A renda melhorou com a aposentadoria rural, mas a esposa não está com documentação regularizada para aposentadoria. Três filhos trabalham na cidade.

Questionário 21, lote 188

Proprietário mora na cidade e o filho está cuidando da propriedade. Possuem outro lote, mas registrado no nome do filho – lote 194. Propriedade dedica-se à produção de pecuária de corte.

Questionário 22, lote 167

Proprietário trabalhou dez anos no Paraguai como trabalhador arrendatário, mas resolveu vir para Mato Grosso pela dificuldade na produção. Não é sócio da Associação Agrovila, mas participa das reuniões. A propriedade é voltada para a produção de pecuária de corte. Quatro filhos estão trabalhando na cidade e um filho possui lote na comunidade Córrego Fundo.

Questionário 23, lote 169

Proprietário mora na cidade, mas pretende morar na propriedade; enquanto isso, um caseiro cuida da propriedade, que é voltada à produção de pecuária de corte.

Questionário 24, lote 155

Proprietário gosta de morar no local, apesar das condições precárias das estradas. A produção de pecuária de corte é a atividade principal da propriedade. Os filhos permanecem na propriedade

Questionário 25, lote 122

Proprietário dedica-se à produção de pecuária de leite e corte, vende a produção de leite e entrega na Agrovila. Os filhos estudam na comunidade Agrovila.

Questionário 26, lote 87

Proprietário trabalha como diarista para manter as despesas da propriedade. A atividade principal da propriedade é a produção de leite, mas produtor está procurando melhorar a produção pecuária de leite. Os filhos trabalham na cidade.

Questionário 27, lote 84

Proprietário dedica-se à produção de pecuária de corte. Em 2008, houve liberação de recursos do Pronaf, que possibilitaram a ampliação da produção da pecuária de corte. A produção de leite destina-se somente para consumo familiar.

Questionário 28, lote 98

A família mora na propriedade, que tem como atividade principal a produção pecuária de corte. Com a renda oriunda da produção atual, consegue se manter na propriedade.

Questionário 29, lote 237

Proprietário tem dez filhos; nove deles moram na cidade e um na comunidade Bela Vista. A produção baseia-se na pecuária de corte e de leite. O leite produzido destina-se ao consumo da família. Produtor sustenta-se com os proventos da aposentadoria e vende bezerros machos para aumentar a renda. Relata que consegue se manter na propriedade.

Questionário 30, lote 238

Proprietários dedicam-se à produção pecuária de corte e gostam da propriedade. O casal possui aposentadoria rural e incrementam a renda vendendo bezerros machos.

O proprietário está doente em tratamento em São Paulo. Todos os filhos moram na cidade. Um neto está cuidando da propriedade durante o período do tratamento médico do avô.

Questionário 31, lote 246

Proprietário mora na cidade. Na propriedade, a atividade principal é o plantio de abacaxi. Critica muito o trabalho da diretoria atual da associação, alegando que não há apoio da associação à comunidade. Não consegue apoio à produção de abacaxi. Gostaria de organizar a produção da comunidade, mas não tem apoio da associação. Não conseguiu manter a família com a produção atual.

Questionário 32, lote 227

Propriedade dedica-se à produção pecuária de leite. Produtor relata que atualmente consegue manter as despesas da família com produção de leite.

Questionário 33, lote 371

Produtor dedica-se à produção pecuária de leite, mas relata que precisa trabalhar em outras propriedades como diarista para cobrir suas despesas tendo em vista que a verba arrecadada pela produção de leite é insuficiente.

Questionário 34, lote 254

Produtor mora na cidade. Relata que encontra dificuldade para obter renda da propriedade, pois faltam recursos para investimento no lote. As atividades que norteiam sua produção é o cultivo de mandioca e a produção pecuária de leite. Aos fins de semana, trabalha na propriedade. Participa das reuniões da associação somente quando está no Assentamento.

Questionário 35, lote 284

Proprietário é professor da Comunidade Campos Novos (contratado por dez meses no ano). Filho trabalha na cidade, mas gosta de morar no sítio. Dedicar-se à produção de pecuária de leite e também fabrica queijo. Antes de morar no Assentamento, já trabalhara com atividades coletivas no Paraná, onde as famílias produziam em conjunto e vendia a produção, com a distribuição da renda entre as pessoas.

Questionário 36, lote 150

Propriedade composta por um casal aposentado. Dedicam-se à produção pecuária de corte. Ambos são associados da Associação dos Produtores Agrovila. A esposa é a tesoureira da associação. Presta conta mensalmente para os associados e gosta de ajudar a comunidade. Comenta que a maioria das pessoas critica o trabalho da associação, mas usa o veículo da agremiação para transporte de produtos para a cidade e para o retorno com mercadorias para consumo da família.

Questionário 37, lote 25

Esse questionário destinava-se ao lote 26, mas proprietários não estavam. Segundo a metodologia da pesquisa, aplicou-se o instrumento investigativo no lote 25, cuja proprietária é professora contratada pelo município. Terminou o curso superior a distância em 2010. Está pensando em criar um mecanismo que incentive a troca de produtos na comunidade, entre os próprios produtores, onde leciona. Compra vários produtos dos alunos. Gostaria de que os produtores se organizassem para darem início à feira da comunidade e o excedente, se possível, seria revendido na cidade. Esse lote dedica-se à produção pecuária de corte. O esposo trabalha como diarista para ajudar nas despesas da propriedade.

Questionário 38, lote 21

Lote tem como atividade principal a produção pecuária de leite, mas também é produzido queijo. O esposo trabalha de tratorista para manter as despesas da propriedade. Gostam de

morar no local.

Questionário 39, lote 18

O casal possui aposentadoria rural. Mudaram de assentamento em 2006 por intermédio de pedido ao INCRA, pois onde estavam não conseguiam produzir nada. Atualmente, são exitosos em suas plantações. Dedicam-se, igualmente à produção pecuária de corte. Os filhos trabalham na cidade.

Questionário 40, lote 401

Os filhos estudam na comunidade Campos Novos. Propriedade é voltada à produção de farinha e de banana. Produtor relata que há dificuldade para o escoamento da produção pela falta de transporte dos produtos. Está conseguindo se manter com a produção da propriedade.

Questionário 41, lote 397

Lote caracteriza-se pela produção pecuária de corte. Os filhos residem na propriedade e um deles trabalha em outras propriedades como diarista. Família consegue se manter com a venda de bezerros.

Questionário 42, lote 310

Esposo trabalha em uma fazenda, porque precisa angariar fundos para poder ampliar a produção da propriedade. A atividade principal do lote é a produção de pecuária de leite e a fabricação de queijo.

Questionário 43, lote 405

Propriedade baliza-se na produção pecuária de leite, no fabrico de queijo e na criação de suínos. Os filhos trabalham na cidade. Atualmente a família consegue se manter com produção da propriedade

Questionário 44, lote 418

Proprietário trabalha como diarista para complementar a renda e a esposa é zeladora da escola Campos Novos. Duas filhas estudam na cidade. A atividade principal do lote é a produção pecuária de corte e de leite. Gostam de morar na propriedade.

Questionário 45, lote 434

Casal vale-se de proventos oriundos de aposentadoria rural. Loteamento dedica-se à produção pecuária de leite e de corte. Os filhos trabalham na cidade.

Questionário 46, lote 453

Proprietário trabalha como diarista para manter despesas. A atividade principal do lote é a produção de frango caipira e a pecuária de leite. Relata encontrar dificuldade para manter regularidade na produção de leite.

Questionário 47, lote 454

Proprietário faz fretes por intermédio de trator e caminhonete F4000. Propriedade dedica-se à produção pecuária de corte. Relata que, atualmente, é bom morar no sítio. A mãe possui o lote 455; a irmã, o lote 423.

Questionário 48, lote 448

Esse questionário destinava-se ao lote 450, mas proprietários não estavam. Segundo a metodologia da pesquisa, procurou-se o lote adjacente, 449, mas a família também não se

encontrava. Aplicou-se o instrumento investigativo, então, no lote 448, um casal de idosos (65 anos) cuidam da propriedade e relatam que não conseguiram aposentar-se. O proprietário mora no município de Itaúba e trabalha em uma madeireira. A propriedade dedica-se à produção pecuária de corte.

Questionário 49, lote 275

Propriedade é registrada em nome do pai da pessoa que está na propriedade. Lote tem a pecuária de corte como atividade principal. Um casal de trabalhadores também mora na propriedade.

Questionário 50, lote 443

O casal de proprietários possui aposentadoria rural; um filho mora na propriedade. O lote tem como atividades principais a produção pecuária de corte e de leite. Foi difícil chegar ao local, pois a estrada encontra-se em péssimas condições.

Questionário 51, lote 442

O esposo mora no sítio e a esposa na cidade (lote em nome da esposa). Foi caminhoneiro durante 20 anos e não pretende voltar mais para as estradas, pois gosta muito do que faz atualmente. Lote dedica-se à produção pecuária de corte e de leite. Apesar da dificuldade das estradas, proprietário não pretende sair do local.

Questionário 52, lote 445

O casal proprietário possui aposentadoria rural. Três filhos trabalham na cidade e um mora no lote 447. Propriedade dedica-se à produção pecuária de corte e de leite. O lote possui uma turbina para produção própria de energia elétrica.

Questionário 53, lote 348

Propriedade tem como base a produção pecuária de leite e de corte. O filho do proprietário cuida da propriedade e recebe um salário por essa atividade. Há a pretensão de ampliar a produção de leite

Questionário 54, lote 350

A esposa é auxiliar de enfermagem na cidade e os filhos trabalham na cidade. Proprietário gosta da propriedade. O lote dedica-se à produção pecuária de corte, mas há a pretensão de mudar a modalidade produtiva para a pecuária de leite.

Questionário 55, lote 362

Proprietário mora na cidade, onde vende veículos usados. Possui um caminhão de transporte de boi. Está construindo a casa no sítio para poder morar no local. Os filhos trabalham e estudam na cidade. O filho tem o lote 360; a sobrinha, o lote 359.

Percepções sobre associativismo

Lote 68

Proprietário é o diretor da Escola Campos Novos. Essa instituição de ensino possui 123 alunos, (1ª a 8ª séries) e 25 alunos cursando ensino médio. A Escola possui 11 professores, sendo três concursados pela Prefeitura Municipal de Sinop, quatro zeladoras (duas concursadas) e três motoristas de ônibus.

Já foi Presidente da Associação Campos Novos durante dois anos e atualmente somente participa da comunidade. Em sua gestão, conseguiram instalar o resfriador (2000 l) na

comunidade e adquirir uma farinheira para os produtores processarem a farinha para venda. Fez a sugestão da construção de um forno de pizza para uso da comunidade; a ideia foi aceita e todos participam quando ocorre o “dia da pizza”. Procurou sempre envolver a comunidade, defendendo a ideia de que as pessoas tinham que decidir em conjunto para realizarem ações comunitárias.

Lote 14

Proprietária é tesoureira da Associação Campos Novos. Relata que conseguiram construir uma pista de laço em 2009, da qual toda a comunidade participa. A Associação Teles Pires se juntou à Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Campos Novos. Atualmente, as pessoas da comunidade são atendidas pelo médico do município aos sábados e enfermeira faz plantão todas as quartas-feiras e estão viabilizando um consultório odontológico para a comunidade. Relata que, mesmo com essas conquistas, há pouca participação das pessoas na Associação. Com o aluguel da escola (pago pela prefeitura), conseguem manter as despesas da Associação. Construíram forno de pizza, disponibilizaram espaço para a instalação do resfriador de leite e melhoraram as instalações da farinheira.

Lote 312

Proprietário foi presidente da associação e atualmente é secretário. Sempre participou de associação e de cooperativa. Relata que os produtores não conseguem se organizar em associação em virtude da cultura da população do assentamento. Existiam duas associações na comunidade, que estão se unindo para fortalecerem-se.

Lote 415

Proprietário é o presidente da Associação dos Produtores da Comunidade Campos Novos. Relata que sempre trabalhou com associação e gosta do formato coletivo de trabalho. Trabalha em uma fazenda, mas, sempre que, pode ajuda a comunidade.

Lote 264

Presidente da Associação de Produtores Comunidade São João, que atualmente conta com dez associados. Os gestores procuram organizar a comunidade para uma maior participação. Precisam de uma sede própria para a instalação do resfriador de leite para usufruto da comunidade. Atualmente, os produtores entregam o leite em sua propriedade (resfriador particular) e fazem a revenda para Cooperativa Selene de Sinop.

Entrevista realizada no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sinop. Data:
17/04/2009¹⁸

Presidente: Jonas Henrique de Lima

Secretário Geral: Gastão Casasús Vasconcelos

Entrevistado: Secretário Geral Gastão Casasús Vasconcelos – Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Córrego Fundo.

Nilso: O Projeto de Assentamento possui 497 lotes e 650 famílias?

Gastão: Os dados reais nós não temos. A gente anda dentro do Assentamento e encontra muitos lotes vazios com casas, até tem casos em que as pessoas não estão morando lá, mas precisar a quantidade nós não temos como, dizer quantas famílias residem. Só através de um levantamento para verificar a realidade. Existe uma grande quantidade de lotes em que os

¹⁸ Foi preservada a fala do entrevistado, portanto, não houve correção gramatical.

proprietários não estão morando no local.

Nilso: Hoje, no Assentamento, quantas associações formais ou informais existem?

Gastão: Nós temos hoje oito associações no Assentamento. Quanto à questão de formalidade ou informalidade, não consigo precisar, só tenho informações pela qual estou presidente, tenho tomado todas as medidas para manter as questões legais regularizadas. Inclusive temos frequência mensal de reuniões ordinárias com a participação da diretoria e dos membros associados e seus respectivos cônjuges.

Nilso: Qual o nome da Associação?

Gastão: Associação dos Pequenos Produtores Rurais Córrego Fundo. Atualmente conta com 18 membros.

Nilso: Pela informação que temos, vocês formaram um grupo para produção de leite?

Gastão: Essa associação, o histórico dela começou em 2005, antes mesmo de sermos homologados pelo Incra. Havia alguns produtores homologados pelo Incra, outros não. Em 2005 fundamos a associação. A partir de 2006, começamos a fazer um trabalho porque nós queríamos montar uma agroindústria de derivados de leite. Aí nós fizemos visita à Cooperativa de Terra Nova do Norte (Coopernova), porque naquela época nós tínhamos a intenção de montar uma cooperativa. E através de projetos de assistência técnica nós conseguimos os equipamentos para montar a agroindústria. De uma forma ou de outra, buscamos recursos a fundo perdido para montar a agroindústria e, quando retornamos de Terra Nova, nós detectamos que não seria o momento de montar uma cooperativa. Nesse intermédio, a ida à Terranova, onde conhecemos a realidade da Coopernova, e até a gente conseguir consolidar o nosso trabalho para a gente se organizar na produção, nós tivemos um curso de cooperativismo e associativismo pela Fetagri (Federação dos Trabalhadores da Agricultura), do qual a maioria dos membros participou e nós chegamos à conclusão de que primeiro deveríamos nos organizar, para depois a gente pensar futuramente com a associação fortalecida, com as pessoas tendo renda, a gente ter condições no futuro de fundar essa cooperativa. Bom aí, tendo essa consciência lá nessa associação, nós com o advento da energia.

Nilso: A energia elétrica, em que ano foi instalada?

Gastão: A energia foi em 2007.

Nilso: Em 2006 já havia o projeto de instalação de energia?

Gastão: Em 2006 tinha o projeto de instalação da energia elétrica e em 2007 todo o Assentamento já possuía energia. Lembrando, em 2007, 80% do Assentamento com energia e em 2008 quase todo o assentamento possui energia. Aí quando consolidou a energia, e que depois veio também o nosso Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar), nós partimos para a aquisição do investimento no resfriador em conjunto. Esse resfriador não compramos com recurso do Pronaf, adquirimos com recursos próprios. Em fevereiro, compramos o resfriador e, no mês de maio, foi entregue o equipamento. Nesse intervalo entre fevereiro e maio, o Banco do Brasil depositou o nosso recurso do Pronaf aí nós adquirimos as matrizes. Nós compramos em conjunto o gado em 2008. A partir de julho, nós passamos a entregar leite. Então hoje a principal alternativa de renda dos produtores vem do leite e junto com a aquisição das matrizes nós compramos também o equipamento de nitrogênio para inseminação artificial, quando também nós tivemos um curso de inseminação. Hoje nós temos um inseminador treinado, que faz o trabalho de inseminação. Já temos hoje bezerros que nasceram dessa inseminação.

Nilso: Esse inseminador é pago pelo Indea (Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso) ou pela Associação?

Gastão: É pela Associação. A empresa que nos vendeu o conjunto de inseminação também nos deu o treinamento para que essa pessoa pudesse fazer a inseminação, e trabalha pela Associação.

Nilso: Qual a quantidade de leite produzida pela Associação?

Gastão: Pelo nosso grupo, nesse momento nós estamos parados. Estávamos entregando, a cada seis dias, 2.000 litros de leite. Tivemos uma divergência com a empresa Âncora, que fazia a coleta de leite. Ela começou pagando nos padrões de R\$ 0,46 o litro e foi baixando para R\$ 0,25. Por conta disso, um mês atrás, nós paramos de entregar o leite para a empresa. Não estava dando resultados. A empresa é ligada a Lactvit de Lucas do Rio Verde. Nós paramos de entregar o leite, pois chegamos à conclusão de que não estava dando um resultado satisfatório. A gente achou uma falta de respeito muito grande para conosco. Aquela tal história, na questão de ser parceiro, está em aberto, eles ganham e nós perdemos. E nós entendemos que uma parceira de “ganha ganha” seria ideal. Por que em outros locais está se pagando o leite até R\$ 0,50 e eles pagando R\$ 0,25? E o leite no supermercado custando R\$ 1,25 o litro. Por que essa diferença? Desculpa de ter muito leite. Até abrimos um parêntese aqui. Nesse curso que tivemos de derivados de leite em Cuiabá, fomos até Campo Verde, em visita aos produtores, constatamos que estão vendendo para a merenda escolar ao preço de R\$ 0,98 por litro. Aí há uma discrepância muito grande de preços. Só que agora nós retomamos a venda desse leite para a Associação da Comunidade Selene de Sinop (que possui um laticínio), e os associados aprovaram a compra do nosso produto e irão repassar para a prefeitura, para a merenda escolar.

Aí, sim, o preço nos anima mais. Porém nós estamos trabalhando na organização da produção. Nós estamos trabalhando no sistema de criarmos mais alternativas de produção e também de forma escalonada na produção de mandioca, farinha de mandioca, produção de cana, rapadura. Nós estamos na busca de projetos, em que nós buscamos recursos a fundo perdido para montarmos a nossa agroindústria. Nós estamos trabalhando com vários objetivos, várias metas, para a gente montar. A agroindústria ainda é uma meta. Ainda não paramos de pensar, de fazermos derivados de leite, mozzarella, queijo, com o tempo iogurte e doce de leite. Mas temos também que nos adaptar às normas de vigilância sanitária do município e do Estado. Para isso, evidentemente, nós temos que ter recursos. Porém nós estamos ainda trabalhando, porque nós temos a consciência de que temos um entendimento legal na questão do Bioma Amazônia que, por força de uma normativa Federal, não sai nenhum tipo de crédito para o Bioma Amazônia.

Nilso: Mesmo no Assentamento? Quando foi essa medida?

Gastão: Mesmo no Assentamento. Foi uma normativa de 2008, que qualquer tipo de crédito à região amazônica teria que ter a regularização ambiental. Para qualquer tipo de crédito, seja para residência ou compra de equipamentos.

APÊNDICE D – Descrição do Processo de Amostragem

O professor de Estatística, quando procurado para uma orientação sobre o processo de amostragem para este trabalho, indicou o livro *Introdução à Estatística*, de Mário Triola (1998). O capítulo seis dessa obra determina as estimativas e os tamanhos de amostras populacionais. Segundo Triola, a estatística descritiva tem por objetivo descrever características importantes de dados populacionais conhecidos,

Como o tamanho da população e o tamanho da amostra já estavam definidos verificou-se a margem de erro (E) da pesquisa. Conforme alerta Triola (1998), deve-se determinar o grau de confiança do parâmetro populacional. Assim, para determinarmos o E da pesquisa, precisavam ser definidos alguns aspectos como o grau de confiança do parâmetro populacional e o valor crítico de uma média populacional.

Com grau de confiança de 90%, tem-se um intervalo de confiança (amplitude de valores que tem probabilidade de conter o verdadeiro valor da população) de 0,10; com grau de confiança de 95%, tem-se um intervalo de confiança de 0,05; e com grau de confiança de 99%, tem-se um intervalo de confiança de 0,01. A mais aceita em trabalhos científicos é a opção de 95% de confiança, porque proporciona bom equilíbrio entre a precisão (refletida na amplitude do intervalo de confiança) e a confiabilidade (expressa pelo grau de confiança).

De acordo com Triola (1998), com a escolha do grau de confiança, determinou-se o valor crítico ($Z_{\alpha/2}$), que caracteriza a região de aceitação da hipótese inicial.

Tabela 1 – Valor crítico de uma média populacional

Grau de Confiança	A	Valor Crítico ($Z_{\alpha/2}$)
90,00%	0,10	1,645
95,00%	0,05	1,96
99,00%	0,01	2,575

Fonte: Triola (1998, p. 146)

Segundo Triola (1998, p. 158), deve-se determinar a margem de erro (E), que é a diferença máxima provável entre a média amostral observada e a verdadeira média. Para estimar o tamanho da amostra infinita, utilizou-se a fórmula da estimativa de uma proporção

populacional:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \cdot 0,25}{E^2}$$

n = tamanho da amostra populacional

$Z_{\alpha/2}$ = valor crítico

E = margem de erro (erro máximo da estimativa)

Para cálculo do valor 0,25, deve-se estimar a proporção populacional (p), que representa uma probabilidade ou o equivalente decimal de uma percentagem. A melhor estimativa pontual da proporção populacional (p) é a proporção amostral (\hat{p}):

\hat{p} (p chapéu) = proporção amostral de x sucessos em uma amostra de tamanho n

Tabela 2 – Estimativas de proporção amostral

\hat{p}	\hat{q}	$\hat{p} \cdot \hat{q}$
0,1	0,9	0,09
0,2	0,8	0,16
0,3	0,7	0,21
0,4	0,6	0,24
0,5	0,5	0,25
0,6	0,4	0,24
0,7	0,3	0,21
0,8	0,2	0,16
0,9	0,1	0,09

Fonte: Triola (1998, p. 158)

Segundo Triola (1998), no caso de não se dispor de estimativas razoáveis de \hat{p} com base em amostras prévias, pode-se atribuir o valor 0,5 tanto para \hat{p} como a \hat{q} , de modo que o tamanho da amostra resultante seja no mínimo tão grande quanto deveria ser.

De acordo com Triola (1998), quando se tem uma população relativamente pequena de tamanho N, e a amostragem é sem reposição, modifica-se E para incluir o fator de correção para população finita. Na amostra que tiver tamanho (n) maior ou igual a 5% do tamanho da população (N), considera-se que a população é finita. O autor apresenta a seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

n = tamanho da amostra populacional

N = Tamanho da população

\hat{p} (p chapéu) = proporção amostral

\hat{q} (p chapéu) = $1 - \hat{p}$

$Z_{\alpha/2}$ = valor crítico

E = margem de erro (erro máximo da estimativa)

Com o tamanho da população (N) da pesquisa de 497 famílias, e definido o tamanho da amostra populacional (n) de 55 propriedades, determinou-se a margem de erro (E) da pesquisa.

Para estimar a margem de erro (E), determinou-se o grau de confiança da amostra populacional em 95%, porque representa equilíbrio entre a precisão e a confiabilidade da pesquisa, com o intervalo de confiança (α) de 0,05. Obteve-se o valor crítico $Z_{\alpha/2} = 1,96$. Com o valor de \hat{p} e \hat{q} , determinou-se 0,50, que, segundo Triola (1998), representa um valor resultante no mínimo tão grande quanto devia ser.

APÊNDICE E – Propriedades Seleccionadas

COMUNIDADE CAMPOS NOVO: COMUNIDADE AGROVILA

COMUNIDADE BOA ESPERANÇA

N. DE ORDEM	LOTE RURAL	N. DE ORDEM	LOTE RURAL	N. DE ORDEM	LOTE RURAL
1	21	1	87	1	472
2	405	2	238	2	481
3	348	3	250	3	169
4	454	4	237	4	459
5	45	5	275	5	155
6	18	6	84	6	167
7	443	7	246	7	457
8	450	8	188	8	490
9	402	9	227	9	177
10	350	10	122		
11	408	11	382		
12	26	12	195		
13	418				
14	294				
15	453				
16	442				
17	445				
18	434				

COMUNIDADE CÓRREGO FUND COMUNIDADE SÃO JOÃO

COMUNIDADE BELA VISTA

N. DE ORDEM	LOTE RURAL	N. DE ORDEM	LOTE RURAL	N. DE ORDEM	LOTE RURAL
1	325	1	370	1	98
2	288	2	254	2	142
3	289	3	363	3	150
4	401	4	362		
5	284	5	367		
6	397				
7	99				
8	310				